

Daiana Castoldi Lencina

**CAMARADA ALDO PEDRO DITTRICH: TRAJETÓRIA
PROFISSIONAL, POLÍTICA E REPRESSÃO (1950-1964)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em História Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Bernardete Wrublevski Aued

**Florianópolis
2011**

Catálogo na fonte pela biblioteca universitária da
Universidade Federal de Santa Catarina

L563c Lencina, Daiana Castoldi

Camarada Aldo Pedro Dittrich [dissertação] : trajetória profissional, política e repressão (1950-1964) / Daiana Castoldi Lencina ; orientador, Adriano Luiz Duarte, co-orientadora, Bernardete Wrublevski Aued. - Florianópolis, SC, 2011.

1 v.: il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. Dittrich, Aldo Pedro. 2. Partido Comunista Brasileiro (PCB) - Santa Catarina - Política e governo. 3. História. 4. Repressão. 5. Participação política - Santa Catarina. I. Duarte, Adriano Luiz. II. Aued, Bernardete Wrublevski. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. IV. Título.

CDU 93/99

Daiana Castoldi Lencina

**CAMARADA ALDO PEDRO DITTRICH: TRAJETÓRIA
PROFISSIONAL, POLÍTICA E REPRESSÃO (1950-1964)**

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para
obtenção do título de

MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL

Florianópolis, 15 de julho de 2011.

Prof^ª. Dr^ª. Eunice Sueli Nodari
(Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História –
PPGH/UFSC)

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte
(Professor do Programa de Pós-Graduação em História – UFSC;
orientador)

Prof^ª. Dr^ª. Bernardete Wrublewski Aued
(Professora aposentada do Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Política – UFSC; co-orientadora)

Prof^ª. Dr^ª. Edna Garcia Maciel Fiod
(Professora aposentada do Programa de Pós-Graduação em Educação –
UFSC; titular)

Prof^ª. Dr^ª. Mariana Joffily
(Professora do Centro de Ciências Humanas e da Educação –
FAED/UEDESC; titular)

Prof. Dr. Henrique Espada Rodrigues Lima Filho
(Professor do Programa de Pós-Graduação em História – UFSC;
suplente)

Prof^ª. Dr^ª. Janice Gonçalves
(Professora do Programa de Pós-Graduação em História - UEDESC;
suplente)

*Dedico este trabalho à memória de
Aldo Pedro Dittrich*

AGRADECIMENTOS

Agradecer não é tarefa fácil, mas é necessário, pois certamente não cheguei até aqui sozinha.

Em primeiro lugar, agradeço à Leonita, minha mãe, pelo apoio incondicional e à Érica, minha sobrinha, por entender as inúmeras vezes em que precisei dispensar os agradáveis momentos em sua companhia para dedicar-me aos afazeres da pesquisa.

Aos meus amigos e companheiros de todas as horas - Elisa Schemes e Pedro Paulo Amorim – obrigada por existirem e por cruzarem o meu caminho.

Ao Gabriel Melati, pelas incontáveis horas em que, pacientemente, me ouviu falar sobre a pesquisa, por todas as “inflamadas” discussões sobre política e pelos *abstracts*.

Não posso esquecer-me das sempre gentis palavras de incentivo dos amigos Franco Alves; Luiz Sanson; Tainan Kehl; Solange Digiácomo; Bruno Farias e Gerson Luiz Caldeira.

Agradeço pela força e pelos momentos de descontração às minhas felizes “descobertas” durante o mestrado: Lorena Zomer, Jury Antonio Dall’Agnol e Rafaela Duarte.

Incalculáveis seriam as páginas necessárias para agradecer tudo que fez por mim a professora Bernardete Wrublevski Aued, considero-a um dos maiores exemplos de profissionalismo e de ser humano.

Ao professor Adriano Luiz Duarte minha gratidão, pelas sugestões de leitura, pelos empréstimos de livros e contribuições durante a elaboração do texto.

Obrigada às professoras, Edna Garcia Maciel Fiod; Mariana Joffily e Janice Gonçalves e também ao professor Henrique Espada Rodrigues Lima Filho por, gentilmente, aceitarem fazer parte da banca.

Agradecimento especial à família Dittrich, sobretudo à Adair e Karin pela hospitalidade e cordialidade e pela disponibilização dos arquivos da família.

Sou grata também ao Gustavo Lemos e à Maria Fernanda Araújo, pela disponibilização de muitas fontes.

Obrigada também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelos recursos financeiros, sem os quais eu não teria conseguido realizar este trabalho.

Enfim, desde já peço desculpas a todos aqueles que, porventura, me esqueci de mencionar e espero que não se sintam menos prestigiados.

RESUMO

Este estudo evidencia o período compreendido como o mais profícuo para a ação dos militantes comunistas catarinenses, especialmente nas cidades de Florianópolis e de Criciúma (1950-1964). O fio condutor da pesquisa é a trajetória profissional e política de Aldo Pedro Dittrich (1926-2003), desde o início dos anos 1950, quando se torna um dos dirigentes do PCB-SC, passando pela sua atuação no movimento estudantil, como advogado, diretor-proprietário do jornal “Unidade” e como um dos líderes do movimento operário e sindical em Criciúma-SC até o Golpe de 1964, quando é obrigado a fugir de Santa Catarina. A análise de diversas fontes, compostas por documentos pessoais e oficiais, as edições do jornal “Unidade”, bibliografias consultadas e entrevistas, comprova que, para além dos movimentos e instituições em que toma parte, Dittrich revela uma experiência individual significativa e a vivência de parte de sua geração em um tempo de intensa militância de esquerda, repressão, exílio, prisões e torturas físicas e psicológicas.

Palavras-chave: PCB-SC. Repressão. Trajetória profissional e política.

ABSTRACT

This study describes the period known as the most profitable time for the communist militancy of the PCB-SC (Brazilian Communist Party – state of Santa Catarina), especially in the cities of Florianópolis and Criciúma (1950 – 1964). The main focus of this research is the professional and political career of Aldo Pedro Dittrich (1926-2003), from the beginning of the 50's, when he becomes one of the leaders of the PCB-SC, going through his occupations as an important leader in the students movement, as an attorney, as owner and editor of the “Unidade” newspaper, and as one of the leaders in the labor and union movements in the city of Criciúma-SC, to the coup in 1964, when he is forced to escape. The analysis of a variety of sources, such as personal and official documents, issues of the “Unidade” newspaper, bibliography and interviews, testify, above and beyond the movements and institutions he worked for, to Dittrich’s significant experience of life and to what part of his generation experienced in a time of intense leftist militancy, repression, banishment, imprisonment as well as physical and psychological torture.

Keywords: PCB-SC. Repression. Political and professional career

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADEP: Ação Democrática Popular
AI: Ato Institucional
AIB: Ação Integralista Brasileira
ALN: Ação Libertadora Nacional
ANL: Aliança Nacional Libertadora
ANPUH: Associação Nacional de História
AP: Ação Popular
ARENA: Aliança Renovadora Nacional
BNM: Brasil Nunca Mais
CBCA: Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá
CC: Comitê Central
CCLCP: Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes
CE: Comitê Estadual
CEMDP: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
CENIMAR: Centro de Informações da Marinha
CIE: Centro de Informações do Exército
CGTB: Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros
CJM: Circunscrição da Justiça Militar
CLT: Consolidação das Leis Trabalhistas
CM: Comitê Municipal
CNOP: Comissão Nacional de Organização Provisória
COLINA: Comandos de Libertação Nacional
CSN: Companhia Siderúrgica Nacional
DF: Distrito Federal
DOI-CODI: Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS: Delegacia de Ordem Política e Social
EFDTC: Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina
FMI: Fundo Monetário Internacional
IBAD: Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBEU: Instituto Brasil – Estados Unidos
IC: Internacional Comunista
IPM: Inquérito Policial Militar
LSN: Lei de Segurança Nacional
MDB: Movimento Democrático Brasileiro
MNPT: Movimento Nacional Popular Trabalhista
MOLIPO: Movimento de Libertação Popular
MT: Ministério do Trabalho
MTIC: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio do Trabalho

OBAN: Operação Bandeirante
OEA: Organização dos Estados Americanos
ONU: Organização das Nações Unidas
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PCBR: Partido Comunista Revolucionário
PC do B: Partido Comunista do Brasil
PDC: Partido Democrata Cristão
PIB: Produto Interno Bruto
PL: Partido Libertador
PM: Polícia Militar
PRP: Partido de Representação Popular
PSD: Partido Social Democrático
PSP: Partido Social Progressista
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
PTN: Partido Trabalhista Nacional
RM/DE: Região Militar/ Divisão de Exército
RM/DI: Região Militar/ Divisão de Infantaria
SNI: Serviço Nacional de Informações
SOTELCA: Sociedade Termelétrica de Capivari
STF: Supremo Tribunal Federal
TMT: Núcleo de Estudos Sobre as Transformações no Mundo do Trabalho
TER: Tribunal Regional Eleitoral
TSE: Tribunal Superior Eleitoral
TSN: Tribunal de Segurança Nacional
UAPPL: Universidade da Amizade dos Povos Patrice Lumumba
UCE: União Catarinense dos Estudantes
UCES: União Catarinense de Estudantes Secundaristas
UDN: União Democrática Nacional
UFPR: Universidade Federal do Paraná
UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina
UNE: União Nacional dos Estudantes
UNESC: Universidade do Extremo Sul Catarinense
USP: Universidade de São Paulo
URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VAR- PALMARES: Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR: Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: PROCESSO DE FORMAÇÃO DA MILITÂNCIA DO PCB EM SANTA CATARINA	
1.1 Primeiros passos	25
1.2 O Comitê Estadual do PCB catarinense	30
1.3 Os partidos políticos constituídos no contexto de término do Estado Novo	34
1.4 Ações comunistas se expandem nas principais cidades do estado de Santa Catarina	36
1.5 A legalidade do PCB e as eleições de 1945 e 1947 em Santa Catarina	38
1.6 De volta à clandestinidade	42
1.7 Eleições de 1950 e a intensificação das atuações da militância do PCB catarinense	44
CAPÍTULO 2: ALDO PEDRO DITTRICH NO TEMPO DO JORNAL “UNIDADE”	
2.1 “Aquele que trazia o vermelho nas idéias e na cor dos cabelos”	48
2.2 Dittrich: bandeiras defendidas e conflitos engendrados	52
2.3 A imprensa em tempos de Guerra Fria	57
2.4 “Unidade, um jornal de Florianópolis para todo o Estado de Santa Catarina”	60
2.4.1 Nereu Ramos na visão dos redatores do jornal “Unidade”	63
2.4.2 Nacionalismo x nacional desenvolvimentismo e a carestia	68
2.4.3 Denúncias	73
2.4.4 Conflitos internacionais e fatos conjunturais locais	82
2.4.5 Cultura: “Literatura e Luta de Classes”	85
2.4.6 O Partido Comunista e suas ações representadas no jornal “Unidade”	89
2.4.7 Classes sociais em luta: conflitos políticos e/ou sindicais	91
2.4.8 Eleições de 1958	97
2.4.9 Biografia de Dittrich segundo o jornal “Unidade” e o desfecho das eleições de 1958	105

CAPÍTULO 3: OS CAMINHOS DO COMUNISTA DITTRICH EM MEIO À REPRESSÃO

3.1 Dittrich: a atuação no Sindicato dos Mineiros de Criciúma	111
3.2 O PCB e o jogo político no início dos anos 1960	119
3.3 O Golpe Civil Militar de 1964	121
3.4 Reflexos do Golpe Civil Militar de 1964 em terras catarinenses	123
3.5 A companheira Geci Gallotti Varela Dittrich	127
3.6 Os governos militares e as operações para desmonte do PCB	128
3.7 Da clandestinidade depois de 1964 até a prisão em 1975	131
3.8 Palavras de Dittrich	139
3.9 A vida depois da anistia	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
FONTES DA DISSERTAÇÃO	146
REFERÊNCIAS	150
ANEXOS	158

Nenhuma ideologia é inteiramente absorvida por seus partidários: na prática, ela multiplica-se de diversas maneiras sob o julgamento dos impulsos e da experiência.¹

¹ THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**: a maldição de Adão. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Vol. II. p. 278.

INTRODUÇÃO

Por meio da trajetória profissional e política de Aldo Pedro Dittrich (1926-2003), militante do Partido Comunista Brasileiro em Santa Catarina (PCB-SC); atuante no movimento estudantil; advogado; diretor-proprietário do jornal “Unidade”; liderança do movimento operário e sindical evidencia-se o período que se entende como o mais oportuno para atuação dos militantes do PCB-SC (1950-1964), sobretudo, nas cidades de Florianópolis e de Criciúma.

Em 2006, a trajetória profissional e política de Dittrich “cruzou meu caminho” durante investigações sobre os movimentos grevistas, ocorridos em Santa Catarina, entre o final dos anos 1950 e início dos anos 1960. Em visitas ao “Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Extração de Carvão de Criciúma” juntamente com uma equipe de pesquisadores coordenados pela professora Dra. Bernardete Wrublevski Aued, obteve-se acesso restrito às atas da instituição. Ao analisar-se o material, bem como, em conversas com pesquisadores e partícipes da história do Sindicato dos Mineiros de Criciúma², percebe-se o quanto eram recorrentes as menções à atuação do advogado do sindicato – Aldo Pedro Dittrich, cuja função é exercida durante quatro meses em 1956 e, depois, entre 1959 e 1964.

Ainda em 2006, conseguiu-se entrar em contato com Karin Aline Dittrich, filha de Aldo Pedro Dittrich. Ao relatar o interesse de conhecer melhor a trajetória de seu pai, recebeu-se o acesso a todo o arquivo pessoal da família Dittrich – numerosos “fragmentos de sua história” amontoados em sacolas plásticas e em caixas de papelão.

Em 2008, versei em meu trabalho de conclusão de curso, especificamente, sobre a atuação de Dittrich no Sindicato dos Mineiros de Criciúma, entre o fim dos anos 1950 e início dos anos 1960³. Durante a realização da pesquisa, aos poucos se percebeu que as questões colocadas às fontes disponíveis poderiam levar a um trabalho futuro, pois a cada análise, não era somente a trajetória política de Dittrich que aflorava e, tampouco, a de alguns militantes do PCB ou de membros do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, mas sim, a história política de um período emblemático do país.

²Na denominação mais usual, também adotada no presente trabalho, a instituição é conhecida apenas como “Sindicato dos Mineiros de Criciúma”.

³LENCINA, Daiana Castoldi. **A história de vida de Aldo Pedro Dittrich (1956-1964)**. Trabalho de Conclusão de Curso de História, defendido na Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

Ao longo de sua vida, Aldo Pedro Dittrich, em meio às inúmeras adversidades acumula correspondências, jornais, documentos pessoais, materiais de trabalho, fotografias, anotações pessoais e trechos de livros que citam seu nome. Em 1998, ele inicia a busca por documentos que evidenciem a sua atuação política durante o período da Ditadura Militar (1964-1985), sob a ótica da polícia política. Atendendo ao solicitado, a Casa Militar da Presidência da República remete um dossiê, atestando, dentre outros fatos, que a polícia política inicia o “acompanhamento” a Dittrich, concomitantemente à sua atuação no movimento estudantil em Florianópolis, no princípio dos anos 1950.

A maior parte do corpo documental deste trabalho é oriunda do conjunto de documentos pertencentes ao arquivo pessoal de Dittrich. Segundo Carolyn Steedman, os arquivos são instrumentos de memória. A história, vista como um processo dá forma à memória, e o arquivo faz parte dessa ação. Contudo, o arquivo, diversamente da memória humana, não possui ligação direta com a vida de um indivíduo e depende do historiador para se tornar História: “nos Arquivos de fato não existe muita coisa, cabe ao historiador fazer as questões”.⁴

Para o historiador Carlos Fico “quem reúne um arquivo pessoal tem intenção de deixar para o futuro uma *certa* história”, pois documentos reunidos por uma só pessoa são construções subjetivas, que demandam um maior questionamento sobre suas lacunas, ausências, detalhes que, em geral, significam tanto quanto o que está exposto⁵. Essas pertinentes observações, tanto de Carolyn Steedman quanto de Carlos Fico, chamam a atenção, entre outros aspectos, para o fato de Dittrich conservar tantos vestígios de sua trajetória. Quiçá fosse sua intenção um dia escrever essa história ou fornecer subsídios para tal? Dentre os inúmeros caminhos possíveis, optou-se por privilegiar os materiais que retratam, principalmente, sua trajetória profissional e política, pois na maior parte do período analisado ambas são praticamente indissociadas.

Nesse trabalho realiza-se a análise da documentação do arquivo pessoal de Dittrich, o exame de bibliografias, de documentos oficiais, de jornais, de sítios da internet e de entrevistas.

Entre as fontes orais, destacam-se as entrevistas realizadas com contemporâneos de Dittrich e, na época, também militantes comunistas:

⁴STEEDMAN, Carolyn. **Dust: The Archive and Cultural History**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2001. p.68.

⁵FICO Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2004. p. 55-56.

Eglê Malheiros⁶ e Carlos Franklin Paixão Araújo⁷ e, principalmente, a conversa informal realizada e anotada por Bernardete Wrublewski Aued, com Aldo Pedro Dittrich⁸, um ano antes do falecimento dele, ocorrido em 17 de agosto de 2003⁹. Dittrich, no fim de sua vida, não concede entrevistas gravadas; provavelmente, uma das sequelas oriundas das intermináveis horas de interrogatórios que sofre quando preso, em 1975, no Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), em São Paulo. Contudo, após uma negociação difícil, aceita conversar informalmente com Bernardete Wrublewski Aued, que anota minuciosamente as declarações sobre a trajetória profissional e política dele próprio. Por se tratar de um material único, rico em detalhes, optou-se por utilizar essa fonte, apesar de suas limitações teórico-metodológicas.

Na prática, pode-se constatar o quanto é difícil lidar com o material oriundo das memórias de pessoas que sofreram de maneira direta algum tipo de repressão durante o regime ditatorial inaugurado no Brasil em 1964. A questão do “silêncio” durante a realização das entrevistas, mesmo após a abertura política e transcorrido tanto tempo, é muito relevante. Michael Pollak afirma que o silêncio tem razões complexas que vão desde receio em procurar quem escute as memórias, as razões políticas e pessoais, como o silêncio em busca de inserção social, ou ainda, na ausência de uma possibilidade de compreensão ou aceitação do passado¹⁰. Outro ponto relevante quanto à utilização das fontes orais é a questão da *memorabilia*, em que a experiência vivida está sujeita aos condicionamentos da memória e do tempo transcorrido entre o acontecido e o presente.¹¹

⁶MALHEIROS, Eglê. Florianópolis-SC, 10 de maio de 2010. Entrevista concedida à Bernardete Wrublewski Aued; Daiana Castoldi Lencina e Edna Garcia Maciel Fiod. Acervo das autoras.

⁷ARAÚJO, Carlos Franklin Paixão. Porto Alegre-RS, 8 de agosto de 2009. Entrevista concedida à Bernardete Wrublewski Aued e Daiana Castoldi Lencina. Acervo das autoras.

⁸DITTRICH, Aldo Pedro. Canoinhas-SC, agosto de 2002. Conversa com Bernardete Wrublewski Aued. Acervo da autora.

⁹Utiliza-se a expressão “conversa informal” e não “entrevista” realizada por Bernardete Wrublewski Aued com Aldo Pedro Dittrich, para não incidir em um problema ético referente à teoria e à metodologia da história oral. Ver mais a respeito em: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

¹⁰POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Edições Vértice, vol. 2, nº 3, 1989. p. 7 e 13.

¹¹Ver mais a respeito em: MALUF, Marina. A reconstrução do passado. In: _____. **Ruídos da memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.

Em relação aos documentos pertencentes ao arquivo pessoal de Dittrich, destaca-se, especialmente, o jornal “Unidade”, pois, até onde se pode apurar, trata-se de uma fonte desconhecida mesmo entre os trabalhos que a mencionam. No livro de Moisés Vinhas, “O Partidão: a luta por um Partido de Massas (1922-1974)”, o autor traz, entre outras coisas, um importante quadro ilustrativo da imprensa comunista nos “anos de legalidade plena”, 1945-1947 e, nos anos da legalidade “de fato”, anteriores a 1935 e posteriores, de 1947-1964. Contudo, o jornal “Unidade” não é citado¹². Em nível local, encontraram-se dois trabalhos que mencionam o jornal. Entretanto, há inexatidão das informações apresentadas tanto nos escritos de Yan Carreirão, cuja afirmação é que o jornal “Unidade” funciona cerca de 4 anos (de 1960 até meados de 1963 aproximadamente)¹³, quanto no texto de Celso Martins: “no final de março de 1957 aparece o periódico “Unidade”, abordando assuntos sociais, sindicais e partidários, dirigido por Aldo Dietrich”.¹⁴

De maneira não sequencial, Dittrich conserva trinta exemplares do jornal “Unidade”, cuja data inicial é 22 de setembro de 1956. O último exemplar do acervo é datado de 15 de dezembro de 1959 (não se conseguiu precisar a data de término da publicação). Por meio de informações contidas na contracapa do primeiro exemplar do jornal “Unidade”, a ideia seria produzir um semanário, mas pela periodização dos últimos números, percebe-se sua transformação em um jornal quinzenal, por volta de 1958-1959¹⁵. O jornal “Unidade” denunciava as péssimas condições dos trabalhadores, bem como, propagava ideais democráticos, de soberania nacional, de liberdade de imprensa e em defesa dos interesses do povo e dos recursos naturais. A maioria das matérias, ou não eram assinadas, ou eram publicadas com pseudônimos.

O movimento comunista internacional inspirado nos escritos de Lênin confere à imprensa partidária o papel de organizadora coletiva, pois na concepção leninista, não se pode levar a sério um partido que pretende mudar o mundo sem dispor de meios próprios de divulgação e

¹²VINHAS, Moisés. **O Partidão: A luta por um Partido de Massas (1922-1974)**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1982.

¹³CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e Sistema Partidário em Santa Catarina (1945-1979)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990. p. 55.

¹⁴MARTINS, Celso. Os Comunas: Álvaro Ventura e o PCB catarinense. Florianópolis: Paralelo 27 / Fundação Franklin Cascaes, 1995. p. 192.

¹⁵UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 22 de setembro de 1956 e UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 15 de dezembro de 1959. Acervo em comprometido estado de conservação, fotografado pela autora.

propaganda, legais ou clandestinos¹⁶. Dittrich, leninista declarado, faz do jornal “Unidade” muito mais do que apenas um veículo de propaganda do PCB, transforma-o, principalmente, em um meio de divulgação e de luta contra a exploração da classe operária catarinense.

Ainda relativamente ao acervo pessoal de Dittrich, ressalta-se a importância das cartas pessoais (escritas e recebidas por Dittrich); pequenas anotações e, sobretudo, os documentos produzidos para obtenção de indenização por ter sido preso político¹⁷. No último grupo, encontra-se ainda o processo movido por Geci Gallotti Varela Dittrich¹⁸, companheira de Dittrich, solicitando indenização por ter sofrido perseguição política e prisão domiciliar em 1964.¹⁹

Durante a realização da pesquisa, cruzaram-se as informações pessoais deixadas pelos Dittrich com os documentos produzidos e expedidos pelos próprios órgãos de informação e de repressão, especialmente, pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) e Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS/PR), e pelo Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e sede do Comando da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Infantaria, o chamado 5ª RM/DI²⁰ – informações compiladas em um importante documento solicitado por Dittrich em 1998, na Subsecretaria

¹⁶MORAES, João Quartim. In: CODATO, Adriano; KIELLER, Marcio (Org). **Velhos vermelhos: História e memória dos dirigentes comunistas no Paraná**. Curitiba: Editora da UFPR, 2008. p. 11.

¹⁷DITTRICH, Aldo Pedro. **Requerimento para reconhecimento de anistiado político e reparação econômica, em caráter indenizatório, nos termos dos incisos I e II do artigo 1º da Medida Provisória 2.151-2, de 27/01/2001**. Canoinhas-SC, sem data. Arquivo da família Dittrich.

DITTRICH, Aldo Pedro. **Processo nº 159, de acordo com a Lei Estadual Paranaense nº 11.255, de 21 de dezembro de 1995**. Canoinhas-SC/Curitiba-PR. 9 de fevereiro de 1998. Arquivo da família Dittrich.

¹⁸Nascida em 28 de maio de 1934, na cidade de Brusque –SC. Filha de Adelaide Maria Gallotti Varela e Guilherme Varela. Ao longo de sua vida, exerce muitas atividades, entre elas: locutora de rádio, costureira, comerciante, colunista do jornal “Correio do Norte” e diretora do Museu da Erva Mate - ambos em Canoinhas-SC. Geci Gallotti Varela Dittrich falece em 28 de julho de 2000.

¹⁹DITTRICH, Geci Gallotti Varela. **Requerimento de indenização, de conformidade com a Lei nº 10.719, de 13 de janeiro de 1998**. Canoinhas-SC, 22 de julho de 1998. Arquivo da família Dittrich.

²⁰No período de abrangência da pesquisa, em Curitiba-PR, encontrava-se a sede do Comando da 5ª Região Militar e da 5ª Divisão de Infantaria (5ªRM/DI), hoje 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Exército (5ª RM/DE), esta com jurisdição sobre os estados do Paraná e Santa Catarina e subordinada ao então IIIº Exército (hoje Comando Militar do Sul), com sede em Porto Alegre e jurisdição sobre os três estados do Sul. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782004000100014&script=sci_arttext. Acesso em: 25 de novembro de 2006.

de Inteligência da Casa Militar da Presidência da República, localizada em Brasília – DF²¹.

Nas linhas que seguem, procura-se dar uma dimensão dos principais trabalhos em que, de alguma forma, encontra-se o debate acerca dos assuntos estudados e que foram imprescindíveis para a elaboração desta dissertação. Para tal, os temas foram divididos em seis partes.

A primeira parte dos trabalhos diz respeito aos textos escritos por militantes e ex-militantes do PCB, oriunda, sobretudo, dos anos 1980. João Quartim de Moraes observa que nenhum outro movimento político confere tanta importância aos fundamentos teóricos de sua ação quanto o PCB. Porém, os trabalhos que têm maior aceitação entre o público são aqueles em que as biografias e as lutas dos militantes comunistas são referenciadas²². Nessa perspectiva, um dos mais importantes trabalhos, tanto pelo número de referências quanto pelos dados que traz, é o livro de Moisés Vinhas: “O Partidão: A luta por um Partido de Massas (1922-1974)”. Texto elaborado por um militante do PCB, tendo por base suas memórias, os depoimentos de seus companheiros de partido, bem como, a bibliografia existente sobre esses primeiros e intensos 52 anos da trajetória do PCB.²³

A segunda parte dos trabalhos concerne àqueles autores que, apesar de não militantes do PCB, também escreveram sobre o partido no início dos anos 1980, aproveitando a “onda” de abertura política e de retorno dos exilados ao Brasil. Com esse viés, destaca-se o livro do professor estadunidense Ronald Chilcote: “Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração”²⁴. Nesse texto, o autor manifesta seu interesse pelo estudo do comunismo no Brasil desde 1958, quando esteve pela primeira vez no país. Contudo, o golpe de 1964 dificulta seu acesso às documentações originais do PCB, o que faz o autor recorrer à realização de entrevistas com militantes, os quais segundo ele, por motivos de segurança, não são identificados e, também, ao estudo ancorado nas bibliografias existentes e aos materiais diversos sobre o PCB encontrados nos arquivos no Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, assim como, às publicações sobre o PCB elaboradas pela polícia e militares. Em linhas gerais, a periodização diz respeito aos primeiros

²¹Documento expedido pela Subsecretaria de Inteligência da Casa Militar da Presidência da República. Brasília – DF, 18 de novembro de 1998. Arquivo da família Dittrich.

²²MORAES, João Quartim. 2008. Op. cit. p. 9-10.

²³VINHAS, Moisés. 1982. Op. cit.

²⁴CHILCOTE, Ronald H. **Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

cinquenta anos do partido – 1922 a 1972. A tese defendida por Chilcote é que, embora os esforços empregados pelos líderes comunistas, o PCB jamais conseguiu se tornar um partido de massas, uma vez que esteve restrito apenas a uma parcela de intelectuais e a um número limitado de operários dos grandes centros urbanos.

A terceira parte dos trabalhos é respectiva à relação do PCB com os trabalhadores e oriunda de pesquisas situadas no início dos anos 2000. Entre as de cunho historiográfico, destacam-se os escritos de Fernando Teixeira Silva, sobretudo em “Breve História de Erros e Bodes Expiatórios: PCB e os Trabalhadores (1945-1964)”, texto no qual o autor demonstra que as pesquisas mais recentes têm abalado a tese de que as organizações nos locais de trabalho serviriam como mera correia de transmissão das orientações das cúpulas sindicais e, ainda, que a história institucional do PCB, exaustivamente tratada nos anos 1980, gradativamente cede lugar para pesquisas que se dedicam à trajetória do partido em fábricas, sindicatos, cidades, bairros, categorias profissionais, greves e em tempos políticos bem delimitados.²⁵

A quarta parte evidencia a questão do “anticomunismo”, cujo trabalho mais instigante é o livro do historiador Rodrigo Patto Sá Motta “Em guarda contra o perigo vermelho”²⁶, fruto de sua tese de doutoramento em História defendida na Universidade de São Paulo, em 2000, cujo objetivo central é a comprovação de que o anticomunismo é um dos principais argumentos, senão o principal, para legitimar e provocar as intervenções autoritárias mais significativas ocorridas no período republicano da história brasileira (Estado Novo e Golpe Civil Militar de 1964); anticomunismo que contou com uma frente ampla de adeptos entre civis e militares e com múltiplos entendimentos e ações. Em vista do exposto, o autor se concentra em mostrar a importância do anticomunismo em dois períodos específicos, 1935-1937 e 1961-1964, na política brasileira e, ao mesmo tempo, as ações empreendidas pelos contrários à doutrina com o intuito de destruir qualquer possibilidade de ascensão comunista no Brasil.

A quinta parte traz as bibliografias que abordam a questão dos partidos políticos no Brasil e/ou em Santa Catarina e que não focalizam a análise, sobretudo, no PCB. Os partidos políticos em Santa Catarina

²⁵SILVA, Fernando Teixeira. Breve História de Erros e Bodes Expiatórios: PCB e os Trabalhadores (1945-1964). In: FORTES, Alexandre (Org). **História e Perspectivas da Esquerda**. São Paulo; Chapecó: Perseu Abramo; Argos, 2005. p.183-184.

²⁶MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002.

são retratados, especialmente, por Carlos Alberto Silveira Lenzi²⁷, considerado o primeiro autor a elaborar uma síntese acerca da história dos partidos políticos em Santa Catarina, do Império até 1979. Sobre o PCB, Lenzi trata da constituição do Partido, após o fim do Estado Novo, e de sua atuação política em vários acontecimentos na história do país ao longo do período retratado. Todavia, não problematiza o uso majoritário de fontes oficiais, dos jornais e das entrevistas, tomando todos os dados como verdadeiros. Tributários dos escritos de Lenzi é a versão reduzida da dissertação de mestrado publicada em livro por Yan de Souza Carreirão, intitulada: “Eleições e Sistema Partidário em Santa Catarina”²⁸, cujo intuito é delinear em termos amplos determinados padrões eleitorais, assim como, aspectos centrais da dinâmica dos partidos existentes em Santa Catarina no período de 1945-1979. Para tal, o autor realiza exposições sobre a composição dos poderes executivos e legislativos do Estado; sínteses sobre a história e composições dos partidos políticos no Estado, além de expor aspectos demográficos, econômicos e sociais de Santa Catarina. O PCB é tratado de maneira superficial; contudo, em seus escritos descobre-se uma importante entrevista com Manoel Alves Ribeiro, um dos fundadores do PCB em Santa Catarina.

A sexta e última parte diz respeito aos trabalhos que tiveram maior contribuição para esta pesquisa e que dizem respeito ao PCB-SC e/ ao Sindicato dos Mineiros. O primeiro livro é de Manoel Alves Ribeiro, intitulado “Caminho”²⁹. Autobiográfico, o texto de “Seu Mimo”, como é conhecido o militante comunista, é escrito quando seu autor encontrava-se com 85 anos; o livro é uma espécie de panorama da sua trajetória profissional e política que tem como cenário, principalmente, a Florianópolis dos anos 1920 ao fim dos 1980. Por meio de suas memórias, é possível apreender o processo de formação do

²⁷LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e Políticos de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC; Lunardeli, 1983.

²⁸CARREIRÃO, Yan de Souza. 1990. Op. cit.

²⁹RIBEIRO, Manoel Alves. **Caminho**. Florianópolis: EDEME, 1990. Manoel Alves Ribeiro, mais conhecido como “Seu Mimo”, nasce em 13 de março de 1903, em Imarui, no sul do Estado de Santa Catarina. Falece em 29 de março de 1994, em Florianópolis. Trabalha em mina de carvão, na construção da Ponte Hercílio Luz e como operário electricista. Em Florianópolis, vive a maioria de sua vida, sendo destacado militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), desde os anos 1930, vereador nos anos 1950. Rompe com a política da direção do Partido nos anos 1980. Seus últimos anos de militância foram dedicados ao embrião do que hoje se chama Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes (CCLCP). Disponível em: TOMASONI, Mauricio. **Manoel Alves Ribeiro – Mimo – 108 anos**. http://www.pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2471:manoel-alves-ribeiro-mimo-108-anos&catid=56:memoria. Acesso em: 30 de maio de 2011.

PCB no Estado, os principais eventos históricos do período, a caracterização da militância, as “bandeiras defendidas”, assim como a questão do anticomunismo na sociedade catarinense.

De Terezinha Volpato, doutora em Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo, é o clássico livro sobre a história dos mineiros de Criciúma, referência para quase todos os demais trabalhos com os quais se obteve contato: “A Piritá Humana: Os Mineiros de Criciúma”³⁰, análise centrada, especificamente, nas relações de trabalho.

Outro importante trabalho é a dissertação de Maria Luiza Fernandes: “Partidos e sindicato, um estudo de caso: O sindicato dos trabalhadores na indústria de extração de carvão de Criciúma”³¹, no qual a autora explicita os nexos político-partidários no sindicalismo, no caso específico do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, enfocando a problemática do carvão, da produção até as questões político-econômicas do ramo de atividade. Trata igualmente da associação sindical dos mineiros, dos primórdios ao final da década de 1980, dando ênfase às influências recebidas pela associação, principalmente, dos partidos políticos, entre eles o PCB. Aborda, ainda, os resultados das eleições no município de Criciúma, observando as ligações que tais resultados poderiam ter com o sindicato.

Na mesma perspectiva de Volpato e Fernandes, ressalta-se a dissertação de Jaci Guilherme Vieira, intitulada “História do PCB em Santa Catarina: da sua gênese à operação Barriga Verde - 1922 a 1975”. Pesquisa centrada, especificamente, na história do PCB e de seus ícones estaduais. Ao longo do texto, chama a atenção a insistente reclamação da falta de fontes primárias, produzidas pelo PCB e, como alternativa, o autor recorre com intensidade à história oral. Todavia, não problematiza em nenhum momento a produção e a utilização de tal fonte.³²

No seguinte texto de destaque é o Trabalho de Conclusão de Curso de Maria Fernanda Araújo, cujo título é “Jardins da Revolução: O Partido Comunista do Brasil em Florianópolis (1945-1947)”. Trata-se de

³⁰VOLPATO, Terezinha G. **A Piritá Humana: Os Mineiros de Criciúma**. Florianópolis: Editora da UFSC/ Assembléia do Estado de Santa Catarina, 1984.

³¹FERNANDES, Maria Luiza. **Partidos e Sindicato, um estudo de caso: o sindicato dos trabalhadores na indústria de extração de carvão de Criciúma**. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1992.

³²VIEIRA, Jaci Guilherme. **História do PCB em Santa Catarina: da sua gênese à Operação Barriga Verde - 1922 a 1975**. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1994.

um trabalho que aborda os dois anos de legalidade do PCB, especificamente, em Florianópolis.³³

O trabalho acadêmico produzido recentemente e que maiores contribuições trouxe a esta pesquisa é a dissertação de mestrado de Gustavo Lemos: “Mineiros e Sindicalistas na Cidade do Carvão: Criciúma (1952-1964)”³⁴. Pesquisa elaborada mediante uma admirável investigação documental realizada, sobretudo, nos livros de ata do Sindicato dos Mineiros de Criciúma e nos jornais da cidade. Esse trabalho, de cunho historiográfico, possui uma minuciosa e responsável exposição do contexto político – sindical, social e cultural de Criciúma e região entre os anos de 1952-1964 – e, portanto, serviu como base para delimitar muitos questionamentos, ao mesmo tempo em que apresentou a saída para muitas incógnitas que surgiram ao longo desta pesquisa.

O livro de Celso Martins, “Os comunas: Álvaro Ventura e o PCB Catarinense”³⁵ é um texto responsável por possibilitar a apreensão de como se deram as primeiras articulações do partido no Estado. Seu objeto central é a atuação de Álvaro Ventura, secretário da União dos Estivadores e um dos mentores do PCB de Santa Catarina, que, em 1934, é o único membro do PCB a assumir uma cadeira na Câmara Federal.

A respeito dos mineiros de Criciúma, principalmente, acerca da influência do Partido Comunista nas décadas de 1960-1970, ressalta-se o livro do jornalista David Coimbra³⁶ “Atravessando a Escuridão: Memórias de um Comunista Casual”, que expõe a história de vida do mineiro Jorge João Feliciano, importante membro do PCB de Criciúma na década de 1960. Todavia, o livro, apesar de proporcionar uma leitura agradável e inúmeras passagens sobre a atuação do PCB no cerne do Sindicato dos Mineiros, raramente traz as referências das fontes pesquisadas pelo autor para a elaboração do texto.

No presente trabalho, as experiências vividas por Dittrich são apreendidas como expressões da tensão entre as suas escolhas individuais e as determinações sociais. A sua trajetória individual é

³³ARAÚJO, Maria Fernanda. **Jardins da Revolução: O Partido Comunista do Brasil em Florianópolis (1945-1947)**. Trabalho de Conclusão de Curso em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

³⁴LEMO, Gustavo Perez. **Mineiros e Sindicalistas na Cidade do Carvão: Criciúma (1952-1964)**. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

³⁵MARTINS, Celso. 1995. Op. cit.

³⁶COIMBRA, David. **Atravessando a Escuridão: Memórias de um comunista casual**. Coleção Memória do Sul Catarinense. Criciúma: Ed. UNESC, 1996.

responsável por desvelar ideais, práticas e conflitos que ajudam a romper com a homogeneidade aparente das instituições as quais toma parte e ainda, possibilita a percepção das estratégias de um militante de esquerda em meio a um contexto adverso.³⁷

Quanto à estrutura, o texto está dividido em três capítulos. No primeiro, intitulado **“Processo de formação da militância do PCB em Santa Catarina”**, a ênfase é para o processo e o contexto de fundação e organização do PCB-SC entre os anos 1920-1940, para que seja elucidada parte significativa das ações, bandeiras defendidas e também das querelas partidárias em que os comunistas catarinenses estiveram envolvidos tanto nesse período específico, quanto nos posteriores.

No segundo capítulo, **“Aldo Pedro Dittrich no tempo do jornal Unidade”**, importa fixar o período da vida profissional e política de Dittrich dedicados ao jornal “Unidade” (1956-1959), bem como, as principais representações do contexto em que Dittrich esteve inserido, fundamentadas nos escritos do jornal “Unidade”. Para tal, cabe um retorno temporal pontual a fim de melhor caracterizar o momento em que o jornal passa a ser produzido. Interessa, especialmente, o início da década de 1950, período em que Dittrich chega a Florianópolis e torna-se um acadêmico de Direito e militante do PCB.

No terceiro capítulo, **“Os caminhos do comunista Dittrich em meio à repressão”**, o destaque é dado para: a trajetória de Dittrich dentro do Sindicato dos Mineiros de Criciúma; o processo de deflagração do Golpe Civil Militar de 1964; a repressão desencadeada em Criciúma; o contexto de fuga; os Inquéritos Policiais Militar (IPMs) sofridos por Dittrich; a clandestinidade; o exílio; a continuidade da militância em meio ao processo de desmonte do PCB; a conjuntura em que se deu a sua prisão em 1975 e, por fim, para as adversidades enfrentadas por Dittrich ao tentar reconstruir sua vida profissional depois da prisão e afastamento do PCB no fim dos anos 1970.

Por fim, ressalta-se que o recorte cronológico adotado para nortear a pesquisa (1950-1964) não é estanque, pois há mobilidade temporal em duas oportunidades. No primeiro capítulo retrocede-se para explicar o processo e o contexto de formação e organização do PCB-SC

³⁷Abordagem inspirada nos escritos do historiador Benito Bisso Schmidt, sobretudo, em: SCHMIDT, Benito Bisso. **Em Busca da Terra da Promissão**: a história de dois líderes socialistas. Porto Alegre: Editora Palmarica, 2004; SCHMIDT, Benito Bisso. **Flávio Koutzii**: pedaços de uma vida na memória (1943-1984) – apontamentos sobre uma pesquisa em curso. São Leopoldo-RS: História Unisinos. Maio/Agosto 2009.

e, no último capítulo, avança-se a fim de demonstrar os caminhos de Dittrich depois do Golpe civil militar de 1964.

CAPÍTULO 1: PROCESSO DE FORMAÇÃO DA MILITÂNCIA DO PCB EM SANTA CATARINA

1.1 Primeiros Passos

Entre 1917 e 1920, o Brasil assiste a uma sucessão de greves generalizadas. Na raiz desse ciclo, dentre outros, destacam-se dois fatores: o agravamento da carestia, depois da Primeira Guerra Mundial e a ascensão de uma matriz revolucionária bem-sucedida na Rússia.³⁸

Entre os anos 1917 e 1920, os catarinenses também vivenciam intensos movimentos grevistas. Em Joinville, em 1917, os trabalhadores das indústrias locais reunidos em torno da Associação Operária da cidade paralisam suas atividades por onze dias, como forma de pressionar os patrões a pagar um aumento salarial de 20%. Em Criciúma, em 1920, cerca de trezentos trabalhadores da Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá (CBCA) entram em greve para exigir o pagamento dos salários atrasados e um reajuste salarial³⁹. Em junho de 1920, os trabalhadores da Garcia, importante indústria têxtil de Blumenau, realizam uma greve por causa das péssimas condições de trabalho e dos baixos salários recebidos. Os líderes desse movimento são dois operários de origem germânica, Fritz Kock e Georg Sterneck. A greve de oito dias tem seu desfecho com a expulsão de Kock e Sterneck do Brasil sob a acusação de serem perigosos anarquistas, bem como de suas famílias. Entre eles, havia seis crianças nascidas no Brasil: três da família Kock e três da família Sterneck.⁴⁰

Em Florianópolis, em meados da década de 1920, as trajetórias de dois operários catarinenses se entrecruzam: a do estivador Álvaro Soares Ventura⁴¹ e a do eletricitista e operário da construção civil, Manoel Alves Ribeiro, mais conhecido como “Seu Mimo”⁴². O estivador Álvaro Ventura esteve em São Paulo quando da deflagração dos movimentos grevistas de 1917. Por lá obteve muitos contatos importantes, sobretudo, com anarquistas, entre eles, Edgard Leuenroth, fundador do jornal “A Plebe”⁴³ – jornal enviado para Ventura, em

³⁸FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2006. p.299-303.

³⁹GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002. p. 136.

⁴⁰**DIÁRIO CATARINENSE**. Florianópolis, sábado, 20 de novembro de 1993, p. 19.

⁴¹ Catarinense nascido em setembro de 1893, em Coqueiros, atual bairro da parte continental de Florianópolis, na época pertencente ao município vizinho, São José. Falece em Curitiba, aos 96 anos, em 10 de julho de 1989. MARTINS, Celso. 1995. Op. cit. p. 16 e 245.

⁴²Ibidem. p.17.

⁴³Ody Furtado Gonçalves afirma que o primeiro número do “A Plebe” surge em São Paulo, em 9 de junho de 1917. Contudo, destaca que o jornal não obteve uma circulação regular devido às

Florianópolis, por meio de navios que chegavam ao cais Rita Maria, na capital catarinense.

Com o apoio da Fundação Rockefeller ⁴⁴ e na onda do movimento nacional sanitaria, entre os anos 1910 e 1920, Florianópolis é transformada com a construção de canais de saneamento e abastecimento de água e com a criação da Diretoria de Higiene⁴⁵.

De 1920-1926, ocorre a construção da Ponte Hercílio Luz. Momento em que se reúnem muitos operários, oriundos de distintos recantos do Brasil, e até mesmo estrangeiros, na capital catarinense. Período também em que os ideais de justiça social, melhores condições de trabalho e salários dignos começam a circular com maior intensidade entre a classe operária que estava se formando na capital.

Em 1922, na cidade de Niterói – Rio de Janeiro, no dia 25 de março, um partido é fundado por: Abílio de Nequete (barbeiro), Astrojildo Pereira (jornalista), Cristiano Cordeiro (contador), Hermogênio da Silva Fernandes (eletricista), João da Costa Pimenta (gráfico), Joaquim Barbosa (alfaiate), José Elias da Silva (sapateiro), Luís Peres (vassoureiro) e Manuel Cendón (alfaiate), sob a denominação de Partido Comunista do Brasil (PCB) ⁴⁶. O PCB não surge da cisão dos partidos social-democratas como na Europa, ou de divergências no seio do Partido Socialista, como em grande parte da América Latina. No Brasil, seus fundadores provinham quase todos do movimento anarco-sindicalista e, cerca de dois meses depois da criação, o PCB é posto na ilegalidade.⁴⁷

perseguições políticas e policiais e, também, em razão da escassez de recursos para a sua confecção. GONÇALVES, O. F., **Trajatória e ação educativa do jornal A Plebe**. <http://periodicos.uniso.br/index.php/quaestio/article/view/423/169>. Acesso em: 1º de março de 2011. Cabe destacar que seu fundador, Edgard Leuenroth, encerra definitivamente a publicação do “A Plebe” no ano de 1949. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/ael/website-ael_pesquisatematica/e-album/website-ael_ed-traje-pleb.htm. Acesso em: 1º de março de 2011.

⁴⁴Criada nos Estados Unidos em 1913 e existente até os dias atuais, a Fundação Rockefeller atua como uma associação beneficente e não governamental que, de acordo com seus interesses, busca promover saúde pública, ensino e pesquisa, sobretudo, em países subdesenvolvidos ou em estágio de desenvolvimento. Ver mais a respeito em: **Fundação Rockefeller** (Instituto para o desenvolvimento do investimento social). Disponível em: www.idis.org.br/biblioteca/casos/09-caso...rockefeller.../download. Acesso em: 10 de maio de 2011.

⁴⁵GOULARTI FILHO, Alcides. 2002. Op. cit. p. 131.

⁴⁶VINHAS, Moisés. 1982. Op. cit. p. 5-6.

⁴⁷Idem.

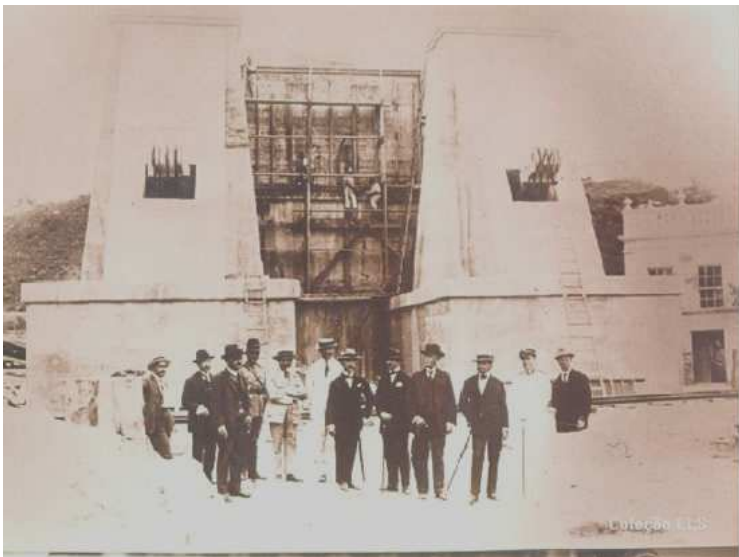


Imagem nº 1: Construção da Ponte Hercílio Luz – ancoragem da parte continental – 1922.⁴⁸

Em 1922, é criada a “União Operária” em Florianópolis⁴⁹. Em seu estatuto, as finalidades registradas eram as recreativas e beneficentes, com o fim de não despertar a perseguição política e policial⁵⁰. Uma das primeiras atividades beneficentes dos membros da “União Operária” é a organização de um pequeno grupo de auxílio aos trabalhadores russos, o chamado “Socorro Vermelho”⁵¹. Celso Martins destaca que a “ajuda” aos russos era financeira, oriunda em Santa Catarina, principalmente, da venda do Jornal “A Plebe”⁵².

⁴⁸Construção da Ponte Hercílio Luz – ancoragem da parte continental – 1922. Disponível em: <http://www.velhobruxo.tns.ufsc.br/FotoAntigas/Album002/imagens/Construcao%20da%20Ponte%20Hercilio%20Luz%20-%20ancoragem%20da%20parte%20continental%20-%20201922.jpg.jpg>. Acesso em: 20 de maio de 2011.

⁴⁹“Fundada a 17 de setembro de 1922 com o nome de *União Beneficente Operária*. A partir de 1928, com a primeira reforma em seu Estatuto social, passou a denominar-se *União Beneficente e Recreativa Operária*”. Disponível em: COLLAÇO, Vera Regina Martins. **O Teatro da União Operária – Um palco em sintonia com a modernização brasileira** - Florianópolis, 2004. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004. p. 14.

⁵⁰RIBEIRO, Manoel Alves. 1990. Op. cit. p. 7.

⁵¹Ibidem. p. 21. Manoel Alves Ribeiro não especifica qual o tipo de ajuda.

⁵²MARTINS, Celso. 1995. Op. cit. p. 20.

O grupo em prol do “Socorro Vermelho” era formado por: Porfírio Gonçalves e João Brugnn (militares), Hipólito do Vale Pereira (contador), Mustafá Guarany (comerciante), Manoel Alves Ribeiro – Seu Mimo (operário da construção civil e eletricitista) e Álvaro Ventura (estivador). O referido grupo realizava passeatas, organizava greves, pequenos comícios e reuniões de representantes de distintas categorias, tais como: pedreiros, padeiros, estivadores e garçons⁵³. Lutam, especificamente, por melhores condições de trabalho e de remuneração. Identificam-se com a doutrina comunista, mas ainda não participam oficialmente do partido recém-fundado no Rio de Janeiro.

Por volta de 1930, os comunistas brasileiros começam de fato a fazer parte das principais tramas políticas que envolviam o país, quando um golpe foi dado pela “Aliança Liberal”, grupo liderado por Getúlio Vargas e formado por oligarquias descontentes com o presidente Washington Luís (especialmente, oligarquias gaúchas, mineiras e paraibanas). Nas eleições para Presidência da República em 1930, Vargas é o candidato da “Aliança Liberal” que perde o pleito para Julio Prestes, candidato governista. Somando-se à derrota no pleito com o assassinato do liberal João Pessoa, os membros da “Aliança Liberal” desencadeiam um golpe com forte apoio de setores das forças armadas.

Em Santa Catarina, as propostas da “Aliança Liberal” de voto secreto, leis trabalhistas e de desenvolvimento da indústria nacional atraem Álvaro Ventura, ao mesmo tempo em que o estivador aproximava-se do PCB.⁵⁴

A orientação do Comitê Central do PCB é de que os comunistas permaneçam à parte do Movimento de 1930. Porém, Álvaro Ventura, que vai ao Rio de Janeiro para acompanhar as discussões sobre tomar posição ou não nos acontecimentos de 1930, manifesta a sua posição contrária ao deliberado pelo Comitê Central do PCB. Ao regressar para Santa Catarina, Ventura organiza um movimento de apoio a Getúlio Vargas.⁵⁵

Entretanto, posteriormente à tomada do poder, Getúlio Vargas nomeia interventores gaúchos para governar o estado catarinense; primeiro, Assis Brasil e depois, Ruy Zobarán. As promessas da “Aliança Liberal” caminham a passos lentos, desagradando muitos daqueles que

⁵³VIEIRA, Jaci Guilherme. 1994. Op. cit. p. 6-7.

⁵⁴MARTINS, Celso. 1995. Op. cit. p. 21.

⁵⁵ *Ibidem*. p. 20-21.

outrora os apoiaram. Álvaro Ventura, insatisfeito com a Aliança Liberal, demonstra sua indignação em praça pública e acaba sendo detido.⁵⁶



Imagem nº 2: Praça XV de Novembro – Década de 1930.⁵⁷

Em 1934, ocorre no Brasil o pleito em que os sindicatos podiam apresentar representantes à Câmara Federal – nas chamadas “Eleições Classistas”. Na oportunidade, Álvaro Ventura, na suplência, acaba assumindo o cargo no lugar do Deputado Classista, Antonio Pennafort de Souza (assassinado no Rio de Janeiro). Ao tornar-se um Deputado Classista, Álvaro Ventura declara, em seus primeiros discursos proferidos no plenário, sua condição comunista, causando, dessa maneira, intensos protestos e pedidos de cassação de seu mandato.⁵⁸

A primeira participação com objetivo político-eleitoral que conta com comunistas confessos em Santa Catarina, entre eles, Álvaro Ventura e Manoel Alves Ribeiro, em conjunto com as demais forças “de esquerda”, existentes no movimento sindical do Estado se dá por ocasião da formação da Liga dos Trabalhadores de Santa Catarina,

⁵⁶ MARTINS, Celso. 1995. Op. cit. p. 21.

⁵⁷ Praça XV de Novembro – Década de 1930. Disponível em: http://www.velhobruxo.tns.ufsc.br/FotoAntigas/Album005/imagens/Centro%20-%20Praca%20XV%20-%20Decada%20de%201930_.jpg. Acesso em: 20 de maio de 2011.

⁵⁸ MARTINS, Celso. 1995. Op. cit. p. 54; 55; 56 e 57.

durante a realização do I Congresso Proletário de Santa Catarina, realizado entre 15 e 18 de setembro de 1934, em Itajaí. Todavia, apesar de formada e articulada entre os segmentos operários em suas regiões, a Liga dos Trabalhadores de Santa Catarina não logra êxito eleitoral e acaba dissolvida logo depois de sua formação.⁵⁹

No ano de 1935, ocorre em Florianópolis a tentativa de criação da “Coligação dos Sindicatos”; no entanto, com o constante embate entre as proposições comunistas e os segmentos ligados aos aparatos do Estado, a coligação também não obteve sucesso.⁶⁰

Ainda no ano de 1935, a atuação dos poucos comunistas catarinenses em apoio aos levantes coordenados pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) é restringida à distribuição de panfletos, pichações e a determinados manifestos públicos. Com o fracasso do Movimento de 1935, alguns comunistas catarinenses são presos, como exemplo, Álvaro Ventura e o sargento Humberto Freund, este assassinado durante o cárcere.⁶¹

Em 1937, um documento escrito pelo capitão integralista Olímpio Mourão Filho – na época membro do Serviço Secreto – é divulgado pelo governo brasileiro com a finalidade de legitimar a instauração do Estado Novo. O documento incentivava que os trabalhadores realizassem uma greve geral, depredassem e incendiassem os prédios públicos e até mesmo assassinassem as autoridades civis e militares que se opusessem ao movimento que os comunistas supostamente estariam organizando. No documento, forja-se a assinatura do comunista húngaro, Bela Kun ou Bela Cohen⁶². Com esse episódio “legitimador”, o Estado Novo é implantado em 10 de novembro de 1937 sob o lema “Deus, pátria, família e anticomunismo”.

1.2 O Comitê Estadual do PCB catarinense

Em 1939, é fundado oficialmente o primeiro diretório do Partido Comunista Catarinense⁶³. A reunião ocorre num lugar público, sem maiores cuidados com a segurança. Estiveram presentes: Oscar Amomm (secretário político), Waldomiro Monguilhot Junior (secretário

⁵⁹MARTINS, Celso. 1995. Op. cit. p. 35-37.

⁶⁰Ibidem. p. 38.

⁶¹VIEIRA, Jaci Guilherme. 1994. Op. cit. p. 9.

⁶²Informação disponível em: **Dicionário Político** (Marxists internet archive). http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/p/plano_cohen.htm. Acesso em: 1º de fevereiro de 2010.

⁶³COLLAÇO, Vera Regina Martins. 2004. Op. cit. p. 39.

sindical)⁶⁴, Manoel Alves Ribeiro (secretaria de agitação e propaganda)⁶⁵ e Silvio Marques de Oliveira (secretário de divulgação)⁶⁶. Em meados desse ano, os comunistas militam, especialmente, a favor da anistia dos presos políticos durante o Estado Novo e, também, no sentido de que o Brasil tomasse partido na Segunda Guerra Mundial contra a Alemanha. Esse é um período em que grande parte do movimento sindical e, do mesmo modo, dos estudantes adere às causas defendidas pelo PCB.⁶⁷

Em meio a um contexto de Estado Novo e de início de Segunda Guerra Mundial, Santa Catarina contava com aproximadamente trezentos militantes do PCB⁶⁸. No Brasil, por volta de 1940, estima-se que existiam cerca de três a quatro mil militantes⁶⁹. Todavia, as ações dos militantes catarinenses começam a tomar força, de fato, somente a partir de 1941.⁷⁰

Álvaro Ventura, desde 1934, faz parte oficialmente do PCB no Rio de Janeiro. Eventualmente, consegue uma “carona” nos navios da Marinha Mercante que passariam por Santa Catarina e, escondido, estabelece contatos com o Comitê Estadual, formado em 1939.⁷¹

Em Florianópolis, os fatos políticos decorridos da Segunda Guerra Mundial contribuem para a articulação popular, principalmente no Morro do Céu (vizinho ao atual Morro da Cruz), na época um bairro operário que contava com inúmeros militantes do PCB. Nesse local, homens, mulheres e crianças realizam, entre outras coisas, campanhas pelo envio de tropas brasileiras à Europa para lutar contra o Nazifascismo⁷². Getúlio Vargas, pressionado, em 1942 declara guerra ao Eixo Nazifascista (Alemanha, Japão e Itália) e vincula-se aos Aliados (entre eles, Inglaterra, União Soviética e Estados Unidos).

Em 27 de agosto de 1943, é realizada, na Serra da Mantiqueira – RJ, a II Conferência Nacional do PCB ou Conferência da Mantiqueira, oportunidade em que é criada a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), composta, principalmente, por jovens que não tinham sido presos anteriormente, entre eles: Mauricio Grabois,

⁶⁴Operário da construção civil, que, de acordo com Celso Martins, é um dos fundadores do PCB em Santa Catarina. MARTINS, Celso. 1995. Op. cit. p. 75.

⁶⁵Ibidem. p. 133-135

⁶⁶VIEIRA, Jaci Guilherme. 1994. Op. cit. p. 15.

⁶⁷CARREIRÃO, Yan de Souza. 1990. p. 52.

⁶⁸RIBEIRO, Manoel Alves. 1990. Op. cit. p. 30.

⁶⁹MARTINS, Celso. 1995. Op. cit. p. 166.

⁷⁰ARAÚJO, Maria Fernanda. 2006. Op. cit. p. 61.

⁷¹MARTINS, Celso. 1995. Op. cit. p. 132-133.

⁷²RIBEIRO, Manoel Alves. 1990. Op. cit. p. 30; 31; 33 e 36.

Amarílio Vasconcelos, João Amazonas, Diógenes de Arruda Câmara, Pedro Pomar.⁷³

As discussões giram em torno da política internacional e nacional; questões acerca da reorganização do PCB nacionalmente e eleição do Comitê Central. Para Vinhas, de fato, em uma conjuntura de Segunda Guerra Mundial, ali se aprova uma política baseada em uma união nacional contra o fascismo, um total apoio ao governo Getúlio Vargas no esforço de guerra, luta pela anistia, contra a carestia, a favor de uma Previdência Social, normalização institucional e, obviamente, pela legalidade do PCB.⁷⁴

Em 1943, Fernando Lacerda e Carlos Marighela fazem parte daqueles que defendem a criação de um Partido Comunista amplo, que abrangesse não somente marxistas, mas uma frente “ampla de esquerda”, diferente dos demais Partidos Comunistas filiados à Internacional Comunista (IC)⁷⁵. Essa concepção de partido acarreta, por muitos anos, inúmeros questionamentos e embates entre os militantes do PCB.

Em 1943, o momento para o PCB é de reorganização no plano nacional e de estruturação no contexto estadual. Na Conferência da Mantiqueira, o representante do Comitê do PCB catarinense é Álvaro Ventura – eleito membro do Comitê Central.⁷⁶

A seção catarinense do PCB, na primeira metade dos anos 1940, funda núcleos do partido em Concórdia, Caçador, Lages, Criciúma, Tubarão, Laguna, Itajaí, São Francisco do Sul e Mafra. O secretário político do PCB catarinense é o comerciante Oscar Manoel Amomm; o secretário de organização é o operário Silvio Marques de Oliveira; para a secretaria de divulgação partidária é escolhido Álvaro Ventura e, para comandar a secretaria sindical, o operário Francisco Fernandes Gomes.⁷⁷

Os comunistas catarinenses, entre eles, Mário Bastos⁷⁸, também participam do Instituto Brasil/Estados Unidos (IBEU), em Florianópolis.

⁷³GORENDER, Jacob. O Ciclo do PCB: 1922-1980. In: FORTES, Alexandre (Org). **História e Perspectivas da Esquerda**. São Paulo; Chapecó: Perseu Abramo; Argos, 2005. p. 167.

⁷⁴VINHAS, Moisés. 1982. Op. cit. p. 76-77.

⁷⁵GORENDER, Jacob. 2005. Op. cit. p. 167.

⁷⁶VIEIRA, Jaci Guilherme. 1994. Op. cit. p. 15.

⁷⁷Idem.

⁷⁸Mário Bastos, filho do desembargador José da Rocha Ferreira Bastos e de Maria de Lourdes Caldeira Bastos. Nasce em 18 de junho de 1923. Integrante da Juventude do PCB catarinense que, ligado aos Padres do Colégio Catarinense e ao Instituto Brasil - Estados Unidos, em Florianópolis. Advogado e funcionário do Tribunal Regional Eleitoral. Afasta-se do PCB no

Fundado em 27 de setembro de 1941, o IBEU tem seus Estatutos registrados em 23 de fevereiro de 1942. No IBEU, todas as semanas, exibem-se filmes e documentários; além disso, a instituição promove algumas celebrações, entre elas, 4 de Julho – Dia da Independência Americana. Outro local de atuação dos comunistas na capital é o “Comitê Democrático Progressista”, formado em sua maioria por esposas e parentes dos dirigentes do Partido. A presidente era Marina Sarmiento Cavalcanti; a sua vice, Laura Cunha Swain; a primeira secretária, Hermínia Vieira; Nair Marques Ammon, a segunda secretária; Jurira Brasinha Moreira, a tesoureira. Para a comissão de propaganda, são nomeadas: Maria Nunes Tolentino, Marta Garcia, Rita Ávila Malheiros e Alda Carneiro da Cunha Ferro. O Comitê localizava-se na Rua Victor Meirelles, nº 24, no Centro de Florianópolis.⁷⁹

Segundo declarações de Eglê Malheiros, militante do PCB catarinense nesse período, as articulações entre o diretório estadual e os municipais eram muito difíceis⁸⁰. Em análise das fontes disponíveis sobre o período, Jaci Guilherme Vieira explica que o PCB demora a se estabelecer de forma mais consistente em Santa Catarina em virtude da inexperiência do proletariado catarinense no que concerne à organização política e, sobretudo, pela dificuldade de constituir suas bases no interior do Estado, principalmente, nas regiões industriais e agrícolas (Blumenau, Joinville, Brusque, Rio do Sul), locais onde a influência do integralismo era muito grande.⁸¹

Celso Martins, por sua vez, destaca que, mesmo de maneira discreta, o movimento operário se faz presente em Santa Catarina durante todo o Estado Novo. Para exemplificar, cita algumas greves ocorridas no período, motivadas, especialmente, pela reivindicação de melhores salários, tais como: a greve dos operários da Fábrica de Pontas Rita Maria, pertencente a Carl Hoepcke (não especifica o ano); a greve dos operários da Companhia de Mineração Metalúrgica do Brasil, ocorrida em Imbituba no início de 1940, e a greve dos operários da Hering e da Garcia em Blumenau, em 1945.⁸²

final da década de 1950, após a divulgação dos crimes cometidos por Stalin. Todavia, também é preso em 1964. Falece em 3 de março de 1987. MARTINS, Celso. 1995. Op. cit. p. 211.

⁷⁹MARTINS, Celso. 1995. Op. cit. p. 162.

⁸⁰MALHEIROS, Eglê. Entrevista a Jaci Guilherme Vieira, em 14 de março de 1991. Disponível em: VIEIRA, Jaci Guilherme. 1994. Op. cit.

⁸¹Ibidem. p. 12 e 13.

⁸²MARTINS, Celso. 1995. Op. cit. p. 152.

Pode ser pequeno, descontínuo, fragmentado, mas certamente não é banal... [é possível] ver nestas “pequenas lutas” a classe em formação, na medida em que inaugura um tempo coletivo de elaboração de suas experiências comuns – ou seja, propõe um tempo político onde os trabalhadores podem se ver como sujeitos de uma dominação específica.⁸³

1.3 Os partidos políticos constituídos no contexto de término do Estado Novo

Em 1945, Getúlio Vargas perde a sustentação de seu governo por parte da cúpula militar e passa a se aproximar das massas populares urbanas e dos antigos desafetos políticos. Em abril de 1945, convoca eleições, promove anistia aos presos políticos e legaliza todos os partidos políticos, inclusive o PCB. Dessa maneira, recebe o apoio de muitos militantes comunistas.⁸⁴

O Brasil volta a manter relações diplomáticas com a União Soviética, e uma campanha promovida pelos círculos trabalhistas, aliados de Getúlio Vargas, e por muitos militantes do PCB, agita os rumos da sucessão presidencial. Sob o lema “Queremos Getúlio”, o “Queremismo”, como ficou conhecido, defende a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte, obviamente com Vargas no poder.⁸⁵

Em agosto de 1945, a Segunda Guerra Mundial tem seu término com a vitória dos Aliados. Em 25 de outubro de 1945, Getúlio Vargas renuncia, visto que não suporta as pressões internas, especificamente, dos militares. Entretanto, elabora uma declaração pública de que “concordava” com sua saída. Após a queda de Getúlio Vargas, militares e a oposição liberal entregam o poder provisório ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares.

Nas eleições de 1945, Getúlio Vargas é um dos candidatos. O PCB apesar de próximo a Getúlio Vargas também lança um candidato próprio à presidência, Yedo Fiúza⁸⁶. Com divergências no interior do partido, ocorrem muitas brigas, discussões, afastamentos e/ou expulsões.

Nesse período, fruto da antiga oposição liberal, herdeira da tradição dos partidos democráticos estaduais, contrária ao Estado Novo,

⁸³PAOLI, Maria Célia, Os Trabalhadores Urbanos na Fala dos Outros. IN: LOPES, José Sérgio Leite (Org.), **Cultura & Identidade Operária**. Rio de Janeiro, Marco Zero, s/d, p. 62.

⁸⁴VINHAS, Moisés. 1982. Op. cit. p. 77.

⁸⁵FAUSTO, Boris. 2006. Op. cit. p. 386-387.

⁸⁶FONTES, Paulo. **Um Nordeste em São Paulo: Trabalhadores Migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008. p. 221.

nasce a União Democrática Nacional (UDN). No início e não por muito tempo, a UDN reúne, ainda que em pequeno número, socialistas democráticos e até mesmo comunistas. Do seio da burocracia do próprio Estado, surge, em junho de 1945, o Partido Social Democrático (PSD). Sob inspiração Getulista, do Ministério do Trabalho e da burocracia sindical nasce em setembro de 1945, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), cujo objetivo era aglutinar as massas trabalhadoras sob a bandeira Getulista.⁸⁷

Em Santa Catarina, os partidos políticos com maior votação (PSD, PTB e UDN) eram comandados por abastadas famílias que há muito tempo dirigiam a política catarinense. De um lado, estava parte dos “Ramos” (Nereu Ramos e Celso Ramos) – grandes pecuaristas e proprietários de terras, oriundos do Planalto Lageano; de outro lado, havia uma dissidência da família “Ramos”, comandada por Aristiliano Ramos, que estabelece aliança com os “Konder-Bornhausen” (Adolfo Konder e Irineu Bornhausen)⁸⁸, provenientes do Vale de Itajaí; estes eram investidores em no setor industrial, que se fortalece com a Segunda Guerra Mundial.⁸⁹

A família Ramos e os seus aliados são os responsáveis por organizar o PSD e o PTB no Estado, partidos que, apesar das diferentes diretrizes, constituem inúmeras alianças. O PSD é composto, principalmente, por grandes proprietários de terras e comerciantes; o PTB tem uma maior inserção em setores operários, especialmente a partir da década de 1950. A maior liderança do PSD é Nereu Ramos (seu fundador e presidente até 1958). Depois de Nereu Ramos, quem assume a coordenação do PSD é Celso Ramos, irmão de Nereu Ramos e vice-presidente do partido desde 1946.⁹⁰

O PTB também é fundado no Estado em 1945, os responsáveis são Saulo Ramos (primo de Nereu Ramos), Carlos Gomes de Oliveira, Telmo Vieira Ribeiro, Braz Joaquim Alves e Rafael Gomes Cruz. Os membros do PTB possuíam ligações com o PSD, por meio dos elos familiares e devido ao apoio a Getúlio Vargas. Maria Fernanda Araújo constata em suas pesquisas que, em fins da década de 1940, enquanto o PSD assumia um caráter nacionalista, o PTB buscava atender às

⁸⁷FAUSTO, Boris. 2006. Op. cit. p. 385.

⁸⁸LENZI, Carlos Alberto Silveira. 1983. Op. cit. p. 155-158.

⁸⁹ARAÚJO, Maria Fernanda. 2006. Op. cit. p. 41-43.

⁹⁰Idem.

necessidades mais sentidas da população, como por exemplo, a questão da carestia, aproximando-se bastante dos comunistas.⁹¹

Embora também composto por grandes proprietários de terras e empresários, entre eles, Aristiliano Ramos, Belisário Ramos e Vidal Ramos, Adolfo Konder e Irineu Bornhausen, a UDN recebia, principalmente, o apoio de industriais, comerciantes e profissionais liberais. Eram antigetulistas e tinham como meta a retomada do poder político pelos grupos afastados do governo depois da instauração do Estado Novo.⁹²

Em 1946, é organizado em Santa Catarina o Partido Democrata Cristão (PDC), que teve alguma relevância somente no início da década de 1950, quando o partido obteve vários cargos estaduais; igualmente, surge o Partido de Representação Popular (PRP), cujas origens encontram-se na Ação Integralista Brasileira. Este, em 1947, obteve algum destaque quando elege José Maria Cardoso da Veiga, como Deputado Estadual.⁹³

Dessa forma, pode-se observar que um amplo quadro político desenhava-se em Santa Catarina. O PCB, por sua vez, encontrava-se em pleno processo de organização e consolidação junto à classe média urbana e à classe operária.

1.4 Ações comunistas se expandem nas principais cidades do Estado de Santa Catarina

Desde o início de 1945, os militantes do PCB catarinense haviam se instalado em um sobrado na Praça XV de Novembro, na Capital, e iniciado a organização do Partido no interior do Estado: em **Criciúma**, que desde o início dos anos 1930 contava com operários e intelectuais simpatizantes do anarquismo e do socialismo libertário, faziam parte do PCB: Manif Zacarias, Ernesto Lacombe Filho, Elói Garbelotto e Antônio Parente. No município de **Tubarão**: Alfredo Bernardini, João Manoel Bernardes, Júlio Medeiros e Hélio Hülse. Em **Laguna**: Germano Donner, Eugênio Viana, José Lopes Ferraz, Egídio Cidade e Francisco Coelho. Em **Itajaí**: Juvêncio José d'Ávila, Martinho Silva, Carlos de Góes Rebelo, Alberto Büchele e Joaquim Lopes Correia. Em **Blumenau**: Paulo Borba, Hélio Cabral Teive, Victor Cascaes Figueiredo, Antônio d'Ávila e Altir Ramos. Em **Mafra**: Alcides Francisco Reali, Ataliba Cardoso Vieira, Nicolau Komar, Jorge

⁹¹ARAÚJO, Maria Fernanda. 2006. Op. cit. p. 41-42.

⁹²Ibidem. p. 43.

⁹³LENZI, Carlos Alberto Silveira. 1983. Op. cit. p. 186 e 198.

Lopes Carvalho e Fabrício Manoel de Souza. Em **Caçador**: Herculano Torres da Cruz, Brasil Pessanha, João Batista Sanches e Hertêncio Noel. Em **Lages**: o irmão de Elói Gaberlotto (de Criciúma), Jaime Gaberlotto, organiza o PCB juntamente com Laudelino Rosar, Menotti Becari, Hugo Borges Melo e Nicolau Antônio Roncaglio. Em **Concórdia**: Pompílio Teixeira de Almeida se une a Afonso Henrique e Humberto Zanim e, por fim, em **São Francisco do Sul**: Antenor Rivaldo da Silva, Levino Gonçalves, Benedita Gonçalves e Francisco Barros. Entre esses militantes, havia operários fabris, estivadores, embarcadores, mineiros, eletricitas, médicos, técnicos em eletrônica, professores, militares, advogados, intelectuais, entre outros.⁹⁴

Em 1945, o comando catarinense do partido estava sob a liderança dos que comandavam o partido em Florianópolis: Oscar Amommm (secretário político), Silvio Marques de Oliveira (secretário de organização) e Manoel Alves Ribeiro (secretário sindical)⁹⁵.



Imagem nº 3: Praça XV de Novembro – década de 1940.⁹⁶

Segundo Eglê Malheiros, é instalado no Comitê da Praça XV um sistema de alto-falantes, e da sacada os comunistas comunicavam-se

⁹⁴MARTINS, Celso. 1995. Op. cit. p. 168-169. O autor cita apenas os nomes e, eventualmente, coloca as profissões e demais dados.

⁹⁵LENZI, Carlos Alberto Silveira. 1983. Op. cit. p. 215.

⁹⁶Imagem da Praça XV de Novembro - década de 1940. Disponível em: http://www.velhobruxo.tns.ufsc.br/FotoAntigas/Album003/images/Centro%20-%20Praça%20XV%20-%20decada%20de%201940_JPG.jpg. Acesso em: 22 de maio de 2011.

com a população – tudo era motivo para a realização de um verdadeiro comício. O PCB catarinense era organizado, tinha carteirinhas de filiação, atas de reuniões; porém, o conteúdo estudado entre os militantes dizia muito pouco da realidade catarinense, já que os dirigentes primavam pelas discussões dos materiais enviados pelo Comitê Central.⁹⁷

1.5 A legalidade do PCB e as eleições de 1945 e 1947 em Santa Catarina

Em 1945, Nereu de Oliveira Ramos (110.740 votos) é eleito Senador juntamente com Ivo d'Aquino Fonseca (110.548 votos), ambos do PSD⁹⁸. Os comunistas Álvaro Ventura e Luis Carlos Prestes fazem parte da lista dos candidatos a uma vaga no Senado. Derrotados, o primeiro obtém 1.895 votos e o segundo, 1.638 votos.⁹⁹

O PCB catarinense indica vários candidatos a Deputado Federal no pleito de 1945, mas nenhum é eleito para representar o Estado: Álvaro Ventura (895 votos); Luiz Carlos Prestes (625 votos)¹⁰⁰; Germano Donner (256 votos); Hipólito do Vale Pereira (52 votos); Severino Leite Sampaio (40 votos); Edson Silveira Swain (39 votos); Rita da Costa Ávila Malheiros (36 votos); Sebastião Bous Field Vieira (27 votos) e Manoel Alves Ribeiro (8 votos). Totalizando 2.012 votos, incluídos os na Legenda (34 votos). Enquanto isso, o PSD faz 110.090 votos e elege sete deputados; a UDN, 69.173 votos e obtém duas vagas. Assim como o PCB, o Partido de Representação Popular (PRP) e o PTB não elegem seus candidatos.¹⁰¹

O resultado nacional das eleições de 1945 garante a vitória ao General Dutra, apoiado por Getúlio Vargas, contra o Brigadeiro

⁹⁷ MARTINS, Celso. 1995. Op. cit. p. 181.

⁹⁸Eleito indiretamente vice-presidente do Brasil pela Assembleia Constituinte. **Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina – Resenha eleitoral (eleições catarinenses 1945-1998)**. Disponível em: http://www.tre-sc.gov.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/eleicoes2006/resenha_historica.pdf. Acesso em: 8 de dezembro de 2010. Página. 31.

⁹⁹**Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina – Resenha eleitoral (eleições catarinenses 1945-1998)**. Disponível em: http://www.tre-sc.gov.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/eleicoes2006/resenha_historica.pdf. Acesso em: 8 de dezembro de 2010. Página 87.

¹⁰⁰O Art.42 da Lei Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945, permitia aos candidatos concorrer a presidente, senador e deputado federal simultaneamente em outros estados.

¹⁰¹**Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina – Resenha eleitoral (eleições catarinenses 1945-1998)**. Disponível em: http://www.tre-sc.gov.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/eleicoes2006/resenha_historica.pdf. Acesso em: 8 de dezembro de 2010. Páginas 99 e 100.

Eduardo Gomes¹⁰². Eurico Gaspar Dutra obtém 55% dos votos. Eduardo Gomes 36% e Yedo Fiúza, candidato do PCB, 9%¹⁰³. Em Santa Catarina, 63% escolhem Eurico Gaspar Dutra (PSD); 32% optam por Eduardo Gomes (UDN); 0,8% eleitores votam em Yedo Fiúza (PCB) e 0,2% preferem Rolim Teles (Partido Agrário Nacional – PAN), 4 % dos votos são nulos ou brancos.¹⁰⁴

O PCB elege como Senador e como Deputado Federal – Luis Carlos Prestes, sendo o parlamentar mais votado no Brasil até então. Elege também quatorze Deputados Federais à Assembleia Constituinte: Gregório Bezerra, Alcedo Coutinho e Agostinho Dias de Oliveira (Pernambuco); Carlos Marighela (Bahia); Claudino José da Silva e Alcides Rodrigues Sabença (Rio de Janeiro); Joaquim Batista Neto, João Amazonas e Maurício Grabois (Distrito Federal); José Maria Crispim, Osvaldo Pacheco da Silva, Jorge Amado e Mário Scott (São Paulo) e Abílio Fernandes (Rio Grande do Sul)¹⁰⁵. Eurico Gaspar Dutra assume a presidência em 2 de fevereiro de 1946. Após ser instalada a Assembleia Constituinte a Constituição é promulgada, em 18 de setembro de 1946. É inspirada, principalmente, nos textos de 1891 e 1934 e tem como eixos básicos a consolidação de um sistema político fundado na democracia representativa, na institucionalização da federação e da autonomia municipal, na progressão no tratamento constitucional dos direitos e garantias fundamentais e de matéria econômica e social¹⁰⁶. Porém, as substanciais mudanças propostas pelos comunistas foram deixadas de lado.

Os constituintes do PCB defendiam propostas como a autonomia sindical, o direito de greve, o direito de voto aos analfabetos e soldados, reforma agrária. Criticavam o presidencialismo e defendiam o poder legislativo e as eleições indiretas. Defendiam a separação entre Estado e religião. Todavia, a carta constitucional de 18 de setembro

¹⁰²FAUSTO, Boris. 2006. Op. cit. p. 388 e 397.

¹⁰³FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: Getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 86.

¹⁰⁴**Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina – Resenha eleitoral (eleições catarinenses 1945-1998)**. Disponível em: http://www.tre-sc.gov.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/eleicoes2006/resenha_historica.pdf. Acesso em: 8 de dezembro de 2010.

¹⁰⁵VINHAS, Moisés. 1982. Op. cit. p. 87-88.

¹⁰⁶RÊGO, Geovanna Patricia. **A incorporação dos direitos humanos no Direito Constitucional Brasileiro**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/br/pb/dhparaiba/4/constituicao.html#7>. Acesso em: 14 de março de 2010.

pouco atendeu as expectativas dos comunistas, voto vencido nos plenários.¹⁰⁷

Para Araújo, o fim do Estado Novo significa ao PCB a possibilidade de tornar-se um partido de massas, inserido no jogo do sistema eleitoral. Com isso, o posicionamento da maioria da militância do PCB varia bastante entre 1945 e 1947, no que se refere a alianças eleitorais com os demais partidos. O aconselhável era priorizar os partidos que mais representassem as demandas dos trabalhadores. Mas, embora essa estratégia de ação tenha sido determinada pelo Comitê Central, ela não é homogênea e/ou seguida à risca nos Estados¹⁰⁸.

Inúmeros militantes com algum tipo de proeminência teórica ou habilidade de articulação política eram deslocados de suas bases pelos Comitês, para organizar o partido em diferentes lugares, sendo, até mesmo, afastados de seus trabalhos e remunerados pelo partido (cujos recursos eram oriundos das contribuições regulares de militantes e/ou simpatizantes). Esse fator, “por um lado, acrescentava politicamente às bases a serem criadas ou ampliadas, mas por outro lado, significava uma perda política para célula da qual o indivíduo antes fazia parte”.¹⁰⁹

Em agosto de 1946, ocorre o Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, com a participação de líderes sindicais e de maneira intensa dos petebistas e dos comunistas. O Congresso aprova uma carta de reivindicações trabalhistas (autonomia sindical; criação de sindicatos por grupo profissional; liberdade de sindicalização e eleições de delegados nas empresas) e forma a Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros (CGTB), incorporando as Federações Sindicais.¹¹⁰

Na visão dos dirigentes nacionais do PCB, após a Segunda Guerra Mundial e o fim do Estado Novo, os comunistas deveriam participar dos processos eleitorais, evitar as greves e manter a ordem como um meio de garantir a “unidade nacional”. Contudo, tais ações não tinham o mesmo significado para a Polícia Política nem para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os militantes do PCB, desde 1945, são considerados uma “ameaça legalizada”; e o comunismo, um espectro que rondava o Brasil.

¹⁰⁷ARAÚJO, Maria Fernanda. 2006. Op. cit. p. 28.

¹⁰⁸Ibidem. p. 25.

¹⁰⁹Ibidem. p. 21.

¹¹⁰VINHAS, Moisés. 1982. Op. Cit. p. 91.

À medida que as mobilizações e organizações dos trabalhadores aumentavam, o governo Dutra (1946-1951) instituía inúmeras determinações repressivas. Segundo Fausto,

nos círculos conservadores, costumava-se associar o governo Dutra ao respeito à legalidade [...]. Mas, quando se tratava dos comunistas e dos trabalhadores organizados, o legalismo era muitas vezes esquecido.

Enquanto a Constituinte se reunia, Dutra baixou o Decreto-lei 9.070, de março de 1946, que regulamentava o direito de greve. A definição do que eram “atividades essenciais”, onde as paralisações não seriam permitidas, abrangia quase todos os ramos [...]

O Decreto-lei 9.070 foi editado em um período em que as greves ganhavam ímpeto, enquanto os comunistas passavam gradativamente a apoiá-las.¹¹¹

Nas eleições de 1947, em Santa Catarina, o número de votantes era de 259.285 votos, mas comparecem às urnas para votar em governador, senador, deputado federal e deputado estadual o total de 186.421 pessoas. Os candidatos ao governo e suas respectivas votações são: Aderbal Ramos da Silva, do PSD (95.740 votos); Irineu Bornhausen, da UDN (81.313 votos) e Carlos Sada, do PRP (2.538)¹¹².

O resultado do pleito é a vitória de Aderbal Ramos da Silva e o fortalecimento de seu partido, que, além de eleger o governador, sagra Francisco Benjamim Gallotti e Lucio Correa (senadores), bem como, Joaquim Fiúza Ramos, deputado eleito para a única vaga na Câmara Federal destinada à Santa Catarina. Para a Assembleia Legislativa, das 37 vagas disponíveis, o PSD preenche 21 (86.923 votos), contra 13 (68.784 votos) da UDN, duas do PTB (11.637 votos) e uma do PRP (7.230 votos)¹¹³. Recém saído da condição de clandestino, o PCB se torna alvo de disputas em Santa Catarina, pois tanto UDN quanto PSD querem o apoio dos comunistas aos seus candidatos à Câmara Federal, embora não admitissem publicamente.

Depois de muita discussão, parte do PCB catarinense apóia a UDN, conforme deliberado pelo Comitê Central que havia enviado

¹¹¹FAUSTO, Boris. 2006. Op. cit. p. 401-402.

¹¹²**Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina – Resenha eleitoral (eleições catarinenses 1945-1998).** Disponível em: http://www.tre-sc.gov.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/eleicoes2006/resenha_historica.pdf. Acesso em: 8 de dezembro de 2010.

¹¹³LENZI, Carlos Alberto Silveira. 1983. Op. cit. p. 229-230.

Álvaro Ventura, do Rio de Janeiro para Santa Catarina, especialmente, para constatar qual candidato era mais popular no Estado. A outra parte apoia o vitorioso PSD, que contava com a importante adesão de um dos fundadores do PCB local, Hipólito do Vale Pereira, que, após o pleito, é expulso do Partido por contrariar o que fora deliberado pelo Comitê Central.¹¹⁴

O PCB local, que não indicara pretendentes para a Câmara Federal, lança 34 candidatos para a Assembleia Legislativa. Foi o partido a indicar mais candidatas do gênero feminino, são elas: Rita de Cássia Ávila Malheiros (recebe 28 votos) e Benedita Vieira Gonçalves (4 votos). O total de sufrágios a favor dos candidatos do partido e na legenda é de 2.544 votos. Nenhum é eleito¹¹⁵. As demais mulheres participantes do pleito são: Antonieta de Barros, suplente com 2.092 votos, pelo PSD e Sílvia Amélia Carneiro Cunha, que, não obstante ter obtido apenas 38 votos, também fica na suplência, pois a votação expressiva de seu partido, a UDN, habilita-a para essa condição.¹¹⁶

No cenário nacional, calcula-se que o PCB contava, em 1946, com cerca de 180 a 200 mil militantes¹¹⁷. Todavia, se no cenário nacional o PCB estava se manifestando com sucesso nas eleições, em Santa Catarina, não se pode dizer o mesmo.¹¹⁸

1.6 De volta à clandestinidade

Em maio de 1947, no Supremo Tribunal Federal denúncias são feitas por deputados do PTB contra o PCB, fator que desencadeia a cassação do registro do PCB. Para tal, é utilizado um texto da Constituição que vedava a “existência de qualquer partido político cujo programa ou ação contrariasse o regime democrático, baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem”. Para Boris Fausto, “era evidente que, em nome do combate ao comunismo, o governo tratava de quebrar a espinha das organizações

¹¹⁴MARTINS, Celso. 1995. Op. cit. p. 177-178.

¹¹⁵**Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina – Resenha eleitoral (eleições catarinenses 1945-1998).** Disponível em: http://www.tre-sc.gov.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/eleicoes2006/resenha_historica.pdf Acesso em: 8 de dezembro de 2011. Página 133.

¹¹⁶**Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina – Resenha eleitoral (eleições catarinenses 1945-1998).** Disponível em: http://www.tre-sc.gov.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/eleicoes2006/resenha_historica.pdf Acesso em: 8 de dezembro de 2011. Páginas 129 e 131.

¹¹⁷FAUSTO, Boris. 2006. Op. cit. p. 402.

¹¹⁸VIEIRA, Jaci. 1994. Op. cit. p. 20.

contrárias a sua orientação”¹¹⁹. Mesmo na ilegalidade, os militantes do PCB não deixam de lado suas atividades. Prova disso é o fato de o jornal “Tribuna Popular”, editado pelo partido, voltar à ativa pouco tempo depois como “Imprensa Popular” e continuar sendo publicado até 1958. Alguns militantes são presos, enquanto outros conseguem eleger-se para o Congresso e para as Assembleias Legislativas por diferentes legendas. Entretanto, algo fica nítido para uma parcela da militância do PCB: alianças com outros partidos poderiam ser muito perigosas.¹²⁰

Em Santa Catarina, alguns comunistas locais haviam se unido ao PSD nas eleições de 1947. Hamilton Ferreira é eleito vereador na capital catarinense pelo PSD em 1947; não suporta, porém, o boicote sofrido dentro do PSD por causa de sua ligação com o PCB, com isso, renuncia ao cargo.¹²¹

Os demais militantes dividem-se entre os que permaneceram militando no ilegal PCB e aqueles que desistiram da vida política. Durante mais de um ano, o PCB catarinense não obteve contatos com a direção nacional do Partido. Os que continuam no PCB viveram momentos de falta de perspectivas, de brigas internas e afastamentos. Oscar Ammom deixa a secretaria geral; em seu lugar, assume por um curto período a militante de apenas 20 anos de idade, Eglê Malheiros¹²², filha da também militante, Rita Malheiros. Posteriormente, o cargo é ocupado por Aldo José Sagaz, tipógrafo e livreiro, ligado a um grupo de intelectuais próximos ao PCB. Entretanto, Sagaz passa a ser visto como uma pessoa muito autoritária, o que desagradava muitos companheiros de PCB.¹²³

¹¹⁹FAUSTO, Boris. 2006. Op. cit. p. 402-403.

¹²⁰Idem.

¹²¹MARTINS, Celso. 1995. Op. cit. p. 179.

¹²²Eglê Malheiros nasce em 3 de julho de 1928 em Tubarão – SC. Filha do militar Odílio Cunha Malheiros e da militante comunista Rita da Costa Ávila Malheiros. Inicia a militância nos anos 1940 sob influência da família, chegou à direção do PCB catarinense no final dos anos 1940. É uma das fundadoras do “Grupo Sul” (movimento artístico que levou o modernismo a Santa Catarina – tem início em 1947 e sua atuação se dá no campo da literatura, do cinema, do teatro e das artes plásticas). Em 1951, forma-se em Direito pela Faculdade de Direito; em Florianópolis, também foi professora de História do Instituto Estadual de Educação, na capital catarinense. Casada com o jornalista e escritor Salim Miguel, ambos sofrem intensas perseguições após a deflagração do Golpe Civil Militar de 1964, inclusive são presos na ocasião. Atualmente, Eglê Malheiros Miguel reside com seu companheiro - Salim Miguel na capital catarinense. MALHEIROS, Eglê. Florianópolis-SC, 10 de maio de 2010. Entrevista concedida à Bernardete Wrublevski Aued; Daiana Castoldi Lencina e Edna Garcia Maciel Fiod. Acervo das autoras.

¹²³MARTINS, Celso. 1995. Op. cit. p. 184.

1.7 Eleições de 1950 e a intensificação das atuações da militância do PCB catarinense

Por volta de 1950, o catarinense Nereu Ramos, presidente do Diretório Nacional do PSD, era apontado como o candidato “natural” à presidência da República. Contudo, ele não tinha a “simpatia” por parte do então Presidente Dutra, que também não apoia Getúlio Vargas, resolvendo indicar como candidato, nas convenções do PSD, o advogado e político mineiro, Cristiano Machado¹²⁴. Dessa forma, o PSD sofre um esvaziamento das principais lideranças, apoiadoras de Getúlio Vargas¹²⁵. Nereu Ramos, excluído da disputa à presidência, volta para Santa Catarina para tratar de sua “sobrevivência política”.

Em 1950, Getúlio Vargas lança sua candidatura à presidência juntamente com Café Filho pelo PTB e pelo Partido Social Progressista (PSP). Em sua campanha, Getúlio Vargas, defende o “trabalhismo” – uma combinação de assistencialismo social com atividade política das classes trabalhadoras e nacionalismo econômico.¹²⁶

Cabe ressaltar que, desde 1947, mais um importante político destacava-se na cena nacional – Ademar de Barros, do Partido Social Progressista. Apoiado pelos comunistas, sagra-se governador de São Paulo. Apesar de ter começado sua carreira ainda no Estado Novo como interventor em São Paulo, Ademar de Barros sabe adaptar-se ao jogo político dos “novos tempos”, transformando o PSP em um partido capaz de angariar votos entre as camadas populares e parcelas da pequena e média burguesia paulistana e do interior do estado. Porém, sozinho não tinha forças para disputar a presidência da República, por isso resolve apoiar a candidatura de Getúlio Vargas.¹²⁷

Pela UDN, lança-se a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, que obtém o apoio dos antigos integralistas e comete a fatalidade de defender publicamente a revogação da Lei do Salário Mínimo¹²⁸. O resultado do pleito é a vitória de Getúlio Vargas com 48,7% dos votos, contra 29,7% do Brigadeiro Eduardo Gomes e 21,5% do advogado Cristiano Machado. Aproximadamente ¼ da votação de Getúlio Vargas é oriunda de São Paulo, demonstrando o quanto a união com Ademar de Barros é profícua.¹²⁹

¹²⁴ LENZI, Carlos Alberto Silveira. 1983. Op. cit. p. 232.

¹²⁵ FAUSTO, Boris. 2006. Op. cit. p. 405.

¹²⁶ CHILCOTE, Ronald H. 1982. Op. cit. p. 106.

¹²⁷ FAUSTO, Boris. 2006. Op. cit. p. 405.

¹²⁸ Idem.

¹²⁹ Idem.

Em Santa Catarina, as eleições de 1950 também são movimentadas. Segundo Lenzi, as questões políticas estaduais tomavam vulto maior do que as disputas para a Presidência da República.¹³⁰

Contrariando o fluxo do PSD nacional, em Santa Catarina, o partido apoia Getúlio Vargas do PTB e lança Udo Deeck como candidato ao governo do Estado e, ainda, João David Ferreira Lima e o próprio Nereu Ramos para o Senado. Mas, o PTB em Santa Catarina já havia lançado a candidatura de Carlos Gomes de Oliveira para o Senado. A UDN lança Irineu Bornhausen como candidato ao Governo do Estado e se junta com parte do PTB para apoiar Carlos Gomes de Oliveira para o Senado em oposição a Nereu Ramos. Por essa “união” com a UDN, o PSD entra com uma denúncia contra o PTB catarinense no Diretório Nacional do PTB. Getúlio Vargas realiza um comício em Florianópolis e, mesmo ao lado do candidato ao Senado pelo PTB, Carlos Gomes de Oliveira, recomenda votos para Nereu Ramos (concorrente de Carlos Gomes de Oliveira) e Udo Deeck, ambos do PSD¹³¹. No pleito, Irineu Bornhausen é eleito governador, e Carlos Gomes de Oliveira derrota Nereu Ramos.

No referido processo eleitoral, a militância do PCB realiza intensa campanha para o voto em branco, mas, em Santa Catarina, a maioria dos militantes escolhe para Presidente da República, Getúlio Vargas, camufladamente para não sofrer represálias, segundo Eglê Malheiros.¹³²

O presidente Getúlio Vargas, em 1953, nomeia João Goulart para o Ministério do Trabalho. Goulart, então um jovem estancieiro gaúcho cuja família possuía ligações com a família Vargas. Goulart era influente nos meios sindicais do PTB e, na visão de Getúlio Vargas, uma pessoa capaz de conter a crescente influência comunista nos sindicatos. Na interpretação dos militantes da UDN, João Goulart era defensor de uma “República Sindicalista”.¹³³

Entre a militância do PCB nacional predominava a concepção de que sindicatos oficiais não passavam de órgãos a serviço do governo. Todavia, cada local possuía suas especificidades e isso não é levado em conta pela maioria das lideranças do PCB nacional.

¹³⁰LENZI, Carlos Alberto Silveira. 1983. Op. cit. p. 237.

¹³¹Ibidem. p. 236.

¹³²MALHEIROS, Eglê. Entrevista concedida a Celso Martins. Disponível em: MARTINS, Celso. 1995. Op. cit. p. 191.

¹³³FAUSTO, Boris. 2006. Op. cit. p. 410.

Por volta de 1952, os líderes do PCB passam a rever sua política sindical¹³⁴. Os dirigentes do Comitê Central do PCB aprovam uma “Resolução Sindical” que determina aos comunistas a atuação nos sindicatos, com o intuito de aproximarem-se dos trabalhadores, de suas reivindicações e de fazer alianças com as forças atuantes, sobretudo, com o PTB, fomentando assim a sindicalização e a unidade sindical.¹³⁵

Nesse mesmo período, os comunistas também representavam uma das forças motoras da primeira intersindical formada nos anos 1950, a “Comissão intersindical contra a assiduidade”, oriunda da luta de diversos segmentos de trabalhadores contra a aplicação de uma cláusula de assiduidade integral nos acordos salariais. Na prática, tal cláusula significava que o aumento salarial só seria concedido se o trabalhador tivesse 100% de assiduidade e se não tivesse, em nenhuma oportunidade, chegado ao local de trabalho com atraso.¹³⁶

O historiador Jaci Guilherme Vieira observa que o PCB em Santa Catarina obteve maior expressão exatamente nesse momento de ilegalidade – década de 1950 – do que no período da legalidade, entre os anos 1945-1947.¹³⁷

No início dos anos 1950, ocorre um intenso conflito entre a militância do PCB catarinense, envolvendo Aldo Sagaz, Manoel Alves Ribeiro e o estudante de Direito e membro do PCB oriundo do movimento estudantil, Aldo Pedro Dittrich. A conjuntura conflituosa entre os comunistas catarinenses é de tal ordem que o Comitê Central resolve mandar para Santa Catarina o dirigente Fernando Pereira Cristiano, codinome “Claudio” para resolver a situação. Sagaz então é enviado para Minas Gerais.¹³⁸

Fernando Pereira Cristino, carioca, nascido em 1924, chega a Santa Catarina, após a realização do IV Congresso do PCB, em novembro de 1954, com a missão de ser o dirigente máximo do PCB no Estado. A direção era formada também por José Martins¹³⁹, Manoel

¹³⁴CHILCOTE, Ronald H. 1982. Op. cit. p. 111-112.

¹³⁵VINHAS, Moisés. 1982. Op. cit. p. 130.

¹³⁶Idem.

¹³⁷VIEIRA, Jaci. 1994. Op. cit. p. 29.

¹³⁸MARTINS, Celso. 1995. Op. cit. p. 184.

¹³⁹O professor José Martins Neto nasce em 1904, no Ceará. Filho de um rico fazendeiro e empresário – José Martins Filho e da descendente de belgas e holandeses – Maria de Lourdes, ele abandona a família e suas propriedades e viaja pelo Brasil. Em Florianópolis, fica noivo de Araci Barreto Moreira. Na “Revolução de 1930”, parte para São Paulo e na “Revolução Constitucionalista de 1932”, acaba sendo preso. Em 1933, resolve voltar para Florianópolis e casar-se com sua noiva. Em 1937, parte para Fortaleza com a família. Em 1939, volta para Florianópolis e consegue um emprego como professor no Colégio Catarinense e, no início dos

Alves Ribeiro, Aldo Pedro Dittrich, Manoel Job Valentim, Mário Bastos, Eglê Malheiros e Rita Malheiros. O PCB no Estado contava ainda com militantes eventuais, tais como o médico pediatra Miguel Salles Cavalcanti.¹⁴⁰

A organização do PCB catarinense não se limitava em pertencer ao partido. Militantes e suas famílias faziam parte de um grupo social, ligado por relações de afetividade e, dessa forma, todos mantinham o partido funcionando, por meio da realização de reuniões, comícios, festas, entre outras atividades. Todos os comunistas eram responsáveis por dar assistência aos demais membros do partido e aos seus familiares. Foi nesse período que os ideais comunistas se propagam entre o povo brasileiro, por intermédio de jornais, boletins, manifestações públicas, atuação político-sindical, entre outros meios. Do mesmo modo, nesse momento, o movimento operário e sindical no sul catarinense começa a auferir proporções consideráveis, tornando-se um dos mais importantes do Brasil. Com isso, grande parte da atenção do PCB catarinense que estava concentrada, principalmente, na capital, volta-se para a região carbonífera, e proeminentes membros do Partido são enviados para Criciúma; o principal deles é membro da direção estadual, Aldo Pedro Dittrich.¹⁴¹

anos 1940, passa num concurso para o cargo de professor do Instituto Estadual de Educação. Milita intensamente no PCB até 1956; era um dos responsáveis por conseguir arrecadar fundos para manter o partido funcionando em Santa Catarina. No entanto, abalado pelas denúncias contra Stalin resolve abandonar aos poucos o partido. Mesmo assim, em 1964 é preso. Não foi possível precisar a data de sua morte, mas Celso Martins aponta que o professor sofre um infarto fulminante ainda nos tempos da “Ditadura”. MARTINS, Celso. 1995. Op. cit. p. 208-210.

¹⁴⁰ Ibidem. p. 185.

¹⁴¹ FERNANDES, Maria Luiza. 1992. Op. cit. p. 61 (nota de rodapé).

CAPÍTULO 2: ALDO PEDRO DITTRICH NO TEMPO DO JORNAL UNIDADE

2.1 “Aquele que trazia o vermelho nas idéias e na cor dos cabelos”

Aldo Pedro Dittrich, o menino do cabelo “cor de fogo”¹⁴², nasce em 21 de agosto de 1926, na cidade de Canoinhas – SC. Filho de modestos comerciantes – Adolfo Dittrich e Petronilla Rosina Castanha Dittrich, reside durante sua infância com sua família em Marcílio Dias – SC. Após ser alfabetizado pelo professor João Möeller, estuda no Internato Paranaense “Rio Branco”, em Curitiba. Com a maioridade, chega a prestar serviço militar obrigatório no Rio de Janeiro, mas não opta por seguir carreira nas Forças Armadas Brasileiras. Entre o fim da década de 1940 e início da década de 1950, Dittrich muda-se para Florianópolis com o intento de cursar a Faculdade de Direito¹⁴³. Em 1950, ingressa na vida acadêmica e, durante esse período, estabelece o vínculo com o PCB, tornando-se integrante da “Frente Operário-Estudantil”.¹⁴⁴

Na década de 1940, com a “Consolidação das Leis do Trabalho”, muitos acadêmicos dos cursos de Direito começam a voltar os seus olhares para uma área ainda pouco frequentada – “Direito Trabalhista”. Nesse período, surgem muitos advogados, em sua maioria, ligados ao PCB que decidem “buscar ao mesmo tempo novas oportunidades de trabalho e satisfazer seus ideais políticos”¹⁴⁵. Em 1946, é criado em São Paulo o Departamento Jurídico do PCB, destinado, especialmente, a dar assistência jurídica aos militantes do partido e aos trabalhadores sindicalizados. Além disso, havia também na capital paulista muitos escritórios de advocacia particulares com a

¹⁴²O jornalista José da Silva Júnior observa que Aldo Pedro Dittrich, além de notório comunista, chamava a atenção de todos por ser ruivo, por isso o descreve como “aquele que trazia o vermelho nas idéias e na cor dos cabelos”. SILVA JUNIOR, José da. **Histórias que a bola esqueceu**: a trajetória do Esporte Clube Metropol e de sua torcida. Florianópolis: CMM Comunicação, 1996. p. 18.

¹⁴³DITTRICH, Aldo Pedro. Canoinhas – SC, agosto de 2002. Conversa com Bernardete Wrublewski Aued. Acervo da autora.

¹⁴⁴Integrada pelos Diretórios Acadêmicos, pela União Florianopolitana de Estudantes, União Catarinense dos estudantes e por sindicatos de trabalhadores.

¹⁴⁵CORRÊA, Larissa Rosa. **Trabalhadores têxteis e metalúrgicos a caminho da Justiça do Trabalho: leis e direitos na cidade de São Paulo, 1953 a 1964**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva. 2007. p. 33.

mesma finalidade, sendo a utilização do *Habeas Corpus* um exemplo de como um dispositivo legal se torna uma importante estratégia na luta do movimento operário.¹⁴⁶

Em Santa Catarina, não é diferente, pois a Faculdade de Direito em Florianópolis,¹⁴⁷ na década de 1950, também conta com a presença atuante dos comunistas, entre eles: Aldo Pedro Dittrich, Francisco José Pereira¹⁴⁸ e Carlos Franklin Paixão Araújo¹⁴⁹. Depois de formados, os

¹⁴⁶CORRÊA, Larissa Rosa. 2007. Op. cit. p. 34-35.

¹⁴⁷Fundada em 11 de fevereiro de 1932. A primeira turma de Bacharéis em Direito formada pela Faculdade, colou grau em 27 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.ccj.ufsc.br/ccj/historico.html>. Acesso em 24 de maio de 2011.

¹⁴⁸Francisco José Pereira nasce em Florianópolis, em abril de 1933. Filho de um simpatizante do PCB – Hidelbrando Pereira e de Ida Coelho Pereira, ele ingressa no Partido Comunista Brasileiro em 1955. Jornalista, com registro na Delegacia Regional do Trabalho sob o n° 187, foi redator e gerente do Diário da Tarde (1952 a 1955). Cria o semanário esportivo O Invicto (1953 a 1955) e foi diretor-proprietário do semanário “Folha Catarinense” (novembro/1963 a Abril de 1964), além de colaborar com matérias para o jornal “Unidade”. Forma-se em Direito pela Faculdade de Direito em Florianópolis, em 1959. Na condição de advogado, atua junto ao Sindicato dos Mineiros de Criciúma e, no final dos anos 1960 e início dos anos 1960, é mandado pelo PCB para Blumenau, com intuito de ser o advogado do operariado local; com isso, sofre inúmeras perseguições políticas. Para fugir da repressão, deixa o país em 1964 após o Golpe Civil Militar. Entre 1965 a 1980, esteve exilado em países da América, Europa e África. De retorno ao Brasil, ocupa vários cargos públicos. Em 1995, funda a Editora Garapuvu. É membro da Academia Catarinense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Ver mais a respeito em: MARTINS, Celso. 1995. Op. cit. p. 195-202 e também no site da internet: <http://www.acl-sc.org.br/arquivos/Biografia+Francisco+Jose+Pereira.pdf>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2011.

¹⁴⁹Carlos Franklin Paixão Araújo nasce em 18 de fevereiro de 1938, em São Francisco de Paula – RS. Filho do advogado comunista Afrânio Vidal Araújo e de Marieta Paixão Araújo. Na adolescência, influenciado pelo pai, ingressa na Juventude do Partido Comunista Brasileiro. No final dos anos 1950, não consegue ingressar na Faculdade de Direito em Porto Alegre devido às perseguições por suas convicções políticas. Então, pela proximidade com a capital gaúcha, Araújo resolve ingressar na Faculdade de Direito em Florianópolis – neste local permanece por quase dois anos, quando tranca o curso e vai trabalhar no Rio de Janeiro e posteriormente, por um curto período, permanece na recém-inaugurada – Brasília. Com o fortalecimento das Ligas Camponesas no Nordeste, Araújo parte para Pernambuco e milita com Francisco Julião, até por volta de 1963. De volta para o Rio Grande do Sul, consegue concluir a faculdade e tornar-se um advogado especializado em Direito Trabalhista – momento em que restabelece contato com comunistas catarinenses, entre eles, Aldo Pedro Dittrich. Na oportunidade se torna o representante do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, em Porto Alegre. Em 1964, é preso por um curto período de tempo e depois de solto passa a militar intensamente contra o Regime Militar. Com o Ato Institucional n° 5, une-se a grupos armados do centro do País, sendo um dos dirigentes da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares – nesse período conhece sua segunda esposa, a hoje Presidenta da República – Dilma Rousseff, com quem foi casado por 30 anos (1969-1999). Ficou preso de 1970 a 1974. Após a anistia, elege-se deputado estadual no Rio Grande do Sul em 1982, sendo reeleito por mais duas legislaturas. Concorre à prefeitura de Porto Alegre em 1988 e em 1992 pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Atualmente exerce a profissão de advogado em Porto Alegre. ARAÚJO, Carlos Franklin Paixão. Porto

três optam pela área do Direito Trabalhista e passam a atuar no movimento sindical.

Os membros do PCB-SC contavam com o importante respaldo jurídico do desembargador José do Patrocínio Gallotti, nascido em 14 de abril de 1908. Advogado de formação, Gallotti exerce os cargos de Promotor Público, Auditor da Justiça Militar, Juiz de Direito e Desembargador. Também foi professor da Universidade Federal de Santa Catarina. Gallotti, ao ser preso em 1964 acusado de pertencer ao Partido Comunista Brasileiro, quando perguntado se havia assinado alguma lista pela legalização do partido responde aos seus inquisidores: “assinei em minha vida muitos documentos, protestos e apelos, definindo minhas posições, mas não me recordo de ter assinado a lista que os senhores se referem. Entretanto, se não o fiz, deveria tê-lo feito”. Gallotti falece em 15 de julho de 1985, aos 77 anos.¹⁵⁰

Um exemplo do respaldo jurídico dado aos comunistas por José do Patrocínio Gallotti ocorre numa manhã da década de 1950 quando uma faixa foi colocada em uma das ruas laterais à Praça XV de Novembro, no centro de Florianópolis: “Jornal Unidade é Traição”, zelando pela integridade da faixa e no aguardo de qualquer manifestação de repúdio à mensagem havia dois policiais militares. Então, Aldo Pedro Dittrich e um amigo armam uma estratégia para desviar a atenção dos soldados: pedem a outros dois camaradas que simulem uma briga próximo ao “Miramar”¹⁵¹.

Dessa forma, a confusão é armada, junta muita gente para assistir à briga, e os policiais responsáveis pela faixa são requisitados para apaziguar a suposta contenda entre os dois rapazes. Enquanto isso, Dittrich e seu amigo, sobre a carroceria de um caminhão e com um pincel e tinta preta, param em frente à faixa e acrescentam a letra “D” na palavra “Traição”, transformando a frase: “Jornal Unidade é Traição” em “Jornal Unidade é Tradição”. Os policiais, ao resolverem a querela próximo ao “Miramar”, retomam a guarita da faixa e nada percebem.

No dia seguinte, o Delegado do DOPS-SC, o Tenente Coronel Trogílio Melo, é notificado do fato e suspeita que Dittrich estivesse envolvido com o acontecimento, então, invade o hotel onde o comunista residia, localizado na Rua Conselheiro Mafra. O dono do

Alegre – RS, 8 de agosto de 2009. Entrevista concedida à Bernardete Wrublewski Aued e Daiana Castoldi Lencina. Acervo das autoras.

¹⁵⁰MARTINS, Celso. 1995. Op. cit. p. 193-194.

¹⁵¹O restaurante Miramar, entre as décadas de 1920 e 1970, funcionou sobre o Trapiche Municipal no centro de Florianópolis, junto à Praça XV de Novembro.

estabelecimento, muito furioso, solicita que a porta não fosse arrombada. Dittrich permanece chaveado em seu quarto e não atende às solicitações da polícia. Ao perceber que o arrombamento da porta era iminente, ele rapidamente tira as suas roupas e fica completamente nu. Quando a polícia, finalmente, consegue abrir a porta é surpreendida com a cena constrangedora. Enquanto isso, Reinaldo, seu colega de faculdade, ao tomar conhecimento do ocorrido, entra em contato, via telefone, com o Juiz e Desembargador José do Patrocínio Gallotti, que prontamente concede o *Habeas Corpus* para Dittrich e liga para o hotel a fim de comunicar sua decisão ao irritado delegado Trogílio Melo¹⁵². Quem sabe, esse tenha sido o primeiro caso de *Habeas Corpus* por telefone da justiça catarinense. Episódio que pode ser considerado banal à primeira vista, mas que demonstra as articulações do movimento estudantil universitário em Florianópolis nos anos 1950; as mobilizações dos comunistas locais; os respaldos jurídicos e a atuação da polícia política em Santa Catarina.



Imagem nº 4: Praça XV de Novembro, Florianópolis. Anos 1950.¹⁵³

¹⁵²DITTRICH, Aldo Pedro. Canoinhas – SC, agosto de 2002. Conversa com Bernardete Wrublewski Aued. Acervo da autora.

¹⁵³Praça XV de Novembro, Florianópolis. Anos 1950. Disponível em: http://www.velhobruxo.tns.ufsc.br/FotoAntigas/Album006/images/6054%20%20Praça%20xv%20anos%20de%201950_.jpg.jpg . Acesso em: 21 de maio de 2011.

2.2 *Dittrich: bandeiras defendidas e conflitos engendrados*

Em agosto de 1950, Luis Carlos Prestes, por meio do “Manifesto de Agosto de 1950”, como fica conhecido, conclama uma luta direta pelo poder com a fundação de uma ampla organização popular, denominada “Frente Democrática de Libertação Nacional”, cujo programa possuía nove pontos, resumidos em: governo popular e democrático; “paz contra a guerra imperialista”; nacionalização das empresas estrangeiras; reforma agrária; liberdade democrática para o povo; desenvolvimento da economia brasileira; melhores condições de vida; educação gratuita e formação de um exército de libertação.¹⁵⁴

Depois do “Manifesto de Agosto de 1950”, o PCB envolve-se na criação de medidas de proteção ao petróleo, ao minério de ferro e ao manganês; no ataque às empresas Petrolíferas estrangeiras e à proposta de Getúlio Vargas de criar uma companhia Petrolífera de capital misto – a Petrobrás (instalada formalmente em outubro de 1953), pois para os comunistas, o Estado deveria gerir as indústrias básicas.¹⁵⁵

No plano internacional, o PCB organiza o “Movimento Nacional pela Proibição de Armas Atômicas” (1950); o “Congresso do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz” (1951), contra a Guerra da Coreia; Campanha em prol do “Conselho Mundial da Paz” (1951-1952); ataca à proposta de um acordo de defesa mútua entre Brasil e Estados Unidos; organiza uma petição em apoio a um congresso internacional pela paz, realizado em Viena, em 1952; faz uma campanha pelo restabelecimento das relações diplomáticas e comerciais com a União Soviética, a China e a Europa Oriental, em 1953; cria a Liga de Emancipação Nacional, em defesa da nacionalização das empresas de energia elétrica; defende o controle dos recursos minerais, reforma agrária, desenvolvimento da cultura nacional e da ciência e o fim da “dominação” estadunidense ao Brasil.¹⁵⁶

Aldo Pedro Dittrich participa ativamente dessas bandeiras defendidas pelo PCB nos anos 1950, principalmente, na Campanha “O Petróleo é nosso”. Em 1952, é o representante catarinense no 3º Congresso Nacional do Petróleo, realizado no Rio de Janeiro e, em 1953, é designado membro da Diretoria da “Comissão da Conferência e Defesa do Petróleo”, em Santa Catarina.

Durante sua trajetória em Florianópolis, Dittrich envolve-se em muitas confusões com o Tenente-Coronel Trogílio Melo, responsável

¹⁵⁴CHILCOTE, Ronald H. 1982. Op. cit. p. 108.

¹⁵⁵Ibidem. p. 109-110.

¹⁵⁶Idem.

pelo DOPS/SC. Além da militância estudantil e partidária, Dittrich era responsável por editar e distribuir boletins, cujo primeiro é registrado pelo DOPS/SC, em outubro de 1951 e tinha a seguinte denominação: “Pela paz e contra a carestia”.¹⁵⁷

Em 12 de novembro de 1953, o DOPS/SC determina a instauração de inquérito contra Dittrich, por ele ter distribuído, no dia anterior, o Boletim intitulado “Ao povo”, que segundo o DOPS/SC era “de cunho comunista e subversivo”. Segue um trecho do episódio registrado pela polícia ao interrogar Dittrich:

No dia anterior, na Faculdade de Direito, onde cursava a 4ª Série, distribuii cerca de 20 boletins com o título “Ao Povo”; que encontrou um pacote na portaria do hotel onde residia, com seu nome, contendo os referidos boletins; que não tinha idéia sobre a autoria dos boletins; e que concordava plenamente, sem restrições, com o que estava escrito.¹⁵⁸

Na condição de dirigente do PCB em Santa Catarina, Dittrich conclui a faculdade, torna-se jornalista, funda e dirige o jornal “Unidade”, e, ainda, é advogado do Sindicato dos Mineiros de Criciúma.

Além de enfrentar oposições políticas, policiais e sindicais, Dittrich sofre com o ferrenho discurso anticomunista propagado, sobretudo, durante missas na Igreja Católica. Carla Rodeguero, estudando o imaginário anticomunista católico, sugere que o comunismo tenha sido o inimigo mais poderoso de todos os tempos da cristandade, o “demônio mais aterrorizante e maldoso”. O imaginário diz respeito ao conjunto de imagens e relações de representações produzidas pelos homens sobre determinados aspectos da vida social. Os comunistas são representados ao longo dos tempos como a “imagem do mal”, responsáveis por trazer a subversão, a desagregação da família e da sociedade.¹⁵⁹

Exemplo do exposto por Carla Rodeguero são as ações do padre Stanislaw Sizeski, dono de uma emissora de rádio em Criciúma, que pedia com insistência tanto na missa quanto em sua rádio que ninguém

¹⁵⁷Documento expedido pela Subsecretaria de Inteligência da Casa Militar da Presidência da República. Brasília – DF, 18 de novembro de 1998. Arquivo da família Dittrich.

¹⁵⁸Documento expedido pela Subsecretaria de Inteligência da Casa Militar da Presidência da República. Brasília – DF, 18 de novembro de 1998. Arquivo da família Dittrich.

¹⁵⁹RODEGUERO, Carla S. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). 2. ed. Passo Fundo: UFP, 2003. p.16.

alugasse uma casa para o advogado comunista Aldo Pedro Dittrich, com a justificativa de que este era um perigoso “subversivo” recém-chegado à cidade.¹⁶⁰

Os incentivos do governo para a indústria carbonífera, até por volta dos anos 1930, eram destinados ao barateamento do custo energético dos transportes nos grandes centros e ferrovias. Entretanto, é no período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que o carvão passa a assumir importância primordial, por dois motivos: primeiro, porque ocorre a carência do produto no mercado mundial com o conflito e segundo, em virtude do investimento maciço do governo Getúlio Vargas no setor, subsidiando todas as etapas, da extração até a compra de toda a produção, com o intuito de desenvolvimento industrial do país.¹⁶¹

Todavia, após a Segunda Guerra, os países beligerantes reconquistam o mercado outrora perdido. Soma-se a isso, o fato de o óleo combustível nos setores de transporte ferroviário e marítimo brasileiro ter substituído a energia a vapor e, por fim, quicá o “golpe de misericórdia” tenha sido o fato de o governo não garantir mais a compra de toda a produção, que se encontrava em acelerado crescimento.¹⁶²

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em operação desde 1946, é pressionada a garantir a compra de toda a produção de carvão. Esse episódio fica conhecido como a “Batalha do Carvão”. Porém, somente em 1953, com a estatização da Companhia Próspera (criada em 1924) é que ocorre um novo fluxo de crescimento efetivo do setor¹⁶³. Cabe destacar que apenas Santa Catarina possuía o carvão metalúrgico e é na década de 1950 que ocorre ascensão do setor industrial no Brasil¹⁶⁴.

Nesse contexto, o território do carvão se define como um campo de forças em luta, principalmente, na segunda metade da década de 1950, quando incrementa sua produção nas minas de carvão. As atividades de extração do minério concentravam-se, sobretudo, nos municípios de Lauro Müller, Urussanga, Siderópolis e Criciúma.

Em 1938, ocorre a primeira tentativa de organização de um sindicato dos mineiros na região, cujo nome era “Sindicato dos Operários das Minas de Carvão em Cresciúma”. Tal sindicato teve vida efêmera em tempos beligerantes.¹⁶⁵

¹⁶⁰DITTRICH, Aldo Pedro. Canoinhas-SC, agosto de 2002. Conversa com Bernardete Wrublevski Aued. Acervo da autora.

¹⁶¹LEMONS, Gustavo. 2008. Op. cit. p. 9.

¹⁶²Ibidem. p. 13.

¹⁶³Idem.

¹⁶⁴Idem.

¹⁶⁵Ibidem. p.17.

O “Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Carvão de Criciúma” ou simplesmente Sindicato dos Mineiros de Criciúma, oficialmente, inicia-se em 27 de fevereiro de 1944 como uma associação profissional. De acordo com Volpato, em 8 de maio de 1945 é decidido pelo requerimento da investidura sindical.¹⁶⁶

Para Volpato, a primeira fase do Sindicato dos Mineiros de Criciúma compreende o período de sua fundação até o ano de 1957. Esse primeiro momento é marcado pela influência de Partidos aliados ao governo, especificamente, PTB e PSD, sendo conhecido como período do “peleguismo” – o posicionamento da direção do Sindicato dos Mineiros de Criciúma era conciliatório e dependente das disposições patronais, bem como do Ministério do Trabalho. No entanto, são comuns as divergências entre dirigentes e trabalhadores, tanto que os últimos, muitas vezes, organizavam manifestações e greves contrariando as recomendações dadas pelo sindicato.¹⁶⁷

Na década de 1950, O Sindicato dos Mineiros de Criciúma passa a contar com militantes do clandestino PCB. Segundo Fernandes,

por volta de 1952, já se detectava a uma presença marcante do PCB em Criciúma, sobretudo no meio mineiro. Nessa época, havia mineiros filiados ao Partido que começariam a aparecer de forma acentuada nas reuniões e assembleias. Também será por volta de 1952 que o PCB começará a mandar representantes para Criciúma, tendo em vista a atenção que os mineiros conseguiram despertar na região através de seus movimentos.¹⁶⁸

Amadeu Hercílio da Luz, em entrevista concedida a Fernandes, confirma a informação de que não somente ele é enviado à Criciúma pelo PCB, mas também o advogado Aldo Pedro Dittrich, o que, na visão de Fernandes, seria a aplicação em Criciúma da “Resolução Sindical”, aprovada pelo Comitê Central do PCB em 1952¹⁶⁹. Resolução que orienta os comunistas a retornarem aos sindicatos e lutarem ao lado da classe operária por melhores condições de trabalho e subsistência.

Os mineiros de carvão têm, sem dúvida, uma das mais degradantes condições de trabalho. Além disso, na época, a crescente inflação tornava os seus salários cada vez menos suficientes para garantir a subsistência. Os patrões associam o reajuste salarial ao

¹⁶⁶VOLPATO, Terezinha. 1984. Op. cit. p.111.

¹⁶⁷Ibidem. p.110-112.

¹⁶⁸FERNANDES, Maria. 1992. Op. cit. p. 61.

¹⁶⁹Ibidem. p. 62.

aumento do preço do carvão ou das cotas de carvão contraídas pelo Estado. Estas eram definidas pelo governo, tornando a situação dos “trabalhadores das minas” cada vez mais complicada¹⁷⁰. Por volta de 1950, iniciam intensas manifestações operárias contrárias à orientação oficial do sindicato.¹⁷¹

Entretanto, somente após a Greve de 1952 é que o movimento dos “trabalhadores das minas” atinge elevadas proporções. Durante quinze dias, os mineiros paralisam suas atividades em Criciúma e Urussanga, à revelia do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, exigindo entre 10 e 60% de aumento salarial. Essa greve fica marcada pela grave repressão que recai sobre os partícipes, sobretudo, no episódio ocorrido em 21 de outubro, quando os trabalhadores reúnem-se na Rua Conselheiro Zanette, em Criciúma, para acompanhar o pronunciamento do Presidente do “Sindicato dos Mineradores” – Heriberto Hülse – acerca do aumento salarial. Nessa oportunidade, a tropa de choque de policiais oriundos de Florianópolis invade o local e parte para a agressão física aos grevistas e à população em geral¹⁷². Para revolta de muitos, Nico Laurindo, então presidente do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, é visto ao lado do motorista do ônibus que trouxera os policiais, mostrando ao chefe da polícia quem eram os líderes do movimento.¹⁷³

Os “trabalhadores das minas” continuam a greve e, apesar da violenta repressão, organizam campanhas nas ruas, pedem auxílio à população em geral para continuar a paralisação e para sustentar suas famílias, enquanto não conseguissem obter o aumento salarial. O presidente do “Sindicato dos Mineradores” envia ao presidente Getúlio Vargas um telegrama descrevendo a situação e solicitando um aumento no preço do carvão, sendo prontamente atendido pelo governo e, assim, os salários finalmente têm reajuste. Todavia, mesmo depois de resolvidas as questões salariais ainda havia trabalhadores dispostos a continuar com o movimento pela aquisição de condições dignas de trabalho; mas, sem o apoio efetivo dos demais, não logram êxito.¹⁷⁴

Em 14 de março 1953, o jornal “A Imprensa de Tubarão” anuncia o recebimento de um telegrama informando que “agitadores

¹⁷⁰GOULARTI FILHO, Alcides; LIVRAMENTO, Ângela Maria Antunes. 2004. Op. cit. p.76-77. Cabe observar que, ao utilizar a expressão “trabalhadores das minas”, esta diz respeito aos trabalhadores – homens e mulheres, envolvidos em qualquer parte do processo da extração e beneficiamento do carvão.

¹⁷¹VOLPATO, Terezinha. 1984. Op. cit. p. 113.

¹⁷²GOULARTI FILHO, Alcides; LIVRAMENTO, Ângela Maria Antunes. 2004. Op. cit. p. 79.

¹⁷³COIMBRA, David. 1996. Op. cit. p. 39.

¹⁷⁴GOULARTI FILHO, Alcides; LIVRAMENTO, Ângela Maria Antunes. 2004. Op. cit. p. 80.

vermelhos” (comunistas) estavam organizando uma nova greve entre os mineiros do sul catarinense e que o fato havia sido comunicado ao Governo do Estado¹⁷⁵. A reportagem expunha que os trabalhadores agiam como uma espécie de fantoches nas mãos dos comunistas. Todavia, os fatos decorrentes da greve de 1952 demonstram que os trabalhadores agiam de acordo com as suas necessidades e não por serem dependentes e/ou estimulados pelos comunistas.

Em 1956, Aldo Pedro Dittrich é escolhido advogado do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, por quatro meses. Em 1957, por meio do voto os mineiros conseguem afastar a direção alinhada aos mineradores; a chapa eleita é encabeçada por Antônio Parente, presidente responsável por dar um rumo ao sindicato, de acordo com os direcionamentos da classe trabalhadora.¹⁷⁶

O período de final de 1957 ao início de 1964 é fecundo para o movimento sindical mineiro. A aproximação maior com o PTB e o PCB, bem como o contato com a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Catarinense de Estudantes Secundaristas (UCES), coloca o Sindicato dos Mineiros de Criciúma no mesmo estágio em que se encontravam os maiores sindicatos do país¹⁷⁷. Momento em que Aldo Pedro Dittrich alcança o ápice de sua atuação política – como diretor proprietário do jornal “Unidade” e na condição de advogado do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, cargo que retoma oficialmente em 1959.

2.3 A imprensa em tempos de Guerra Fria

Indubitavelmente, o medo da “ameaça comunista” é um ótimo palanque eleitoral em tempos de Guerra Fria¹⁷⁸. Em 12 de março de 1947, o presidente Harry Truman apresenta ao congresso dos EUA um pedido de aprovação da concessão de quatrocentos milhões de dólares de auxílio aos governos da Grécia e da Turquia. Essa política visava conter a expansão da zona de influência da União Soviética – medida que passa a ser denominada pela mídia como “Doutrina Truman”. A ajuda americana perpassava os campos políticos, econômicos e militares e é o início oficial da chamada Guerra Fria. No campo econômico, a “Doutrina Truman” é responsável pelo chamado “Plano Marshall” (o

¹⁷⁵GOULARTI FILHO, Alcides; LIVRAMENTO, Ângela Maria Antunes. 2004. Op. cit. p. 80.

¹⁷⁶FERNANDES, Maria. 1992. Op. cit. p. 65.

¹⁷⁷Ibidem. p. 68-69.

¹⁷⁸HOBSBAWM, Eric. Guerra Fria. In: **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 227-238.

nome faz referência a seu inventor o então secretário de Estado Americano George Marshall). Segundo especialistas, apesar de o Plano ter sido apresentado com o objetivo de reconstrução da Europa Ocidental, ele mirava à contenção da possível expansão comunista pelo mundo, à “americanização da Europa, à universalização do modelo econômico dos EUA e do *American way of life*”.¹⁷⁹

O controle dos meios de comunicação ainda nos dias atuais é uma das mais importantes estratégias políticas. Em Santa Catarina, no período de “Guerra Fria”, tanto jornais quanto rádios transmitem ao público o ponto de vista dos grupos o qual representavam, majoritariamente, as posições convergiam em um ponto: a concordância com as concepções e interesses estadunidenses, sobretudo, em relação ao combate ao comunismo.

Três dos principais jornais que circulavam no Estado entre os anos 1940-1950 pertenciam a políticos ou defendiam abertamente seus interesses: o jornal “O Estado” era propriedade de Aderbal Ramos da Silva (PSD); “A Gazeta”, de Jairo Callado (apoiava quem estivesse no governo) e “Diário da Tarde”, de Adolfo Konder (UDN).¹⁸⁰

No que concerne às rádios, vinte estações operavam oficialmente no Estado até o fim da década de 1940, número que dobra na década de 1950. Na capital, a principal rádio do período é a Rádio Guarujá, fundada em 1945 e também de propriedade de Aderbal Ramos da Silva.¹⁸¹

O historiador Jaci Guilherme Vieira, ao analisar “A Gazeta”, “A Notícia” e “O Estado”, em todos eles encontra inúmeras referências anticomunistas, principalmente, em A Gazeta¹⁸², que, desde sua fundação na capital catarinense, em 1934, possuía uma coluna destinada exclusivamente a fazer apologia à Ação Integralista Brasileira.

Nos anos 1940, o PCB estabelece uma ampla rede de informações, sobretudo, com a criação de uma importante agência de notícias, a “Interpress”; por meio dela, as informações eram difundidas para as publicações nacionais do partido e, também, para os pequenos jornais não diretamente atrelados ao PCB. O principal jornal ligado aos comunistas era a “Tribuna Popular”, que atinge em 1946 uma tiragem por volta de cinquenta mil exemplares vendidos diariamente, igualando-

¹⁷⁹MUNHOZ, Sidnei J. **Guerra Fria Revisitada**. In: Leituras da História. Ciência & Vida, São Paulo: Escala, Ano I, n. 4, 2007, p. 56.

¹⁸⁰CARREIRÃO, Yan de Souza. 1990. Op. cit. p. 40.

¹⁸¹ARAÚJO, Maria Fernanda. 2006. Op. cit. p.50.

¹⁸²VIEIRA, Jaci. 1994. Op. cit. p. 22.

se aos jornais mais vendidos no período (entre eles, “O Globo”, “Diário de Notícias” e “Correio da Manhã”). O jornal “Tribuna Popular” trazia uma concorrida seção cultural semanal de três páginas. Nela se publicavam autores não filiados ao PCB, mas que, segundo os editores, “divergiam honestamente dos comunistas”. Entre estes estavam Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Vinícius de Moraes e Orígenes Lessa. Eram também publicados textos de escritores comunistas, como Jorge Amado, Graciliano Ramos e Astrojildo Pereira. O nome do poeta Carlos Drummond de Andrade consta entre os primeiros diretores do jornal “Tribuna Popular”.¹⁸³

Embora na clandestinidade, os membros do PCB catarinense propagavam seus ideais, principalmente, por meio dos boletins e jornais. Entre 1946 e 1947, é editada a “Folha da Juventude”, posteriormente transformada em “Folha dos Jovens Democratas” – vendida tanto nas ruas quanto nas bancas¹⁸⁴. Em junho de 1953, surge o boletim, “Novos Dias”, editado por Mário Bastos, em Florianópolis. A data da última edição na forma de boletim não foi possível precisar, mas sabe-se por meio de Celso Martins que “Novos Dias” retorna à cena catarinense como jornal em 1961. Durante algum tempo, os comunistas tiveram livre trânsito na redação da Revista “Bussola – de Florianópolis para todo o Brasil”, cujo diretor-proprietário era um dos fundadores do PCB catarinense, Juvenal Melquíades de Souza. Os comunistas ainda participam da “Folha Acadêmica”, pertencente ao Centro Acadêmico da Faculdade de Direito e fundam, em novembro de 1963, a “Folha Catarinense”, equivocadamente apontada por Celso Martins como a publicação mais regular do partido, cujo último número data de março de 1964.¹⁸⁵

Diversamente do apontado por Celso Martins, destaca-se que a publicação mais regular, com relevante abrangência e tiragem, é o jornal “Unidade” (1956-1959?), cujo diretor proprietário era o advogado Aldo Pedro Dittrich.

¹⁸³BUONICORE, Augusto. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/032/32cbuonicore.htm>. Acesso em: 20 de março de 2011.

¹⁸⁴MARTINS, Celso. 1995. Op. cit. p. 181

¹⁸⁵Ibidem. p. 191.

2.4 “Unidade um jornal de Florianópolis para todo o Estado de Santa Catarina”,¹⁸⁶

Maria Helena Capelato argumenta que os jornais são uma importante fonte para a pesquisa histórica, uma vez que muitos se tornam armas importantes no combate político e na conquista de “corações e mentes”¹⁸⁷. Por meio dos jornais, é possível recuperar momentos de luta, os ideais e os interesses dos diversos atores. Os jornais demonstram características de uma determinada época, envolvem e interferem no dia a dia; dessa forma, vão muito além da simples propagação de informações.¹⁸⁸

Aldo Pedro Dittrich, ao longo de sua vida, conserva trinta exemplares do jornal “Unidade” do qual além de fundador era editor chefe. O primeiro número data de 22 de setembro de 1956 e o último de 15 de dezembro de 1959 (não foi possível precisar o término da publicação). O jornal “Unidade” começa como um semanário, porém com o passar do tempo é transformado em quinzenário. Sua tiragem chega a atingir cinco mil exemplares distribuídos por todo o Estado de Santa Catarina.

Entre seus redatores estiveram Aldo Pedro Dittrich, Samuel Dutra da Silva, Fernando Pereira Cristiano¹⁸⁹, e Francisco Pereira. Exceto por Samuel Dutra – de quem não se conseguiu informações, pode-se afirmar que todos os demais eram membros do PCB catarinense.¹⁹⁰

No editorial do primeiro número do jornal “Unidade”, a apresentação é a seguinte:

Nossa Apresentação

Outro semanário em Florianópolis – poderá pensar o leitor menos avisado. O que não é inteiramente verdade. Não pretendemos fazer “apenas” mais um semanário. Nossas intenções são outras. Pretendemos fazer um semanário com características específicas um semanário que se diferencie, principalmente, pelo conteúdo pela mensagem que trará, pela contribuição que procurará dar para o esclarecimento e

¹⁸⁶“Slogan” do jornal “Unidade”. Disponível em: **UNIDADE**: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 3 de novembro de 1956. p. 2. Acervo digitalizado pela autora.

¹⁸⁷CAPELATO, Maria Helena. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto; EDUSP, 1988.

¹⁸⁸MATA, Maria Margarete Sell da. **Jornal O Estado**: uma história em construção (1915-1931). Dissertação (Mestrado) História defendida na Universidade Federal de Santa Catarina. 1996. p. 87.

¹⁸⁹MARTINS, Celso. 1995. Op. cit. p. 192.

¹⁹⁰**UNIDADE**: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 24 de março a 7 de abril de 1959. p. 5. Acervo digitalizado pela autora.

resolução dos nossos graves problemas. Um semanário que diga alguma coisa, numa linguagem franca, por vezes rude, mas sempre sincera, sem subterfúgios, onde os acontecimentos sejam narrados e analisados com exatidão. Num meio pequeno são incontáveis as dificuldades para o lançamento de um órgão de imprensa, especialmente com as características do nosso. Um órgão que só tenha compromisso com os trabalhadores, com o povo; e que só a ele tenha que dar contas e que só dele espera viver. Mas bem sabe que todos os empecilhos serão vencidos se soubermos nos tornar dignos de nossa gente.

São objetivos primordiais do jornal: defender os trabalhadores, o povo, participar de suas lutas e vitórias, com eles apreender e dessa experiência tirar algum proveito com que ajudar a esclarecê-los.

Merecerão especial atenção de nossa parte os problemas econômicos básicos de Santa Catarina: o da indústria madeireira, o da extração de carvão, a triticultura catarinense, o seu desenvolvimento industrial e muitos outros.

Se é verdade que não podemos, de início, começar fazendo um bom semanário, dadas as dificuldades e a nossa inexperiência, prometemos, porém, fazer um semanário honesto, um órgão que lute por alguma coisa digna, que combata sempre pelo que é nosso, em defesa da nossa soberania, da democracia, das riquezas naturais, da indústria, em defesa das liberdades democráticas, justamente agora quando um grupo de reacionários, chefiados pelo Ministro Nereu Ramos, pretendem cercá-la. Enfim, pretendemos fazer um órgão independente e nacional.

Sendo os trabalhadores, do povo, é claro que os leitores terão a obrigação de sentir atentamente a vida do jornal, estimulá-lo, criticá-lo, apontando falhas e defeitos. Porque somos dos que acreditam no povo - e bem sabemos que só aceitando a sua crítica, estudando-a, discutindo-a e analisando-a é que poderemos evoluir.

Um semanário assim, pretendemos fazer nós. Este é - assim esperamos - o primeiro passo de uma longa jornada. Aqui ficamos cheios de entusiasmo e de vontade de contribuir para dar rápida solução aos problemas que tanto agravam a vida do nosso povo (sic).

Conforme sugere o texto anterior, o projeto era de um semanário diferenciado, com linguagem acessível à população em geral e, principalmente, preocupado com os problemas do cotidiano. Na apresentação, sobretudo, os aspectos econômicos são ressaltados, mas os conteúdos das edições refletem também o contexto político, social e cultural.

Embora o texto em questão enfatize que os recursos para a confecção do jornal “Unidade” seriam oriundos da venda das edições, na página 3 dessa primeira edição, constata-se que na época existia uma campanha nacional para arrecadação de fundos para o reaparelhamento dos jornais populares, chamada “Campanha dos vinte milhões”. Em Santa Catarina, havia a “Comissão Catarinense Pró-Imprensa Popular”, cujos esforços tinham possibilitado a fundação do jornal “Unidade”. As arrecadações se davam por meio de doações de recursos financeiros e materiais, de realizações de festas, de rifas, entre outras formas, essenciais tanto para o funcionamento do jornal “Unidade” quanto para ser enviado um montante à Comissão Nacional, localizada no Rio de Janeiro. Também na página 3, há uma lista dos participantes da “Comissão Catarinense Pró-Imprensa Popular”. Em alguns casos, especificam-se profissões, cargos exercidos, cidade à qual pertenciam os seus membros: Antonio Apóstolo, vereador e Presidente da Câmara Municipal de Florianópolis; Mário Neves de Oliveira, Presidente da Câmara de vereadores de Palhoça; Otávio Zacchi, Prefeito de Palhoça; vereadores – Walter Cruz, Genesio Leocádio da Cunha, Paulino da Silva, Jupy Ulísséia, Osny Raul Lisboa e Artur Mariano, este, consta que era oriundo de São José –SC; jornalistas: Salim Miguel, Francisco José Pereira e Juvenal Melchades de Souza. Os demais são: Linésio Laus; Aldo Pedro Dittrich, Aloysio Callado, Miguel Cavalcanti e Armando Sylvio Carreirão.

Cabe destacar que todos os jornalistas que constam na lista pertenciam oficialmente ao PCB catarinense, exceto Salim Miguel (marido da comunista catarinense Eglê Malheiros, na oportunidade apenas um “simpatizante” do partido). Quanto aos demais, o advogado Aldo Pedro Dittrich era um dos dirigentes do PCB no Estado, função que exerce até 31 de março de 1964¹⁹¹. O médico pediatra Miguel Cavalcanti era mais um “simpatizante” do partido, muito conhecido por atender gratuitamente às pessoas desprovidas de recursos financeiros, em seu consultório, em Florianópolis.¹⁹²

Na contracapa da edição de 5 de outubro de 1956, encontra-se o seguinte agradecimento:

O jornal “UNIDADE” agradece à Comissão Pró-Imprensa Popular de Santa Catarina a ajuda de 20 mil cruzeiros que veio garantir a tiragem de um jornal independente em nosso Estado. “UNIDADE” defendendo o povo, só poderá se

¹⁹¹MARTINS, Celso. 1995. Op. cit. p. 188.

¹⁹²Ibidem. p. 185.

manter com ajuda do povo. Esperamos a ajuda de todos os nossos leitores, com críticas, artigos e colaborações, anúncios e assinaturas.¹⁹³

Depois de fotografar e fichar cada edição, escolheu-se organizá-las de acordo com eixos temáticos que dizem respeito àqueles temas que receberam maior destaque no conjunto das edições analisadas. De maneira especial, priorizaram-se as notícias mais relevantes para entender a linha editorial defendida pelo jornal editado por Dittrich, além de quais eram os principais conflitos deflagrados, as tensões e as alianças expressas nos escritos do jornal “Unidade”.

2.4.1 Nereu Ramos na visão dos redatores do jornal “Unidade”

Nereu Ramos, único catarinense a exercer o cargo de Presidente da República, esteve diretamente envolvido nas principais tramas políticas do período em questão. Não por acaso seu nome figura por diversas vezes nas páginas do jornal “Unidade”. Entre novembro de 1955 e janeiro de 1956, Nereu Ramos é nomeado Presidente da República em um contexto conturbado. Depois da vitória de Juscelino Kubitschek, uma campanha contra sua posse é desencadeada entre alguns militares de alta patente, sobretudo, após a morte do presidente do Clube Militar, Canrobert Pereira da Costa (um dos mais ferrenhos conspiradores contra o governo de Getúlio Vargas), ocorrida em novembro de 1955. Essa campanha contrária à posse também acontece em razão do discurso proferido pelo coronel Bizarria Mamede, defendendo que no Brasil existia uma “mentira democrática”, uma clara oposição ao resultado do pleito de outubro. Em represália, o Ministro de Guerra, General Lott, defende uma punição ao coronel Mamede, mas somente quem poderia tomar essa decisão era o Presidente da República.¹⁹⁴

Porém, Café Filho, que havia ficado no lugar de Vargas após o suicídio, sofre um ataque cardíaco no início de novembro e, em seu lugar, estava o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz – responsável pela recusa do pedido de punição de Mamede. Em protesto, Lott demite-se do Ministério da Guerra e, em 11 de novembro, mobiliza tropas do Exército no Rio de Janeiro (episódio conhecido como “Golpe

¹⁹³UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 5 de outubro de 1956. Contracapa. Acervo digitalizado pela autora.

¹⁹⁴FAUSTO, Boris. 2006. Op. cit. p. 421-422.

Preventivo”) com o intuito de garantir a posse do presidente eleito. A Marinha e a Aeronáutica não apóiam Lott. Carlos Luz é deposto da presidência e, em 11 de novembro, o Congresso Nacional resolve passar a Presidência da República para Nereu Ramos. Dias mais tarde, Café Filho tenta retornar ao cargo, mas é impedido pelo Congresso – que decreta Estado de Sítio.¹⁹⁵

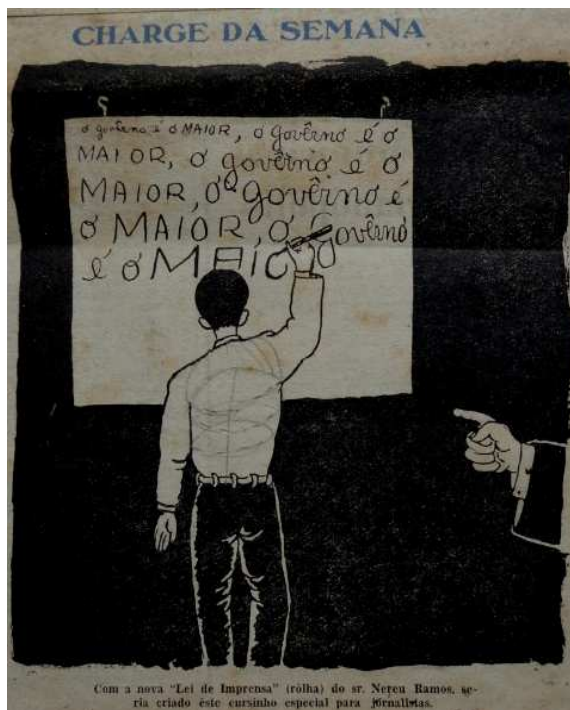
Após a posse de Juscelino Kubitschek à presidência, Nereu Ramos assume o Ministério da Justiça e de Negócios Interiores¹⁹⁶. Na condição de Ministro, em 1956 envolve-se em conflitos com a imprensa, sobretudo, depois de ordenar o recolhimento de edições dos jornais “Estado de São Paulo”, “Tribuna de Imprensa” e das revistas: “Problemas” e “Maquis”. Além disso, dispõe sobre a interdição de programas da “Rádio Globo”. Todas essas ações são motivadas por insatisfação quanto ao conteúdo político difundido por tais veículos de comunicação¹⁹⁷. Essa é a conjuntura da qual emerge a afirmação contundente na apresentação do primeiro número do jornal “Unidade”: *em defesa das liberdades democráticas, justamente agora quando um grupo de reacionários, chefiados pelo Ministro Nereu Ramos, pretendem cerceá-las.*

O primeiro número do jornal “Unidade” possui seis páginas. Na capa, os destaques chamam a atenção para as seguintes reportagens: “Depõem contra as ameaças à liberdade de imprensa personalidades de Santa Catarina”, texto que descreve o posicionamento repreensivo de Nereu Ramos para com a imprensa, bem como as declarações de políticos e jornalistas catarinenses sobre o assunto, entre eles: Leoberto Leal (PSD), Deputado Federal; Martinho Callado, jornalista e presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina; Laerte Ramos Vieira (UDN), Deputado Estadual e João Collodel (PTB), também Deputado Estadual. Percebe-se que o autor da reportagem (que não é assinada) preocupa-se em ouvir as opiniões de representantes dos principais partidos do período; contudo, não apresenta opiniões favoráveis a Nereu Ramos. Ainda a propósito do assunto, na capa, encontra-se a seguinte charge:

¹⁹⁵FAUSTO, Boris. 2006. Op. cit. p. 421-422.

¹⁹⁶Destaca-se que Nereu Ramos, nascido em Lages - SC no ano de 1888 exerce o mandato de ministro no período entre: 31 de janeiro de 1956 a 04 de novembro de 1957. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/infger_07/presidentes/jucelino_kubitschek.htm. Acesso em: 23 de março de 2011.

¹⁹⁷UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 22 setembro de 1956. p. 1 e 4. Acervo digitalizado pela autora.



A charge nº1: **UNIDADE**: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 22 de setembro de 1956. p. 1. Acervo digitalizado pela autora.

A charge apresenta um cenário preto e uma lousa branca, posicionada de maneira superior à esquerda da cena. À frente dela, um homem com camisa branca e calças pretas escreve inúmeras vezes a frase “O governo é o maior”, enfatizando com a utilização de letras maiúsculas escritas a cada frase e com tamanho ascendente a cada frase o adjetivo “maior”. Na direita da charge, aparece uma mão apontada para a lousa. Junto a ela aparece parte do braço coberto por um terno preto e uma camisa branca, ordenando que o personagem escreva incessantemente a mesma frase. Abaixo da charge diz: *com a nova Lei de Imprensa (rolha) do Sr. Nereu Ramos, seria criado esse cursinho especial para jornalistas.*

As referências pejorativas em relação a Nereu Ramos não param por aí. Na coluna intitulada “De Unidade em Unidade”, assinada

pelo pseudônimo “Papo Cheio”, existe um exemplo do nível em que chega a querela:

O FATO DO SENHOR NEREU RAMOS ter tomado posição em favor da construção de uma usina (termo ou hidro?)elétrica deixa a gente meio desconfiado. É capaz de estar pensando em aproveitar a energia para uma cadeira elétrica, na qual faria sentarem-se todos os patriotas e democratas deste país.¹⁹⁸

A charge a seguir é assinada pelo artista Meyer Filho¹⁹⁹ e demonstra um desfile de representantes a serem atingidos com o cerceamento da liberdade de imprensa.



Charge nº 2: **UNIDADE**: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 10 de novembro de 1956. p. 1. Acervo digitalizado pela autora.

¹⁹⁸**UNIDADE**: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 22 setembro de 1956. p. 3. Acervo digitalizado pela autora.

¹⁹⁹Ernesto Meyer Filho nasce em Itajaí – SC, no dia 4 de dezembro de 1919. Autodidata, aprende desenho e história da arte por meio de livros, exposições, visitas a museus e leituras diversas. Desde 1960 realiza exposições em galerias e em museus do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Buenos Aires e Mar Del Plata. Participa como ilustrador da Revista Sul, também foi membro do Grupo Sul e um dos fundadores e presidente do Grupo de Artistas Plásticos de Florianópolis. Falece em 22 de junho de 1991, na capital catarinense. **Instituto Meyer Filho (biografia)**. Disponível em: <http://www.meyerfilho.org.br/interno.php?link=biografia>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2011.

Com frases como “viva o esparadrapo, viva!”; “viva a mordança” e “viva a rolha”, os três personagens desfilam. O primeiro representa a imprensa escrita e está com um esparadrapo na boca; o segundo pertence ao setor de radiodifusão e aparece com uma mordança; e o terceiro, com uma rolha na boca, representa a imprensa televisiva. Abaixo da charge diz: “Desfile que o Sr. Nereu Ramos espera assistir, aprovada a lei contra a imprensa”.

Entretanto, se durante as edições dos anos 1956 e 1957, a tônica era tecer críticas veementes a Nereu Ramos, o cenário muda radicalmente, principalmente, depois da edição de 18 de junho de 1958, que traz a seguinte notícia “Trágico desastre enluta S. Catarina”. Em 16 de junho de 1956, ocorre nas proximidades de Curitiba – PR, a queda do avião Convair pertencente ao Consórcio – TAC Cruzeiro do Sul, vôo 412, partindo de Porto Alegre com destino ao Rio de Janeiro. Entre os passageiros fatalmente vitimados estavam o Senador Nereu Ramos (PSD), o Deputado Federal Leoberto Leal (PSD) e o Governador de Santa Catarina Jorge Lacerda (UDN). Além de contar os detalhes do acidente, o autor anônimo da reportagem destaca que, apesar de posições político-partidárias distintas, os três políticos falecidos estavam em um momento de realce de suas convicções nacionalistas, pois o governador udenista, Jorge Lacerda, havia realizado intensa campanha em defesa do carvão e da triticultura nacional. Nesse momento, Nereu Ramos era visto como um “intransigente” defensor da Petrobrás, e Leoberto Leal defendia as mesmas bandeiras nacionalistas do governador e do senador.²⁰⁰

A partir de então, o nome de Nereu Ramos somente torna a aparecer no jornal “Unidade” em 15 de dezembro de 1959, em uma reportagem assinada por Pereira Neto, denominada “PSD e PTB – são duas agremiações políticas com afinidades a se completarem” – frase originalmente proferida por Nereu Ramos. Pereira Neto ressalta que Nereu Ramos, com essa frase, é o responsável por legar ao povo brasileiro “a linha da paz, da segurança e da democratização e emancipação política”, tratando-o agora como “saudosos estadista”. Acrescenta ainda um alerta acerca da cizânia instaurada no cerne do PTB por alguns descontentes com a união com o PSD e, ainda, responsabiliza a UDN pela morte de Getúlio Vargas e pela perseguição política pela qual passavam os funcionários públicos catarinenses

²⁰⁰UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 18 de junho de 1958. p. 1 e 4. Acervo digitalizado pela autora.

ligados ao PTB. Finaliza, com a afirmação de que a candidatura de Celso Ramos ao governo do Estado pelo PSD era “um sinal de nova era em Santa Catarina”.²⁰¹

2.4.2 Nacionalismo x nacional desenvolvimentismo e a carestia

Durante o governo de Juscelino Kubitschek e João Goulart (1956-1960), a política econômica brasileira gira em torno do “Programa de Metas”, cujas principais questões norteadoras eram: os transportes, a alimentação, as indústrias de base, a educação, a energia e a construção de Brasília. O governo adota um sistema nacional-desenvolvimentista, que difere do nacionalismo seguido tanto pelo governo Dutra (1945-1950) quanto pelo governo Vargas (1951-1954).²⁰²

No governo Dutra, o Brasil acumula divisas no exterior oriundas das exportações durante a Segunda Guerra Mundial. Contudo, a grande leva de importações de bens de toda espécie, favorecida pela valorização cambial brasileira, ocasiona o esgotamento das divisas brasileiras. Em contrapartida, em 1947, o governo estabelece um sistema de alianças para importação, que favorecia a entrada no país de maquinaria, combustíveis e demais equipamentos e restringia a importação de bens de consumo. A moeda é mantida em níveis altos em relação ao dólar, o que acaba desestimulando as exportações e favorecendo o mercado interno, sobretudo, o industrial. Ainda em 1947, o crescimento econômico começa a ser mensurado por meio do Produto Interno Bruto (PIB), que abrange o valor da produção agrícola e industrial, e os serviços prestados (inclusos os serviços de intermediação correspondentes ao comércio). Dessa forma, entre 1948 e 1950, o PIB brasileiro cresce em média 8%, mas a repressão ao movimento sindical faz com que o valor dos salários não acompanhe esse crescimento, aumentando, desse modo, o custo de vida.²⁰³

Getúlio Vargas, quando assume novamente o poder, no início dos anos 1950, continua com a política econômica adotada por Dutra. Em virtude da Guerra da Coreia, o governo amplia a receita de exportações por meio do confisco cambial e incentiva a industrialização nacional. Os nacionalistas sustentavam essa necessidade de controle estatal tanto da infraestrutura (transportes, comunicações e energia) quanto da indústria básica ficando, pois, as demais áreas nas mãos da

²⁰¹UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 15 de dezembro de 1959. p. 3. Acervo digitalizado pela autora.

²⁰²FAUSTO, Boris. 2006. Op. cit. p. 425-430.

²⁰³Ibidem. p. 403.

empresa privada nacional. O capital estrangeiro era aceito com restrições em relação à área de investimentos e também quanto aos limites de remessa de lucros para o exterior.²⁰⁴

No plano das relações internacionais, os nacionalistas eram favoráveis ao distanciamento das relações com os Estados Unidos. Em oposição aos nacionalistas, havia os chamados “entreguistas”; estes defendiam uma menor intervenção estatal na economia, não priorizavam a industrialização e acreditavam que o melhor caminho para o Brasil era a abertura controlada ao capital estrangeiro, o combate à inflação por meio do controle da emissão de moeda e do equilíbrio dos gastos governamentais. No plano externo, defendiam um alinhamento com os Estados Unidos, principalmente, em favor do combate ao comunismo.²⁰⁵

O nacional-desenvolvimentismo, política econômica praticada no governo de Juscelino Kubitschek, combinava o Estado, a empresa privada nacional e o capital estrangeiro, com a intenção, sobretudo, de desenvolvimento da industrialização. Contudo, os gastos governamentais para garantir a industrialização, a construção de Brasília e o recebimento de valor eram cada vez menores pelos produtos exportados e o pagamento cada vez mais elevado pelos produtos importados, fazendo com que o país gastasse muito além do que arrecadava. Com isso, os índices inflacionários aumentavam vertiginosamente; seu ápice é em 1959 quando a variação chega a 39,5%²⁰⁶. A inflação, para muitos setores, gerava uma oportunidade de lucros. Os reajustes nos salários não conseguiam acompanhar os índices inflacionários, mas os preços das mercadorias eram constantemente reajustados e ainda havia especulação com os estoques de mercadorias tanto por parte dos industriais como dos comerciantes.²⁰⁷

A questão da carestia perpassa quase todas as edições do jornal “Unidade”. Em 1956, é realizada em Florianópolis uma assembleia cujo objetivo era a formação da “Comissão Estadual Contra a Carestia”, que, além do combate ao elevado custo de vida, lutava pelo pagamento do salário mínimo obrigatório no Estado. Para tal, reúnem-se segmentos oriundos de diferentes locais de Santa Catarina: como de Joinville, os representantes do Sindicato da Construção Civil; oficiais marceneiros e Federação das Mulheres de Joinville; de Rio Negrinho, os trabalhadores da indústria moveleira; de Joaçaba, os trabalhadores na indústria de

²⁰⁴FAUSTO, Boris. 2006. Op. cit. p. 426.

²⁰⁵Ibidem.p. 407.

²⁰⁶Ibidem. p.432.

²⁰⁷Ibidem. p.433.

carnes e derivados; de Florianópolis, os representantes do Sindicato da Construção Civil, operários e carpinteiros navais, empregados no comércio hoteleiro e similares, padeiros, membros da Federação de Empregados no Comércio; Federação dos Trabalhadores Industriais e de Laguna, uma comissão formada por comerciantes locais.

Os demais participantes são da Federação das Mulheres de Santa Catarina; moradores do Morro do Céu (núcleo formado por membros do PCB de Florianópolis) e do Bairro de Barreiros (São José – SC); da União Catarinense dos Estudantes; da União Catarinense dos Estudantes Secundários; da Juventude Operária; do Círculo Operário Católico e representantes da executiva estadual do PTB. Discursa no evento Manoel Alves Ribeiro, comunista e integrante do Sindicato da Construção Civil e, também, os políticos: Conrado Mira (vereador em Joinville); Nereu do Vale Pereira (vereador em Florianópolis) e o sindicalista Hipólito do Vale Pereira. Na oportunidade, é decidido que entre os dias 22 e 23 de setembro de 1956 aconteceria a “Convenção Estadual Contra a Carestia”, no Teatro Álvaro de Carvalho, cedido pelo governador de Santa Catarina Jorge Lacerda.²⁰⁸

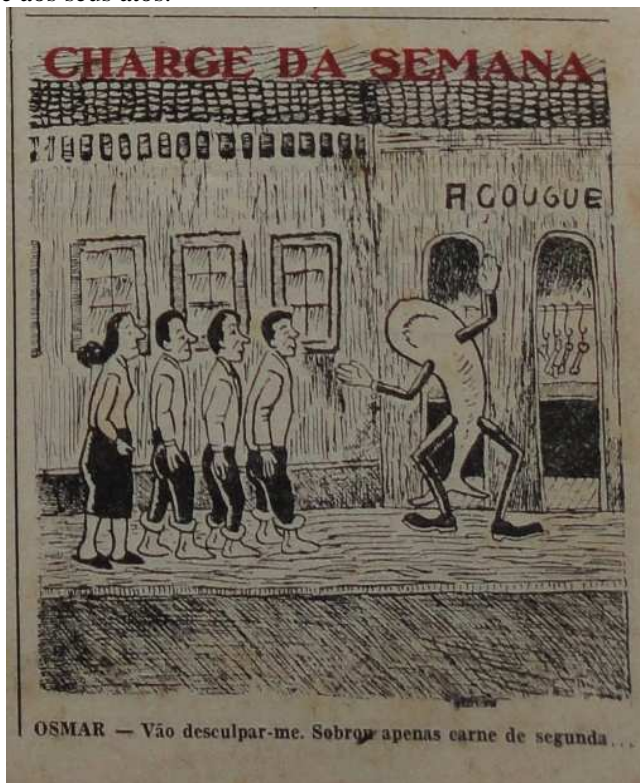
Na edição de 28 de setembro de 1956, na reportagem de capa intitulada “Todo apoio à Comissão Estadual contra a carestia”, faz-se a denúncia de que o prefeito de Florianópolis Osmar Cunha (que exerceu o mandato entre 1954 - 1959), com a desculpa do aumento dos salários, havia permitido o preço da carne de segunda subir para trinta e cinco cruzeiros enquanto a carne de primeira, que até então custava trinta e três cruzeiros, poderia ter o preço fixado de acordo com a vontade dos comerciantes.

O povo brasileiro vem sentindo diariamente, a crescente carestia sendo submetido a privações inauditas, motivada pela ganância desenfreada dos especuladores e pela inércia governamental frente a esse momentoso problema. Todos os motivos e todas as sutilezas são preparadas pelos “tubarões” para elevarem os preços, sob a conivência dos poderes públicos.²⁰⁹

²⁰⁸UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 22 de setembro de 1956. p. 2. Acervo digitalizado pela autora.

²⁰⁹UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 28 de setembro de 1956. p. 1. Acervo digitalizado pela autora.

Na charge a seguir, o povo aparece em uma fila, em busca dos escassos gêneros alimentícios. Neste caso, trata-se de um açougue onde um “tubarão” chamado “Osmar” atende aos clientes e desculpa-se, pois “sobrou apenas carne de segunda”. Uma clara alusão ao prefeito Osmar Cunha e aos seus atos.



Charge nº 3: **UNIDADE**: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 28 de setembro de 1956. p. 1. Acervo digitalizado pela autora.

Igualmente em 1956, ocorre um colapso econômico em Santa Catarina em consequência da queda das exportações de madeira do estado para a Argentina. O Brasil possuía um acordo com a Argentina de exportação de madeira em troca da importação de trigo daquele país. Contudo, ao estabelecer um acordo com os Estados Unidos, o Brasil passa a fornecer minérios aos estadunidenses e, em contrapartida, a importar trigo destes, que por ser subsidiado era vendido no Brasil por

preços menores até mesmo do trigo aqui produzido. Esse fato causa o abarrotamento, sobretudo, dos portos catarinenses tanto de trigo quanto de madeira, pois a Argentina rompe o tratado com o Brasil após saber do acordo Brasil – Estados Unidos. Dessa forma, muitos catarinenses saíram prejudicados, em especial, os tricultores, os madeireiros, os trabalhadores nas lavouras e madeiras e os estivadores dos Portos de Itajaí e de São Francisco do Sul.

O artigo do jornal “Unidade” propôs soluções que demonstravam claramente qual a linha editorial defendida. Para resolver a questão da tricultura, recomenda que o governo brasileiro interferisse, colocando um preço único para a compra e venda do produto, permitindo assim ao trigo nacional a possibilidade de competir em igual condição com o trigo estrangeiro. No que se refere à questão da indústria madeira, sugere ao Brasil abrir seus portos para o comércio com todos os países, principalmente, os da Europa Oriental e da Ásia²¹⁰. Aliás, a retomada das relações do Brasil, especificamente, com os países pertencentes ao Bloco Soviético é uma das bandeiras defendidas que perpassa todas as edições analisadas.

Na última edição do jornal “Unidade” com a qual se obteve contato, 15 de dezembro de 1959, a matéria intitulada “Os trabalhadores face à carestia” revela aspectos conjunturais e estruturais da situação política, econômica e social brasileira e catarinense da segunda metade da década de 1950.

Os movimentos de protesto contra a alta vertiginosa do custo de vida, organizados por todos os pontos do país pelos Sindicatos de Trabalhadores, Estudantes e donas de casa, é um atestado eloqüente da inércia dos governantes. É também um sinal de fome e miséria e de permanentes atribulações de ponderável parcela do nosso povo: parcela que inclusive elegeu os governantes de hoje que tanto lhes infelicitam.

Não resta a menor dúvida de que as condições asfíxias de vida que atravessamos, tem sua origem no seio do próprio governo.

E o que fazem os trabalhadores? Os trabalhadores apontam, como tem acontecido, através de manifestações públicas e de seus congressos sindicais, saídas justas e plenamente corretas que deve o governo trilhar. Então os Trabalhadores não dizem da urgente necessidade de ampliar nosso estreito mercado interno realizando a reforma agrária? Os

²¹⁰UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 22 setembro de 1956. p. 1 e 4. Acervo digitalizado pela autora.

Trabalhadores não apontam ao governo a urgente medida de ampliação de nossas relações diplomáticas e comerciais com todos os povos do mundo? Então não é verdade? Também não é verdade que os trabalhadores estão aptos e conscientemente dispostos a apoiar o governo desde que imediatamente modifique sua anti-nacional política econômica financeira responsável pela alta vertiginosa do custo de vida? E os Trabalhadores deram prova dessas manifestações quando o governo, numa posição justa, não aceitou a intervenção em nossa política interna, pretendida pelo Fundo Monetário Internacional.

Ai estão as posições dos Trabalhadores brasileiros frente a atual situação do país. Posição justa e que identificara, perfeitamente, com o atual momento histórico de nossa Pátria.

Enquanto isto, os Trabalhadores organizados em seus sindicatos não abdicam de seus direitos por um salário maior, condizente com suas necessidades humanas [...]

Oswaldo G. Fernandes

(Presidente do Sindicato dos empregados no comércio hoteleiro e similares de Florianópolis)

O PCB, antigo aliado, também ataca Kubitschek em virtude da situação econômica catastrófica; entretanto, por Kubitschek não negociar com o Fundo Monetário Internacional (FMI), os pecebistas não deixam de apoiá-lo.²¹¹

2.4.3 Denúncias

Assunto bastante recorrente nas edições do jornal é o desrespeito às leis trabalhistas, em especial, sobre o não cumprimento da obrigatoriedade de pagamento do salário mínimo. O salário mínimo surge no Brasil em meados da década de 1930. A Lei nº 185, de janeiro de 1936, e o Decreto-Lei nº 399, de abril de 1938, regulamentam a instituição do salário mínimo, e o Decreto-Lei nº 2162, de 1º de maio de 1940 fixa os valores do salário mínimo, que passa a vigorar a partir do mesmo ano.²¹²

Apesar de ser uma lei constituída, o não pagamento do salário mínimo é um problema constante na vida da classe operária. Na página 5 da edição de 22 de setembro de 1956, encontra-se a seguinte manchete: “Obrigatoriedade do pagamento do salário mínimo a partir de primeiro

²¹¹FAUSTO, Boris. 2006. Op. cit. p. 432-436.

²¹²**Salário Mínimo.** Disponível em: <http://www.portalbrasil.net/salariominimo.htm#sileiro>. Acesso em: 25 de abril de 2011.

de agosto”, responsável por denunciar que, com a medida de fixação dos novos níveis de salário mínimo em todo o Brasil, desde 1º de agosto de 1956, as classes patronais representadas pela Confederação Nacional das Indústrias e pela Confederação Nacional do Comércio impetram um mandado de segurança contra a medida. Os redatores do jornal “Unidade” observam que os trabalhadores brasileiros conquistam o novo salário mínimo por meio da unidade sindical e não podem permitir mais protelações. Alerta também para que todos os trabalhadores exijam o seu devido pagamento e que se perceberem que estão sendo ludibriados, orienta-os para dirigirem-se à “Junta de Conciliação e Julgamento”, localizada na capital catarinense ou para procurarem os juízes no interior do Estado. Várias firmas obrigavam os trabalhadores a assinar a folha de pagamento com um valor quando, na verdade, pagavam uma importância inferior ao estabelecido por lei. A reportagem é concluída, solicitando aos trabalhadores que enviem à redação do jornal “Unidade” denúncias contra patrões que descumpriam a obrigatoriedade do pagamento do salário mínimo.

A questão do não pagamento do salário mínimo obrigatório era um dos tópicos mais recorrentes retratados na coluna intitulada “Os trabalhadores e seus direitos”. Outros assuntos de destaque eram sobre os demais direitos trabalhistas, sobretudo, sobre o direito à indenização dos trabalhadores despedidos sem justa causa. O responsável pela coluna era Aldo Pedro Dittrich, que, por meio do jornal “Unidade”, solicitava aos leitores que enviassem informações sobre os processos para ele analisar e também que realizassem denúncias de desrespeito aos operários e às operárias catarinenses. Os operários e as operárias de Joinville e da região sul de Santa Catarina são os que mais contribuíram com denúncias para o jornal “Unidade”.

Em 12 de outubro de 1956, os operários de Joinville denunciam que muitos patrões além de não respeitarem a obrigatoriedade do pagamento do salário mínimo, ainda estabeleciam cotas de produção que seus empregados deveriam atingir sob pena de terem seus proventos reduzidos. Segundo o jornal “Unidade”, o próprio Delegado do Trabalho em Joinville – Senhor Maciel – declarava que se um empregado conseguia cumprir a cota estabelecida, os demais também seriam capazes. Nem mesmo a Prefeitura de Joinville escapa das denúncias de descumprimento do salário mínimo obrigatório.²¹³

²¹³UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 12 de outubro de 1956. p. 3. Acervo digitalizado pela autora.

A primeira denúncia oriunda das operárias joinvilenses aparece na edição de 19 de outubro de 1956, sob o título: “Não podem casar as operárias de Joinville”. A reportagem demonstra que as operárias não podiam nem mesmo noivar, pois os donos das empresas de Joinville entendiam que, ao se tornarem noivas, logo as moças casariam e constituiriam famílias. Ao se tornarem mães, as operárias teriam direito a doze semanas de repouso, fator prejudicial à produção e ao lucro das empresas. Dessa maneira, as operárias viviam com seus companheiros sem formalizarem legalmente a união. Muitas tentavam esconder a gravidez – mas quando descobertas eram sumariamente demitidas; outras realizavam aborto para não perderem sua fonte de sustento. Havia aquelas mulheres que assumiam a gravidez e que trabalhavam até a véspera do nascimento de seus filhos; entretanto, ao retornarem da licença maternidade, também eram dispensadas. Segundo o jornal “Unidade”, entre as empresas praticantes dessa prática estava o “Laboratório Catarinense”²¹⁴.

Ao encontro da prática de proibir as operárias joinvilenses de se casarem e constituírem famílias, na edição de 22 de dezembro de 1956²¹⁵, há uma reportagem sobre a dispensa de um médico da maternidade “Darcy Vargas” de Joinville, chamado Dr. Karmann. Segundo o jornal, ele era conhecido por atender gratuitamente a todas as operárias da cidade. Com essa demissão, as operárias grávidas somente eram aceitas na instituição mediante pagamento adiantado de uma taxa no valor de Cr\$ 800,00 (o salário mínimo em dezembro de 1956 era Cr\$ 3.800,00)²¹⁶. Assim sendo, as operárias joinvilenses, outrora atendidas gratuitamente, agora eram obrigadas a desembolsar 21,5% de seus salários – isso se é que recebiam um salário mínimo. Embora conste na lei, mais uma vez observa-se que o descumprimento do devido pagamento do salário mínimo era uma prática recorrente.

As operárias joinvilenses encontram no jornal “Unidade” um importante canal de acolhimento e publicidade de suas denúncias. Quiçá a mais impressionante notícia oriunda de Joinville tenha acontecido no “Laboratório Catarinense”²¹⁷. Na edição de 10 de novembro de 1956, o

²¹⁴**UNIDADE**: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 19 de outubro de 1956. p. 3. Acervo digitalizado pela autora.

²¹⁵**UNIDADE**: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 22 de dezembro de 1956. p. 5. Acervo digitalizado pela autora.

²¹⁶**Série Histórica do Salário Mínimo**. Disponível em: <http://www.jfpr.gov.br/ncont/salariomin.pdf>. Acesso em: 20 de janeiro de 2011.

²¹⁷Em 1919, o joinvilense Alberto Bornschein funda na cidade de Curitiba – PR a “Farmácia Minerva”. A “Farmácia Minerva” é transferida para Joinville em 1922. Vinte anos depois,

jornal publica a carta de uma leitora, cuja identificação é feita por meio do pseudônimo, “Érica”:

Recebemos de Joinville, com o pedido de publicação, o trabalho que vai abaixo [...]. Deixamos de publicar o nome da autora, jovem operária, para que não venha a ser perseguida, como o que tem acontecido constantemente com que se mostra contrário às ordens dos patrões.²¹⁸

A reportagem intitulada “Exumado o corpo da menina operária para não ser paga a indenização” é fruto da carta da operária “Érica”, também trabalhadora do “Laboratório Catarinense”. “Érica” relata que Maria Elvira, sua colega de trabalho, em uma quarta-feira de trabalho deixa cair ao chão um frasco de vidro do remédio que embalava. Os cacos entraram no sapato e acabaram perfurando os pés de Maria Elvira. No dia seguinte, a operária quase não conseguia caminhar; no entanto, como não podia faltar ao trabalho sob pena de seu ordenado, já escasso, ser reduzido, procura o médico da empresa, que receita compressa de farinha quente e lhe diz: “pode continuar trabalhando; trabalhas com as mãos e não com os pés”. Mais um dia se passa, porém Maria Elvira não conseguia sair da cama. Outro médico é chamado e constata que a operária estava com tétano e que já era tarde demais para qualquer tratamento. Maria Elvira falece com apenas quinze anos de idade. Seus pais cobram do “Laboratório Catarinense” uma indenização de CR\$ 15.000,00. Porém, a notícia sugere que, por ideia do advogado do “Laboratório Catarinense”, na calada da noite, o corpo de Maria Elvira é exumado e seu pé cortado e levado para longe dali. Agora já não há mais a prova física de que a operária havia falecido realmente em virtude do ferimento em trabalho. Entretanto, “esqueceram” de combinar o “silêncio” sobre o acidente no local de trabalho com as companheiras de jornada de Maria Elvira. Graças à “Érica” e ao jornal “Unidade”, que acolhe sua denúncia, esses fatos se tornam públicos.

A questão vai além de esse ser um fato de todo verídico. De qualquer forma, essa denúncia serve tanto para desvelar a insatisfação

passa a ser denominada “Farmácia Catarinense”, transformando-se no ano de 1945 em “Laboratório Catarinense Ltda.”. Em 1957, a empresa passa a ser chamada de “Laboratório Catarinense S. A.”, denominação que possui até os dias atuais. **Laboratório Catarinense**. Disponível em: <http://www.labcat.com.br/web/index.php/empresa>. Acesso em: 23 de maio de 2011.

²¹⁸**UNIDADE**: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 10 de novembro de 1956. p. 3. Acervo digitalizado pela autora.

das operárias com o tratamento recebido tanto pelos patrões quanto pelos médicos das empresas, assim como para demonstrar que existiam sérios conflitos latentes na tão propalada “Manchester Catarinense” – como fica conhecida a cidade de Joinville entre os anos 1950-1980, em consequência do seu processo de industrialização acelerado, que a torna um dos maiores polos industriais do Brasil.

As denúncias oriundas de Joinville não param no caso da operária Maria Elvira. Na edição de 3 de novembro de 1956, existe a acusação de que, em Joinville, as empresas burlam o pagamento de direitos trabalhistas dos operários e das operárias, entre tais empresas, a “Fundição Tupy”.²¹⁹

A edição de 25 de novembro de 1956 exhibe a notícia de que as fábricas de Joinville não aceitavam os atestados médicos de seus trabalhadores, expedidos pelos médicos dos sindicatos. Os operários doentes deveriam consultar os médicos das empresas, que, geralmente, mandavam-nos retornar ao trabalho mesmo sem condições físicas para tal (como no caso de Maria Elvira). Entre as principais fábricas a utilizar tal prática encontram-se a indústria de máquinas “Raimann”, fundada em Joinville em 1933, e a “Cônsul Refrigeração”, fundada na mesma cidade em 1950²²⁰. Esta última, ainda hoje é uma das principais marcas do segmento no mercado nacional.

Em 22 de dezembro de 1956, um agente da Delegacia de Ordem Política e Social de Santa Catarina, chamado “Miranda”, realiza investigações em Joinville com o intuito de descobrir os nomes dos operários e das operárias que enviaram as denúncias contra seus patrões para o jornal “Unidade”, uma prova de que parte da polícia estava formalmente ao lado dos empresários.

²¹⁹**UNIDADE**: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 3 de novembro de 1956. p. 3. Acervo digitalizado pela autora. Em Joinville, Albano Schmidt, Hermann Metz e Arno Schwarz, fundam a TUPY em 9 de março de 1938, com uma produção pequena de conexões hidráulicas de ferro maleável. Essa fábrica ganha notoriedade nos anos 1960, entrando no mercado nacional produzindo equipamentos para as indústrias automobilísticas, impulsionadas pela política econômica de abertura aos investimentos do capital estrangeiro como a alemã Volkswagen. Atualmente, a maior parte da produção desta fábrica se destina ao setor automotivo com destaque para as exportações. A empresa tem sua sede principal localizada em Joinville além de escritórios em São Paulo, Estados Unidos, México, Japão, Alemanha e França. Disponível em: **Tupy**. <http://www.sanegas.com.br/tupy/>. Acesso em: 23 de maio de 2011.

²²⁰**UNIDADE**: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 25 de novembro de 1956. p. 3. Acervo digitalizado pela autora.

Atentados às liberdades

Esteve em Joinville para “descobrir” quem nos tem mandado as notas e reportagens sobre a perseguição e arbitrariedades contra os operários e operárias daquela cidade, o conhecido tira Miranda, agente da DOPS, famoso pela sua brutalidade no tratamento dos presos, e que interrogou e amedrontou operários e líderes sindicais, ferindo desta maneira as liberdades constitucionais e cometendo um flagrante atentado à liberdade de imprensa. Protestando veemente contra esses fatos, chamamos a atenção do Sr. Governador do Estado, que está tendo desmoralizada a sua promessa de amplas liberdades no Estado, por um tira da DOPS, inimigo da classe operária. E declaramos único responsável por qualquer violência contra o nosso jornal, o Governo do Estado.²²¹

Contudo, na edição de 27 de janeiro de 1957, há a observação de que o agente da DOPS não logra êxito nas suas investigações em Joinville²²². Entretanto, Aldo Pedro Dittrich, preocupado com novas investigações policiais na cidade, publica na edição de 24 de fevereiro de 1957 a seguinte nota:

Atenção Joinvillenses, pessoa alguma, nesta cidade, está autorizada por mim para agir ou representar o jornal Unidade.

Dou este aviso para evitar que aventureiros, tiras e outros elementos, possam utilizando o nome deste semanário, obter proventos para si. Qualquer pessoa que se apresente para falar em nome deste jornal deve estar munida de credencial assinada por mim e datada do ano de 1957.

Florianópolis, 18 de fevereiro de 1957.

(a.) Aldo Pedro Dittrich- diretor.

Ainda relativamente à cidade de Joinville, a edição do período de 24 de março a 4 de abril de 1959 exhibe o seguinte comunicado:

Aviso aos trabalhadores de Joinville

A GRUNBILF do Brasil, empresa que está construindo a represa do Rio do Júlio e outras obras, por ser muito rica, acha que não tem obrigação de respeitar os direitos dos trabalhadores, decorrentes da Consolidação das Leis do

²²¹UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 22 de dezembro de 1956. p. 1. Acervo digitalizado pela autora.

²²²UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 27 de janeiro de 1957. p. 3. Acervo digitalizado pela autora.

Trabalho, no que se refere a salários, férias, repouso remunerado, aviso prévio, etc.

Por isso, os trabalhadores de Joinville devem cuidar-se para não ficarem prejudicados, evitando empregarem-se na referida firma.²²³

Em 1956, na região sul de Santa Catarina, um jornalista da “Imprensa Popular” do Rio de Janeiro, chamado “Paulo Motta Lima”, realiza, acompanhado de demais repórteres e de alguns políticos locais, uma série de visitas e entrevistas nas cidades de Tubarão, Criciúma, Siderópolis, Urussanga, Lauro Muller, Imbituba e Laguna. Mineiros, ferroviários, portuários, suas companheiras e seus filhos descrevem ao jornalista carioca suas dificuldades cotidianas e aspirações. Em 18 de novembro de 1956, o jornal “Unidade” estampa em sua capa, bem como, na página 7, trechos do extenso texto publicado por Paulo Motta Lima no jornal “Imprensa Popular”, intitulado: “Sacrifício de vidas e arrasamento da terra na extração do carvão”.

Ninguém teria o direito de duvidar da palavra de gente tão sofredora, e, além disso, o que os mineiros, ferroviários e estivadores catarinenses nos contavam coincidia com a trágica realidade que entrava por nossos olhos. Homens envelhecidos precocemente, inválidos, atingidos por uma série de moléstias causadas pela insalubridade do trabalho, cegos e estropiados por acidentes pediram que levássemos ao conhecimento dos governantes, dos parlamentares e do povo a suas denúncias. Criadores da riqueza nacional, eles passam o dia semi-sepultados no ventre da terra e nas horas de repouso recolhem-se às sombrias vilas operárias, as suas casas de madeiras, enegrecidas e lúgubres.²²⁴

Pelos escritos do jornalista Paulo Motta Lima, o cenário descrito contrastava com a recepção à caravana em Criciúma – cerimônia acompanhada de um farto banquete, oferecido pelo prefeito cricumense, Addo Caldas Faraco (PSD). Nas visitas às vilas operárias da região carbonífera catarinense, o jornalista encontra inúmeras histórias de fome; miséria; doenças; loucura em virtude das péssimas condições de vida e de trabalho; suicídios; degradação do solo, entre outras. De um “Barão do Carvão”, na tentativa de amenizar o quadro

²²³UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 24 de março a 7 de abril de 1959. contracapa. Acervo digitalizado pela autora.

²²⁴UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 18 de novembro de 1956. p. 1. Acervo digitalizado pela autora.

calamitoso constatado por todos, ouvia com perplexidade a afirmação de que na região a questão social era “complexa”. Em visitas ao Porto de Laguna, os estivadores relatam o descaso com a categoria e o abandono do porto.²²⁵

Segundo Gustavo Lemos, o Sindicato dos Mineiros de Criciúma, desde novembro de 1953, era comandado por Auzenir Guimarães Carvalho²²⁶. Além de presidente do sindicato, Auzenir Guimarães Carvalho (PTB) era vice-presidente da Câmara de Vereadores de Criciúma e responsável por receber a caravana de jornalistas e políticos na cidade. Porém, era um importante aliado do fiscal do Ministério do Trabalho em Criciúma, Waldemar Mattos²²⁷, que, por sua vez, era aliado aos mineradores locais. Em vista da repercussão das reportagens sobre a caravana na região, Auzenir Guimarães Carvalho faz questão de enviar dois telegramas ao Presidente da República. O primeiro é reproduzido pelo jornal “Tribuna Criciumense”, de 27 de agosto de 1956, e antecede a visita da caravana, quem sabe com a intenção de justificar o cenário calamitoso que seria encontrado.

Conjunto de circunstâncias vem impedindo últimos tempos normal escoamento da produção, obrigando aumento gradativo de estoques, atualmente superiores a trezentas mil toneladas [...] retardamento de providências adequadas poderá desencadear colapso [...] gerando sério problema social e conseqüente dispensa de inúmeros operários [...].²²⁸

Dessa maneira, Auzenir Guimarães Carvalho atribui o descaso para com os operários e as operárias das minas à crise do setor e não às péssimas condições de trabalho e à falta de remuneração apropriada à categoria. Auzenir completa sua exposição, afirmando o seguinte: “forçada incapacidade dos mineradores de resistirem à angustiante situação”, ou seja, em sua concepção, se os mineradores nada fazem para melhorar as condições subumanas dos operários, é por causa da crise no setor. Sem dúvida, essa afirmação demonstra condescendência para com os mineradores. O segundo telegrama é posterior à visitação e

²²⁵UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 18 de novembro de 1956. p. 7. Acervo digitalizado pela autora.

²²⁶LEMOS, Gustavo. 2008. Op. cit. p. 48.

²²⁷Ibidem. p.42.

²²⁸TRIBUNA CRICIUMENSE. Criciúma, de 27 de agosto de 1956. Trechos editados e retirados de LEMOS, Gustavo. 2008. Op. cit. p. 46.

desmentia o que havia sido constatado por todos que inspecionaram a região e, sobretudo, contrariava o que estava escrito nos jornais da Capital Federal.²²⁹

Do restante do Estado de Santa Catarina, igualmente chegavam denúncias sobre salários incorretos. Todavia, em menor número em relação às cidades de Joinville e da região carbonífera. Na edição de 1º de maio de 1957, lageanos denunciam o não pagamento correto de seus salários pelos comerciantes da cidade.²³⁰

Na edição de 3 de novembro de 1956, o jornal “Unidade” publica a seguinte denúncia oriunda de Jaraguá do Sul: “Os operários obrigam os patrões a pagar-lhes os salários atrasados”. Em Jaraguá do Sul, o prefeito Waldemar Grubba (PSD) já há seis meses não pagava os operários municipais; para tal, justificava que a cidade passava por dificuldades financeiras. Foi quando os operários, desesperados com a situação e sem crédito nem mesmo para comprar alimentos, descobriram que o dinheiro da prefeitura estava aplicado no banco, rendendo juros. A notícia se espalha rapidamente pela cidade, e os operários e suas famílias dirigem-se à prefeitura e iniciam um protesto. Ao ver-se acuado, o prefeito anuncia à multidão que o movimento era ilegal e que seus partícipes seriam punidos pela polícia. Mas, a polícia não consegue conter os protestos tanto dos operários e de seus familiares quanto da população de Jaraguá do Sul, que se une em solidariedade aos operários. Sem alternativas, Waldemar Grubba ordena o pagamento dos salários atrasados.²³¹

Enfim, ao analisar os conteúdos das denúncias e as orientações dadas aos operários e às operárias, percebe-se que os elementos que perpassam praticamente todos os textos denotam os constantes conflitos entre patrões e empregados; os direitos conquistados pela classe operária e usurpados por seus patrões, como também suas estratégias de luta. Isso demonstra que, embora Santa Catarina não fizesse parte dos principais estados do país em termos de industrialização e concentração da classe operária, seus problemas não eram diferentes do cotidiano dos grandes centros, tais como: São Paulo, Rio de Janeiro ou Porto Alegre.

²²⁹ LEMOS, Gustavo. 2008. Op. cit. p. 46.

²³⁰ UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 1º de maio de 1957. p. 5. Acervo digitalizado pela autora.

²³¹ UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 3 de novembro de 1956. p. 3. Acervo digitalizado pela autora.

2.4.4 Conflitos internacionais e fatos conjunturais locais

Quanto aos conflitos relativos ao plano internacional, nas edições de 1956 e 1957, são recorrentes as menções sobre a “Guerra de Suez”. Nesse período, os egípcios resolvem lutar pela nacionalização do Canal de Suez construído entre 1859 e 1869. Seus opositores eram Israel, França e Inglaterra, nações que cobiçavam esse ponto estratégico no Mar Vermelho, que permite ligar Europa à Ásia sem precisar contornar a África. Após a Segunda Guerra Mundial, as potências européias e os Estados Unidos almejavam o controle do Canal de Suez, pois havia uma crescente valorização do petróleo na economia mundial, produto encontrado em grande quantidade no Oriente Médio.

Em 1952, um grupo de militares, liderados pelo coronel Nasser, organizam um levante que destitui do poder o Rei do Egito – Faruk. No poder, os militares primam pela defesa da soberania nacional, por meio da estatização das empresas estrangeiras, da limitação da presença estrangeira na economia do Egito e de um projeto de reforma agrária. Para ampliar a tensão, determinam a nacionalização do Canal de Suez. Em 29 de outubro de 1956, os israelenses promovem uma invasão militar na península de Sinai, apoiados por grupos de paraquedistas franceses e ingleses; derrotando, assim, os egípcios. Em seguida, a União Soviética divulga seu apoio aos egípcios e ameaça a França, Inglaterra e Israel com a possibilidade de um ataque nuclear. A seguir, os Estados Unidos resolvem interferir no conflito. Para evitar um ataque nuclear e uma “Terceira Guerra Mundial”, a Organização das Nações Unidas (ONU) exige que os países vencedores se retirassem do Egito. Depois da retirada, o Reino Unido e a França constatarem a perda de grande parcela de sua influência depois da Segunda Guerra Mundial. O Egito manteve sua política nacionalista e, mais tarde, pró-soviética.²³²

A respeito do conflito de Suez, o jornal “Unidade” noticia da seguinte forma:

NOTICIÁRIO INTERNACIONAL

SUEZ, FINAL DOS TEMPOS

O mundo inteiro ficou admirado quando um coronel egípcio anunciou que o canal de Suez, daquela data em diante, passaria a pertencer ao Egito e em seu benefício

²³²Disponível em: GIVIGIER, Gabriel. **Guerra Fria**. <http://knol.google.com/k/gabriel-givigier/guerra-fria/1hhsmbsocki9zo/2>. Acesso em: 8 de fevereiro de 2011.

seria explorado, deixando de dar lucros aos colonialistas ingleses e franceses.

A admiração seguiu-se o apoio moral e até material dos povos, para quem o ato do coronel Nasser representa o final dos tempos colonialistas, do tempo do imperialismo, e, mais de tudo, a confiança no poder do povo.

Sim, pois se não fosse essa fé imensa de Nasser na força e no patriotismo do povo do Egito, não teria sido possível com um sorriso de escárnio e com um discurso irônico, desafiar as duas velhas potências imperialistas: França e Inglaterra.

Nasser não se enganou ao compreender que tudo poderia fazer, se tivesse a apoiar os seus atos o povo do Egito e outros povos que viviam ou vivem em condições idênticas de dominação econômica e política.

O exemplo de Nasser, não demorará a dar frutos, agravando ainda mais a situação desesperadora dos colonialistas, cujos dias estão contados. E enquanto os imperialistas brigam entre si, disputando os mercados e os fornecedores de matérias primas, cresce a solidariedade internacional dos povos coloniais, para quem já é possível acreditar, sem vacilações, que a história não será sempre dos povos dominados e povos dominadores, mas sim, de povos livres determinando o seu próprio destino.²³³

Por meio desse comentário realizado, é possível notar a intencionalidade em noticiar o conflito de uma maneira tal que os leitores catarinenses se identifiquem com os acontecimentos, que os tomem como um exemplo a ser seguido. Transforma tanto Nasser quanto o povo egípcio nos responsáveis por demonstrar ser possível com a união livrar-se dos opressores.²³⁴

Nessa perspectiva, em 25 de novembro de 1956, o jornal “Unidade” vai além, ao estampar em sua capa a seguinte manchete: “O povo brasileiro contra o envio de nossas tropas ao Egito”. O conteúdo da reportagem demonstra o quanto o Brasil encontrava-se pressionado, sobretudo, pelos Estados Unidos, a enviar tropas aos principais conflitos desencadeados nos anos 1950, entre eles, a Guerra da Coreia (1950-

²³³**UNIDADE:** em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 22 setembro de 1956. p. 5. Acervo digitalizado pela autora.

²³⁴Recentemente, o povo egípcio saiu às ruas para protestar contra Hosni Mubarak, ditador que comandava o país há quase trinta anos. Os protestos que derrubaram Mubarak começaram no dia 25 de janeiro de 2011 e após três semanas de intensas manifestações populares e confrontos, o presidente do Egito renuncia ao cargo – em 11 de fevereiro de 2011. Ver mais a respeito em: <http://www.not1.com.br/egito-2011-renuncia-de-mubarak-conflitos-politica-eleicoes-e-democracia/>. Acesso em: 23 de maio de 2011.

1953)²³⁵ e a Guerra de Suez (1956), buscando sensibilizar os leitores para uma campanha pelo não envio de tropas brasileiras para o Egito, campanha idêntica à realizada quando do conflito na Coreia. Para tal, foram realçadas tanto a questão humanitária – o reconhecimento e solidariedade para com o povo egípcio –, quanto a possibilidade de um aumento do custo de vida em virtude da interferência direta no conflito; tudo como forma de sensibilizar a opinião pública, apelando para o lado sentimental e para o aspecto financeiro.

Em 1956, os húngaros tentam se sublevar contra Moscou, numa rebelião que dura de 23 de outubro a 4 de novembro. Buscavam a independência política, mas são reprimidos violentamente pelos soviéticos e pela polícia húngara. O resultado é o fortalecimento do poder dos soviéticos na Hungria. Quanto a esse conflito, o jornal “Unidade” assume um discurso diferente. Além de notadamente minimizar os episódios ocorridos na Hungria, busca desviar a atenção do conflito em si, para fatos políticos existentes no movimento estudantil catarinense.

Realizou-se no dia 10 de novembro, em Florianópolis, uma passeata organizada pelo denominado “Movimento Operário-Estudantil” (movimento que não congrega nenhuma entidade sindical e estudantil). Precedida de uma ampla e intensa propaganda, a manifestação foi um fracasso total.

Pretendiam os seus promotores, fazer um ato contra a Hungria, cujo povo mais uma vez derrotou os vestígios do nazismo.

²³⁵O primeiro grande confronto militar entre ideologias ocidentais capitalistas e orientais socialistas deu-se no sudoeste asiático, na década de 1950. A península da Coreia foi dividida, em 1945, pelo paralelo 38, em duas zonas de influência: uma ao norte, comunista e apoiada pela União Soviética e China — a República Popular Democrática da Coreia; e uma ao sul, capitalista e com apoio das nações ocidentais — a República da Coreia. Porém, em 1950, a Coreia do Norte, após severas tentativas de derrubar o governo do sul, invadiu e ocupou a capital coreana Seul, desencadeando um conflito armado. Forças das Nações Unidas, apoiadas principalmente pelos Estados Unidos, fizeram a resistência no sul, reconquistando a cidade e partindo em uma investida contra o norte. A China, sentindo-se ameaçada pela aproximação das forças ocidentais, enviou reforços à frente de batalha, fazendo da Coreia um grande campo de batalha. Após muitas brigas, um acordo de paz é negociado, mas demora dois anos. Um armistício é assinado em Panmunjon, em 27 de Julho de 1953, mantendo a península da Coreia dividida em dois Estados soberanos, exatamente como antes do início da guerra. Essa divisão se mantém até hoje. Disponível em: GIVIGIER, Gabriel. **Guerra Fria**. <http://knol.google.com/k/gabriel-givigier/guerra-fria/1hhsmbsocki9zo/2>. Acesso em: 8 de fevereiro de 2011.

A Hungria é um país socialista. Os nazistas ainda existentes naquele país (a Hungria foi aliada da Alemanha) tentaram reviver o regime de Hitler e foram derrotados. Em Florianópolis, o “Movimento Operário- Estudantil”, magoado com mais uma derrota dos nazistas, procurou fazer uma manifestação. O povo barriga verde, de tradição anti-nazista, sabendo da filosofia política dos que a engendraram, não deu a mínima atenção ao “protesto”. Meia dúzia de raivosos, com cartazes às mãos, ficou defronte de nossa Catedral, falando sozinhos.²³⁶

Na concepção dos escritores do jornal “Unidade”, o conflito na Hungria é interpretado como obra dos nazistas remanescentes no país depois da Segunda Guerra Mundial, da mesma forma que a manifestação de apoio aos húngaros, realizada pelo “Movimento Operário-Estudantil” da capital catarinense. Atitude essa com a clara intenção de “desqualificar” tanto as ações no plano internacional como local.

2.4.5 Cultura: “Literatura e Luta de Classes”

O jornal “Unidade” exibiu uma coluna não regular sobre literatura. Os escritos nessa coluna eram voltados para as seguintes questões: direitos dos trabalhadores; luta de classes ou URSS. Na primeira edição de “Unidade”, de 22 de setembro de 1956, na página 5, encontra-se uma resenha sobre o livro “Cortina de Ferro”, de autoria de Marques Rebelo (editado pela Livraria Martins Editora – São Paulo, em 1956)²³⁷. O texto é assinado por “A. M.”, o qual afirmava que no Brasil “de 1956” livros de viagem e de memórias estavam em voga e, dentre esses, inúmeros livros sobre a URSS e o campo socialista estavam sendo publicados; contudo, raramente eles satisfaziam as expectativas dos leitores, apesar de serem lidos com avidez, dado que todos queriam saber o que se dizia sobre “o outro lado da cortina de ferro”. Segundo consta na reportagem, Rebelo escreve o livro motivado por uma viagem realizada pela União Soviética. Em seu texto, compara o Brasil com a URSS e constata que no Brasil, a despeito das grandes proporções

²³⁶**UNIDADE**: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 18 de novembro de 1956. p. 1. Acervo digitalizado pela autora.

²³⁷Jornalista, contista, cronista, novelista e romancista, nasce no Rio de Janeiro, em 6 de janeiro de 1907, e falece também nessa cidade, em 26 de agosto de 1973. Marques Rebelo integra a geração que fez o Romance de 1930, inserido na linha da literatura de acusação e de denúncia da miséria brasileira. **Marques Rebelo (1907-1973)**. Disponível em: <http://singrandohorizontes.wordpress.com/2010/04/17/marques-rebelo-1907-%E2%80%93-1973/>. Acesso em: 20 de abril de 2011.

geográficas e dos abundantes recursos naturais, nada era feito no sentido de melhoria da situação do povo brasileiro.²³⁸

Outro exemplo na coluna sobre literatura é a edição do período de 24 de março de 1959 a 7 de abril de 1959, relativamente à censura ao livro “Madeirópolis”, escrito por Italino Peruffo.

MADEIRÓPOLIS

Atitudes antidemocráticas na Assembléia Legislativa

Italino Peruffo, jovem e promissor escritor patricio, lançou seu último livro, intitulado “Madeirópolis”. Neste, com rara felicidade, foram fixados momentos e tipos comuns em todas as cidades do interior. Madeirópolis é uma Cidade; mas, não é nenhuma cidade. Seus personagens são o denominador comum da gente que o escritor vem conhecendo em sua jornada pelas cidades interioranas; são um apanhado dos tipos que encontra, tipos marcantes, de alto conteúdo humano, que se despersonalizam nas páginas dos livros, formando um todo psicológico, que não se identifica com indivíduos da vida real - pode haver semelhança.

Rio do Sul reivindica Madeirópolis; alguns de seus habitantes querem encarnar seus personagens. Pode ser – se Rio do Sul quiser. Mas, não lhe assiste o direito de protestar, e muito menos o de querer proscrever o livro.

A polícia – demonstrando seu conhecimento e sua sensibilidade literária – resolveu ratificar a idéia riosulense, de que eles estavam no livro. Então agiu e agiu com estupidez revoltante, apreendendo os exemplares do livro e ameaçando de espancamento seu vendedor, se este não saísse da cidade.

A essa atitude anti-democrática, seguiu-se, na Assembléia Legislativa discurso de representante daquele município e de algumas vestais do regime, que a ele se associaram. Tudo isso, é triste e penaliza. Revela que alguns dos nossos representantes são democraticamente atrasados. Não só democraticamente; na cultura, a situação não é diferente. Temos certeza de que estes representantes que aplaudiram o arbítrio e a prepotência policial, jamais leram os clássicos da literatura, ou o “Decameron” do Bocaccio, todas as obras de Jorge Amado – universalmente traduzidas – a de Tennessee Williams, nem o “Asno de Ouro”, nem o “Tobaco Road”, nem “A Carne, tampouco o “D. Camilo”, em que um padre e um prefeito, pintam de vermelho as nádegas de

²³⁸ **UNIDADE:** em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 22 de setembro de 1956. p. 5. Acervo digitalizado pela autora.

uma faladeira, e tantas e tantas obras, em que se põe a nu o ridículo; a hipocrisia e as misérias humanas.

Revela, ainda que esses Deputados se esquecem que a existência de uma Assembléia Legislativa personifica a legalidade democrática, a qual permite a cada cidadão escrever e publicar o que julga ser uma colaboração ao aprimoramento da cultura e das relações humanas, permite ainda, liberdade de expressão e pensamento, culminando por asseverar que o trabalho é obrigação universal.

Desta forma, tenha ou não mérito qualquer obra literária, a polícia não poderá-lhe retirar de circulação, nem ameaçar de espancamento quem viva dignamente do comércio de livros [trecho ilegível], mais grave quando se trata de um dirigente sindical. Para tal, existem leis e um poder competente.

Tendo em vista as atitudes da polícia e de alguns senhores Deputados, viemos protestar, veementemente, contra a arbitrariedade praticada, apelando aos poderes constituídos no sentido de garantirem a manifestação livre do pensamento e o livre exercício do trabalho. Louvamos, porém a atitude dos deputados Agostinho Mignoni e Antônio G. de Almeida, que levantaram suas vozes em protesto.

E aos senhores deputados, em particular, que apoiaram essa medida ilegal, arbitrária e inconstitucional, agravando-a, lembramos no Evangelho em São Matheus, quando se refere ao escândalo dos escribas, fariseus e hipócritas, o versículo 23: “*Condutores cegos! Que coais um mosquito e engulis uma enguia!...*”.²³⁹

“Madeirópolis”, apesar de ser uma cidade fictícia, contém semelhanças com a cidade em que morava o autor Itolino Peruffo, Rio do Sul – SC. O livro causa inúmeras polêmicas tanto entre os riosulenses quanto nos demais recantos do Estado de Santa Catarina.

Sobre Itolino Peruffo, não se conseguiu apurar informações além das poucas encontradas no próprio jornal “Unidade” e as anteriormente citadas. No que diz respeito à “Madeirópolis”, localizou-se uma lista de discussão recente sobre seu conteúdo, na internet, relatando a importância desse livro censurado no final dos anos 1950 em Santa Catarina e a raridade de seus exemplares²⁴⁰. Em pesquisas no acervo da Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina, achou-se um exemplar de “Madeirópolis” bastante comprometido,

²³⁹UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 24 de março a 7 de abril de 1959. p. 1 e 4. Acervo digitalizado pela autora.

²⁴⁰Madeirópolis. Disponível em: <http://madeiropolis.wordpress.com/>. Acesso em: 8 de março de 2011.

possivelmente, pela ação do próprio tempo e também pelas péssimas condições de armazenamento pelas quais passou ao longo desses mais de cinquenta anos.²⁴¹

Os escritos de Peruffo são responsáveis por denunciar a exploração desenfreada de madeira no Alto Vale do Itajaí, mas também, a opressão no mundo do trabalho, os desmandos das poderosas famílias de madeireiros da região e casos de assassinatos e de festas em que ocorriam “trocas de casais” na cidade. Por isso, o livro é considerado como um verdadeiro afronte à “moral e aos bons costumes”, além de uma ameaça para aqueles que, não obstante não terem seus nomes identificados, se reconhecem nas páginas de “Madeirópolis”. Um dos colonistas do jornal “Unidade”, cujo pseudônimo é “Dias Velho”, escreve a seguinte nota sobre o episódio: “Todo o cidadão de Rio do Sul que se considerar dentro do livro de Italino Peruffo, favor abandonar, urgentemente, as páginas de Madeirópolis”.²⁴²

O que mais chama a atenção é a importância dada pelo jornal “Unidade” a essa publicação e à censura a ela imposta. Ao analisar o livro encontrado, constatou-se que a editora que publicou “Madeirópolis” localizava-se em Florianópolis e chamava-se “Unidade”. O jornal “Unidade”, na edição do período de 24 de abril de 1958 a 30 de abril de 1958, comunica a inauguração da Gráfica Maria Quitéria, localizada na Rua João Pinto, nº 57 A, mesmo endereço da redação do jornal, a partir das edições de 1958²⁴³. A propaganda é a seguinte:

Gráfica Maria Quitéria - Ltda.

Ao inaugurar suas instalações comunica que se acha aparelhada para a execução pronta e perfeita de qualquer trabalho gráfico por preços módicos.

Gráfica Maria Quitéria Ltda.
Rua João Pinto, 57-A, Fpolis.²⁴⁴

Ao inaugurar a gráfica “Maria Quitéria” em abril de 1958, os redatores do jornal “Unidade” anunciam realizar todos os tipos de

²⁴¹PERUFFO, Italino. **Madeirópolis**: notas e perfis. Florianópolis: Editora Unidade, 1958.

²⁴²**UNIDADE**: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 24 de março a 7 de abril de 1959. Contracapa. Acervo digitalizado pela autora.

²⁴³ Nas edições de 1956 e 1957, o endereço da redação do jornal “Unidade” era: Rua Vitor Meirelles, nº 18, Sala nº 2.

²⁴⁴**UNIDADE**: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 24 a 30 de abril de 1958. p. 7. Acervo digitalizado pela autora.

trabalhos gráficos por preços módicos. “Madeirópolis” tem um conteúdo que vem ao encontro da linha editorial defendida no jornal “Unidade. Dessa forma, os indícios levam a constatar que os responsáveis por publicar o jornal “Unidade” publicam e promovem o livro “Madeirópolis”.

Aldo Pedro Dittrich, em sua coluna “O trabalhador e seus direitos”, que manteve por praticamente todo o período de jornal analisado (setembro de 1956 a dezembro de 1959), também se valia da literatura. Geralmente, citava autores clássicos, sobretudo, os marxistas. Um exemplo disso é a edição do período de 23 de março de 1959 a 7 de abril de 1959, quando Dittrich almejava informar sobre o direito de férias remuneradas e escreve o seguinte texto:

Sob a direção e inspiração de dois revolucionários alemães, Karl Marx e Friedrich Engels, a classe operária de todo o mundo foi paulatinamente conquistando o direito a férias remuneradas.

Esta luta, com o desenvolvimento industrial do início do século XX foi mais acentuada. Devido à crescente pressão dos trabalhadores, os governos dos mais diversos países foram consignando em suas legislações sociais e trabalhistas o direito a férias remuneradas.

Em nosso país, o Presidente Getúlio Vargas, sentindo as reivindicações dos trabalhadores, em 1933 sancionou o primeiro Decreto que concedeu férias a determinados grupos de empregados [...] O direito de remuneradas (férias) foi finalmente com a Consolidação das Leis do Trabalho, garantido aos trabalhadores (Decreto 5.452 de 01 de maio de 1943).

De acordo com a nossa Consolidação das leis do trabalho o direito de férias é adquirido após 12 meses de vigência do contrato de trabalho (artigo 130).²⁴⁵

O objetivo de Dittrich era explicar aos operários e às operárias, de maneira clara e prática, a história de lutas da classe; os direitos trabalhistas conquistados e quais deveriam ser os rumos na busca pelo cumprimento de seus direitos e pela obtenção de novos benefícios.

2.4.6 O Partido Comunista e suas ações representadas no jornal “Unidade”

Um acontecimento internacional, em especial, no final dos anos 1950, reflete de maneira decisiva nos rumos do PCB: as revisões e

²⁴⁵UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 24 de março a 7 de abril de 1959. p. 5. Acervo digitalizado pela autora.

discussões após a morte de Stalin que vêm à tona no XX Congresso do Partido Comunista, realizado em Moscou em fevereiro de 1956.

As lideranças do PCB postergam ao máximo possível o debate sobre as denúncias contra Stalin. Aproximadamente nove meses após o Congresso é que as lideranças do PCB reconhecem a omissão e desculpam-se por estender a temporada em Moscou. Por fim, defendem a democratização do partido. Estava aberta mais uma decisiva contenda entre diferentes facções no interior do PCB, especialmente entre “Renovadores”, defensores de mudanças no cerne do PCB, e “Conservadores”, que, embora apoiassem o debate, não admitiam críticas à URSS e ao PC Soviético. O embate entre eles se dava via cartas diárias impressas na “Voz Operária”, “Imprensa Popular” e, por meio de um boletim semanal: “Boletim de debates”,²⁴⁶. Com uma conduta arbitrária, os conservadores representantes da chamada “velha guarda” do PCB e que tinham Prestes como líder, destituem o diretor da “Voz Operária”, Aydano Couto Ferraz, e encerram os debates; episódio que provoca uma verdadeira debandada dos militantes do PCB. Entre os descontentes, estava Bruzzi Mendonça, no período, único deputado declaradamente comunista no Congresso Nacional.²⁴⁷

Em março de 1958, parte do PCB apoiada por Prestes, à revelia do Comitê Central, com o intuito de afastamento da linha defendida pelo “Manifesto de agosto de 1950” elabora a “Declaração de Março de 1958”, defendendo uma mudança nos rumos, por meio de uma aceitação da luta por via legal, de massas, pacificamente, pondo fim ao discurso insurrecional. Segundo Gorender, é nesse momento que o PCB desfruta de uma espécie de “legalidade de fato, embora não de direito”; mesmo que, para a participação nos pleitos eleitorais, o partido tivesse que “alugar” pequenas legendas.²⁴⁸

O jornal “Unidade” não fica de fora dessas discussões. Em reportagem do período de 29 de março a 5 de abril de 1958, na contracapa e na página 4, encontra-se uma reportagem sobre a nova orientação dos comunistas, a partir da “Declaração de março de 1958”. Segundo consta, os comunistas, após analisarem a situação brasileira, constatam que o país estava vivendo naquele um momento um período de desenvolvimento do capitalismo nacional; o ritmo de desenvolvimento, porém, era desigual.

²⁴⁶CHILCOTE, Ronald H. 1982. Op. cit. p. 117; 118 e 119.

²⁴⁷Ibidem. p. 120-121.

²⁴⁸GORENDER, Jacob. 2005. Op. cit. p. 170.

No que se refere ao caráter do Estado Brasileiro, assinalam que seu regime político e a composição do governo era heterogênea. No entanto, os interesses defendidos diziam respeito, em especial, às necessidades dos latifundiários, dos setores capitalistas ligados ao imperialismo estadunidense e da burguesia interessada no desenvolvimento independente da economia nacional. Os comunistas também avaliam de modo positivo o crescimento no Brasil das posições anti-imperialistas, nacionalistas e democráticas e observam a necessidade da formação de uma frente ampla de defesa dos interesses nacionais. Para tal, seria indispensável a discussão de projetos comuns, que para os comunistas deveria contemplar os seguintes pontos: 1. Política exterior independente e de paz. 2. Desenvolvimento progressista e independente da economia nacional. 3. Reforma agrária. 4. Elevação do nível de vida do povo. 5. Consolidação e ampliação da legalidade democrática, que consistia em garantir os direitos democráticos contidos na Constituição Federal, bem como na abolição completa das discriminações político-partidárias e ideológicas e nas garantias dos direitos trabalhistas e de voto para analfabetos, soldados e marinheiros.

O documento elaborado pelos comunistas encerra ressaltando a necessidade de participação dos militantes nas eleições para a conquista de vitórias consideradas por eles decisivas. É nesse contexto que Aldo Pedro Dittrich parte para as disputas eleitorais.

2.4.7 Classes sociais em luta: conflitos políticos e/ou sindicais

Em 22 de setembro de 1956, o jornal “Unidade” noticia que Abel Capella, presidente do Sindicato dos Bancários de Santa Catarina, estava sofrendo perseguição por parte dos acionistas majoritários do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina (INCO)²⁴⁹, Irineu Bornhausen e Genésio Miranda Lins, que gera a interposição de uma reclamação formal movida pelo líder sindical na Junta de Conciliação e

²⁴⁹O Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina (INCO) é criado em 1934 por um grupo do Vale do Itajaí. Como ideia, surge com Irineu Bornhausen (de Itajaí) e Otto Renaux (de Brusque), quando em Rio do Sul, encontram dificuldade para descontar um cheque equivalente a dez mil cruzeiros. Outros nomes se juntaram à ideia da fundação de um banco: Bonifácio Schmidt, Victor Konder, Antônio Ramos, Augusto Voigt e Genésio Lins – principal organizador. Fez-se a instalação em 18 de outubro de 1935, nos altos do escritório Almeida e Voigt, em Itajaí. O Banco INCO adquire em 1936 o Banco Agrícola de Bela Aliança. Também é adquirido pelo Banco INCO em março de 1957, na cidade São Paulo, o Banco Nacional (antigo Banco Ítalo-Brasileiro). Porém, em 1968 o INCO é vendido ao Banco Brasileiro de Descontos (BRADESCO), com sede em São Paulo. Informação disponível em: PAOLI, Evaldo. **Banco INCO**. <http://muralhistoricodeitajai.blogspot.com/>. Acesso em: 5 de fevereiro de 2011.

Julgamentos, de Florianópolis. Em solidariedade, o vereador florianopolitano, Nereu do Vale Pereira, propõe na Câmara de Vereadores um manifesto oficial de repúdio, já que Abel Capella além de líder sindical também era suplente de vereador. Em defesa do sindicalista igualmente é organizado um manifesto de repúdio aos empresários: Irineu Bornhausen e a Genésio Miranda Lins. O documento é assinado pelos representantes das seguintes instituições: Hipólito do Vale Pereira (presidente da Federação de Empregados no Comércio); Paulo Malty (presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio); Dalfrido Bastos (Presidente do Sindicato da Construção Civil); Teodoro Costa (presidente do Sindicato dos Pedreiros); Ranulfo Souza (presidente do Sindicato dos Empregados em Empresas de Minérios); Álvaro Máximo Oliveira (presidente do Sindicato dos Carpinteiros Navais); Turíbrio Custódio Farias (presidente do Sindicato dos Estivadores); Antonio Oliveira (presidente do Sindicato dos Arrumadores); Horato Vilain (Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos); João Momm (presidente do Sindicato dos Contabilistas); Olívio Amancio Pereira (presidente do Sindicato dos Garçons).

Do mesmo modo, o jornal “Unidade” manifesta-se com os seguintes dizeres:

UNIDADE – jornal que defende os trabalhadores, não poderia deixar de levar sua mais irrestrita solidariedade ao líder bancário perseguido pelos magnatas do INCO. Cabe a todos os sindicatos de trabalhadores de Santa Catarina e do Brasil prestar sua solidariedade ao senhor Abel Capella, pois o que está em jogo não é uma questão pessoal, mas sim o direito inalienável da autonomia sindical.²⁵⁰

As questões vão além do simples apoio a um líder sindical, pois na própria reportagem existe a informação de que Abel Capella era um suplente de vereador que havia rompido com seu partido – a UDN, fundada pelo então ex-governador e um dos proprietários do Banco INCO, Irineu Bornhausen.

Nesse ponto, mais um elemento raramente destacado entra em cena: a disputa política além de ser concentrada nos partidos e na imprensa também se dava por meio dos bancos. Um exemplo disso é que o Banco INCO obteve um crescimento acelerado de suas receitas

²⁵⁰UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 22 de setembro de 1956. p. 4. Acervo digitalizado pela autora.

desde o início do governo de Irineu Bornhausen (1951-1956), pois a maior parte do tesouro do estado foi nele depositado. Entretanto, Aderbal Ramos da Silva também possuía um banco – a Casa Bancária Hoepcke²⁵¹, transformada em 1952 no Banco Nacional do Paraná e Santa Catarina. Entre os anos que Aderbal Ramos da Silva governa Santa Catarina (1947-1951), os saldos do tesouro do Estado não excedem 20% de depósito em seu banco. Em seu governo, o Banco INCO não deixa de receber uma quantia, mesmo que pequena de depósito do tesouro do Estado. Em 1955, quando Irineu Bornhausen estava no poder em Santa Catarina, 70% do volume do tesouro catarinense estavam depositados no Banco INCO, e o banco de Aderbal Ramos da Silva, desde 1953, não recebera depósitos do tesouro estadual.²⁵²

Dessa forma, o Banco INCO é importante não somente para tomada do poder por parte da UDN em 1950 como também para que Irineu Bornhausen controlasse o partido a partir do estabelecimento de uma rede de alianças vinculada ao banco.²⁵³

Em 31 de janeiro de 1956, Irineu Bornhausen entrega o governo do Estado de Santa Catarina para Jorge Lacerda, eleito Governador pela chamada “Frente Democrática”, que reúne UDN, PSP e Partido Democrata Cristão (PDC). Seu vice, também da coligação, é Heriberto Hülse, ambos derrotam a “Aliança Social Trabalhista” formada pelo PTB e pelo PSD, representada pelos candidatos Francisco Benjamim Gallotti – candidato a governador e José Miranda Ramos, a vice-governador.²⁵⁴

Para Presidente da República, militantes do PCB, reunidos no chamado “Movimento Nacional Popular Trabalhista” (MNPT), apoiam abertamente os candidatos vitoriosos a presidente, Juscelino Kubitschek do PSD e o vice-presidente, João Goulart do PTB²⁵⁵ e, para o Governo do Estado os candidatos derrotados, Gallotti e Miranda Ramos – mesmo que os membros tanto de PSD quanto de PTB negassem qualquer ligação com os comunistas.²⁵⁶

²⁵¹PAULI, Evaldo. **História econômica de Santa Catarina**. Disponível em: http://www.cfh.ufsc.br/~simposio/EncReg/EncSC/MegaHSC/Historia_economicaSC/91sc4430-4451.html. Acesso em: 10 de fevereiro de 2011.

²⁵²CARREIRÃO, Yan de Souza. 1990. Op. cit. p. 44.

²⁵³Ibidem. p. 43.

²⁵⁴LENZI, Carlos Alberto Silveira. 1983. Op. cit. p. 251-258.

²⁵⁵SANTANA, Marco Aurélio. **Homens Partidos: Comunistas e Sindicatos no Brasil**. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial; UNIRIO, 2001. p. 91.

²⁵⁶LENZI, Carlos Alberto Silveira. 1983. Op. cit. p. 258.

Dittrich taticamente primava por uma imagem de nacionalista e defensor da classe operária. O jornal “Unidade” é transformado em um instrumento de denúncia dos desrespeitos sofridos pela classe operária e também dos conflitos políticos e/ou sindicais latentes, especificamente, em Santa Catarina. Ao se tornar conhecido em todo o Estado, Dittrich por um lado obteve o reconhecimento de muitas pessoas que se identificaram com os escritos em seu jornal, e por outro, o advogado “compra” inúmeras “brigas” e angaria muitos desafetos “poderosos”, entre eles, a família “Bornhausen” e seus correligionários da UDN.

No plano sindical, Dittrich também não tem um desempenho fácil em consequência de suas concepções políticas. Exatamente por meio de uma notícia vinculada na contracapa da primeira edição de “Unidade”, há “pistas” sobre os bastidores da escolha de Dittrich como advogado do Sindicato, em 1956 e, principalmente, acerca de quais contrariedades recebe a indicação de seu nome para tal função. A matéria intitulada “Intervenção Indébita do Delegado do Ministério do Trabalho no Sindicato dos Mineiros de Criciúma: Mancomunado com os mineradores contra os trabalhadores” não é assinada, somente enuncia “do correspondente em Criciúma”, possivelmente seja o próprio Dittrich. Na sequência, reproduz-se a íntegra da reportagem:

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Carvão de Criciúma realizou, no dia 26 de agosto, uma assembléia geral extraordinária, de acordo com o artigo 27 e seguintes de seu Estatuto, para deliberar vários assuntos de seus associados. Esta assembléia na qual compareceu um de associados, bem como, o representante do Ministério do Trabalho senhor Waldemar Mattos aprovou várias resoluções constantes da ordem do dia. O primeiro ponto foi a escolha de um advogado para o Sindicato, sendo que após longos e calorosos debates, deliberou a assembléia indicar e aprovar o nome do senhor Dr. Aldo Pedro Dittrich, tendo a diretoria o prazo de três dias para efetuar o respectivo contrato.

Imediatamente esta notícia espalhou-se por toda a cidade, pois o nome deste advogado há muito vinha sendo cogitado pelos mineiros, que sentiam a necessidade de ter um advogado que não pactuasse com os mineradores ou com o Ministério do Trabalho e que defendesse os interesses dos trabalhadores.

O Delegado Regional do Ministério do Trabalho, Raul Caldas, de antemão sabia que o Dr. Aldo Pedro Dittrich, seria indicado na assembléia, motivo pelo qual usou a diretoria do sindicato e todos os meios ao seu alcance para impedir a escolha, porém, os mineiros deram uma resposta

à altura demonstrando que quem manda no sindicato são os mineiros e não os mineradores ou o Delegado do Ministério do Trabalho.

[...] Os mineiros por intermédio de uma comissão, há dois meses vinham se preparando para a assembléia que iria escolher um advogado para o seu sindicato e tinham como candidato o Dr. Aldo Pedro Dittrich. De início o presidente do sindicato esteve de pleno acôrdo, mas mudou de posição depois que foi ameaçado pelo Delegado do Ministério do Trabalho e êste por sua vez foi pressionado pelos mineradores. É Público e notório que o Deputado Ruy Hülse esteve na Delegacia do Ministério do Trabalho e em nome dos mineradores exigiu medidas para impedir que o referido advogado fosse escolhido pelos mineiros. Todos os meios utilizou o senhor Raul Caldas. Pressionou de todas as maneiras a diretoria a diretoria do sindicato. Andou de braços dados com os “tiras” da famigerada Delegacia de Ordem Política e Social para explorar a desmoralizada “indústria” do anticomunismo. Mobilizou as forças mais reacionárias de Criciúma, vomitou ameaças, expediu telegramas de intimidação, mas nada surtiu efeito, pois os trabalhadores de hoje não temem mais os agentes patronais, fantasiados em Delegado Regional do Ministério do Trabalho. Realizou-se a assembléia e apesar de todos estes empecilhos o nome do Dr. Aldo, foi aprovado por uma grande maioria, pois apenas a diretoria votou contra. Decorrido o prazo estabelecido na assembléia para a diretoria efetuar o contrato, o presidente foi chamado a Florianópolis e o Delegado Raul Caldas lhe comunicou que a assembléia seria anulada, pois “havia infrações no estatuto e êste era o meio de impedir que o referido advogado fosse contratado”.

DESMASCARANDO UM INIMIGO DOS TRABALHADORES

O Delegado do Ministério do Trabalho Raul Caldas sempre se revelou um agente patronal e nunca defendeu os interesses dos trabalhadores, pois procura sufocar pelo terror e ameaças a livre manifestação dos sindicatos catarinenses. A História sindical de Santa Catarina está pontilhada por suas interferências contra os trabalhadores. Os trabalhadores de Florianópolis estão lembrados da brutal e arbitrária invasão do sindicato da Construção Civil pelos “tiras” tendo a frente o Delegado do Ministério do Trabalho que dissolveu uma Comissão de Salários. O Dia 1º de Maio, Dia dos Trabalhadores sempre foi boicotado pelo senhor Raul Caldas que procurava impedir que os trabalhadores ganhassem a praça pública e somente em 1956, os sindicatos comemoraram o 1º de Maio em praça pública. Esta foi a primeira vitória dos trabalhadores. A segunda foi a campanha do salário mínimo onde o senhor Raul Caldas tudo fez para que a campanha fosse derrotada, mas os

trabalhadores de todo o estado deram uma resposta com a espetacular vitória dos Cr\$ 2.4000,00.

Em todas as greves, tem o senhor Raul Caldas se colocado ao lado dos patrões contra os trabalhadores. A tentativa de anulação da assembléia do sindicato dos mineiros não reflete um caso isolado, mas põem jogo a liberdade e autonomia sindical: condições essenciais para o livre funcionamento dos sindicatos e que atenta contra a nossa constituição. Procura o Delegado do Ministério do Trabalho reviver o atestado de ideologia revogado pela Lei nº 1.667 de 1 de setembro de 1952 que dispõe em art.2.º “- É proibida, sob qualquer pretexto ou modalidade, a exigência do atestado de ideologia, ou qualquer outra que vise a apreciar ou a investigar as convicções políticas, religiosas ou filosóficas dos sindicalizados”.

O Delegado do Ministério do Trabalho pensa que o Brasil está sendo regido pela Carta do Estado Novo de 1937, ou que o nosso regime é o de Franco, Salazar ou Castilho D’Armas. Temos uma Constituição e nossos sindicatos não se curvam mais perante os agentes patronais fantasiados em representantes do Ministério do Trabalho. A época é outra. Os mineiros de Criciúma não permitiram qualquer interferência em seu sindicato, pois um sindicato de trabalhadores pertence aos trabalhadores.

Os trabalhadores de Criciúma, segundo informações, impetraram um mandato de segurança e enviaram um memorial ao Ministro do Trabalho contra a medida fascista, ilegal e arbitrária do Delegado do Ministério do Trabalho de Santa Catarina.²⁵⁷

O fiscal do Ministério do Trabalho em Criciúma, Waldemar Mattos, participava das reuniões do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, não somente na condição de convidado, mas também deliberava sobre assuntos internos da instituição. Dittrich tem seu nome indicado e aprovado em assembleia, mesmo contra o posicionamento do presidente do sindicato Auzenir Guimarães Carvalho, que não tomava decisões que fossem de encontro aos interesses, Waldemar Mattos. Além disso, Raul Caldas, delegado do Ministério do Trabalho, pressionado pelo presidente do Sindicato dos Mineradores Ruy Hülse, busca aliados na Delegacia de Ordem Política e Social de Santa Catarina para impedir que o comunista Aldo Pedro Dittrich assumisse o cargo no sindicato. Entretanto, mesmo sem o apoio da direção do sindicato, Dittrich

²⁵⁷Intervenção Indébita do Delegado do Ministério do Trabalho no Sindicato dos Mineiros de Criciúma: Mancomunado com os mineradores contra os trabalhadores. **UNIDADE**: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 22 de setembro de 1956. p.1. Acervo digitalizado pela autora.

apoiado pelos mineiros consegue assumir sua função no Sindicato dos Mineiros de Criciúma, demonstrando, dessa forma, que as armações de seus opositores não foram suficientes para sufocar a vontade da maioria.

2.4.8 Eleições de 1958

Em outubro de 1958, são realizadas eleições Legislativas Municipais, Estaduais e Federais. Contudo, no jornal “Unidade”, os comentários sobre a eleição iniciam ainda em 1957. Em 30 de março de 1957, é publicada a seguinte reportagem:



Fonte: **UNIDADE**: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 30 de março de 1957. p. 5. Acervo digitalizado pela autora.

Em um contexto de Guerra Fria, a embaixada estadunidense estava preocupada em averiguar em todo o Brasil qual era o quadro político-partidário. Apesar de ilegal, os membros do PCB não deixam de concorrer nas eleições, pois por meio de outras legendas muitos são aqueles que tiveram acesso ao Legislativo. Em vista do exposto, o embaixador estadunidense, Richard P. Buttrick envia um ofício à Câmara Municipal de Florianópolis, datado de 10 de dezembro de 1956, responsável por solicitar os nomes, partidos, números de votos, posicionamentos, ações, período de vigência de seus cargos, entre outras informações. A Câmara Municipal cumpre o solicitado em fevereiro de

1957. Contudo, em março tal ofício vai parar nas páginas do jornal “Unidade”.

Nas eleições de 1958, mais uma vez as alternativas para os comunistas são os partidos que mais se aproximavam das causas defendidas pelo PCB. Desse modo, o PTB passa a ser um grande “guarda-chuva” para os comunistas.

Apoiado pelo sindicato, Dittrich candidata-se a Deputado Estadual pelo PTB. Para acabar com a desconfiança quanto às suas opções partidárias, publica uma declaração, no Jornal Tribuna Criciunense, em 16 de junho de 1958: “antes desta filiação jamais pertenci às fileiras de qualquer outro partido político”. Como seu padrinho político invoca a figura do Senador Saulo Ramos, de quem declara ter recebido uma carta em solidariedade à sua candidatura.²⁵⁸

A primeira menção à candidatura de Dittrich realizada no jornal “Unidade” aparece em setembro de 1958. É impossível precisar a data, pois essa é uma edição incompleta e rasgada justamente no local em que apareceria a data na íntegra. Contudo, pode-se apreender o seguinte: “Lançada a candidatura a Deputado Estadual pelo PTB de Aldo Dittrich, no próximo número indicaremos aos nossos leitores, os candidatos nacionalistas que realmente merecem o voto a 3 de outubro”.²⁵⁹

A seguir, demonstra-se a utilização do jornal “Unidade” como instrumento de campanha. Um exemplo é a edição de 13 de setembro de 1958, página 2:

²⁵⁸ LEMOS, Gustavo. 2008. Op. cit. p. 92.

²⁵⁹ UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, setembro de 1958. p.1 (edição rasgada e incompleta). Acervo digitalizado pela autora.

UNIDADE — SEMANÁRIO P. ÚNICA 2

CANDIDATOS QUE MERECEM O APOIO DE TODO POVO CATARINENSE

NACIONALISTAS E DEFENSORES dos TRABALHADORES

Para Vereador de
FLORIANÓPOLIS

MANOEL ALVES RIBEIRO
(MIMO)
P.S.P.

EDNIL GOMES FERZAD
Presidente do Sindicato
da Construção Civil

Tesoureiro da Comissão
Executiva do 2º Congresso
Sindical
P.T.B.

**TRABALHADORES
CESTINOS**

Votem em 3 de outubro
para DEPUTADO ESTADUAL
em



Agostinho Mignoni
P.T.B.

Votem em 3 de outubro para DEPUTADO ESTADUAL

P



P

ALDO P. DITTRICH

(DIRETOR DO JORNAL «UNIDADE»)

PARA DEPUTADO FEDERAL — **DOJUEL DE ANDRADE**

PARA SENADOR — **CARLOS GOMES DE OLIVEIRA**

Trabalhadores do
Planalto de Canoinhas

para DEPUTADO ESTADUAL

JOÃO COLODEI

Única vez que no atual
Assembleia Legislativa se
levantou em defesa de
princípios no trabalho

PARA VEREADORES EM
JOACARA

FALLO WRIGHT
(Membro da Comissão
Permanente do 2º Congresso
Sindical)

P.T.B.

WALDIR SOARES
Locutor e produtor da
Radio Herval D'Este

P.T.B.

MINERO vote em MINERO
PARA VEREADOR EM
CUI JUMA



MANOEL RIBEIRO
P.T.B.

Fonte: **UNIDADE**: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 13 de setembro de 1958. p.2. Acervo digitalizado pela autora.

A fotografia principal é de Aldo Pedro Dittrich em campanha para o cargo de Deputado Estadual, pelo PTB. Os demais eram os candidatos que o jornal “Unidade” também apoiava:

Para vereador em Florianópolis, Manoel Alves Ribeiro (Mimo), pelo PSP e Ednil Gomes Ferrão, presidente do “Sindicato dos trabalhadores da construção civil” e tesoureiro da “Comissão Executiva do 2º Congresso Sindical”, realizado em Itajaí, entre os dias 05 e 07 de setembro de 1958;

“Trabalhadores oestinos votam em Agostinho Mognoni – PTB” (fotografia à esquerda);

“Trabalhadores do Planalto de Canoinhas: para Deputado Estadual João Colodel: única voz que na atual Assembléia Legislativa se levanta em defesa de princípios nacionalistas.”

Senador: Carlos Gomes de Oliveira, PTB;

Deputado Federal: Doutel de Andrade, PTB;

Para vereadores em Joaçaba, Paulo Wright (membro da Comissão Permanente do 2º Congresso Sindical – PTB) e Waldemiro Soares (locutor e produtor da Rádio Herval D’oeste - pelo PTB);

“Mineiro vota em mineiro”, para vereador em Criciúma Manoel Ribeiro – PTB (fotografia à direita).²⁶⁰

Se, por um lado, o jornal “Unidade” anunciava os candidatos nos quais os leitores deveriam votar, por outro, também expunha os que mereceriam o repúdio, entre eles, Irineu Bornhausen, da UDN.



Fonte: **UNIDADE**: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 29 de setembro a 04 de outubro de 1958. Contracapa. Acervo digitalizado pela autora.

Aldo Pedro Dittrich enfrenta oposição à sua candidatura de ferrenhos anticomunistas, entre eles, Nereu do Vale Pereira²⁶¹, filho de

²⁶⁰**UNIDADE**: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 13 a 20 de setembro de 1958. p. 2. Acervo digitalizado pela autora.

²⁶¹Phd. em *Ciência Humanas e Sociais*, nasce em 13 de setembro de 1928. Natural de Florianópolis. Leciona em escolas de primeiro e segundo grau, no superior e pós-graduação no UFSC, na UDESC, nos Cursos Superiores da Polícia Militar de SC, integra os Conselhos Estadual de Educação e Cultura de SC. É atuante na política estudantil e partidária, onde

um dos fundadores do PCB local, Hipólito do Vale Pereira que, após o pleito de 1947, é expulso do partido por contrariar as ordens dadas pelo Comitê Central de apoiar a UDN em vez de o PSD.²⁶²

VITÓRIA DAS FORÇAS DEMOCRÁTICAS, O REGISTRO DA CANDIDATURA DE NOSSO DIRETOR ALDO DITTRICH – TENTARAM IMPUGNAR – DECISÃO QUE HONRA A JUSTIÇA CATARINENSE – APROVADO POR UNANIMIDADE PELO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL A CANDIDATURA

As forças democráticas e nacionalistas obtiveram uma grande vitória com o registro do nosso diretor Aldo Dittrich para deputado estadual pelo PTB.

Um falso líder operário e fascista confesso que responde pelo nome de Nereu do Vale Pereira, tendo como parceiro (outro fascista) o Procurador Regional Substituto Dr. Nicolau Severiano de Oliveira, entraram com a impugnação da candidatura do nosso diretor e nacionalista Aldo Dittrich.

Felizmente temos em nosso país e em particular em nosso estado, uma justiça democrática.

Apesar dos esforços do Dr. Nicolau, o egrégio Tribunal Regional Eleitoral, numa designe honra a nossa justiça decidiu por unanimidade não conhecer a impugnação e mandar registrar a sua candidatura.²⁶³

Outra oposição aos comunistas se faz por meio da Igreja Católica. O embate com a Igreja inicia no jornal “Unidade” meses antes das eleições. Na contracapa da edição semanal de 24 a 30 de abril de 1958, publica-se uma reportagem assinada pelo jornalista Odílio Cunha Malheiros Júnior, demonstrando a conjuntura de embates entre a Igreja e os comunistas.

UMA NOVA INQUISIÇÃO?

Estranhamente lamentando um fato auspicioso para todos os verdadeiros democratas (qual seja a ampliação e reforçamento democrático do país), um punhado de arcebispos e bispos, capitaneados pelo Cardeal Dom Jaime

ocupa vários cargos administrativos e técnicos e mandatos legislativos como Vereador e Deputado, tendo sido um dos fundadores do Partido Democrata Cristão em 1947. Nereu do Vale Pereira. Disponível em: <http://www.alquimidia.org/fcc4/index.php?mod=pagina&id=5356>. Acesso em: 13 de março de 2011.

²⁶²MARTINS, Celso. 1995. Op. cit. p. 177-178.

²⁶³UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 13 a 20 de setembro de 1958. p. 5. Acervo digitalizado pela autora.

Câmara deitou sofregamente um manifesto no qual aberta e indistintamente prega a adoção de medidas de exceção. Medidas fascistas de cerceamento à liberdade. Aspiram os homens de saias negras, o estabelecimento de uma nova inquisição, sem dúvida acompanhada das fogueiras e caldeirinhas...

O manifesto tão açodadamente dado à luz refere-se ao aparecimento de Luiz Carlos Prestes como sendo “a libertação do líder comunista brasileiro”. Não tomamos conhecimento de “libertação” alguma. “Libertação” dá-se quando alguém está preso. No caso não havia prisão (apesar das orações de muita gente tida como “boa”). Havia um mandado de prisão que nunca pode ser cumprido. Esse mandado foi revogado por julgar o juiz que não havia mais motivos para o mesmo. Tenta, pois, o manifesto do Cardeal, torcer a verdade desde as primeiras linhas. Torcer a verdade e mentir são sinônimos... e, achamos, não fica bem aos “mentores espirituais” mentir, nem ao menos um pouquinho...

Prossegue o apascível cardeal lamentando a “suavidade” das declarações do líder popular brasileiro. Ora bolas! Quanto os comunistas brasileiros, analisando erroneamente as condições da nação brasileira, achavam que o único caminho para a solução dos problemas brasileiros era o caminho das soluções revolucionárias violentas, o dulcíssimo cardeal protestava contra as “intenções revolucionárias” dos comunistas.

Agora que, analisando com mais profundidade a realidade, os comunistas, reconhecendo abertamente seus erros, pregam o caminho pacífico para a solução dos problemas brasileiros, devido ao alto nível de esclarecimento de nosso povo, o ilustre prelado josefense resolveu “lamentar” esse fato...Será que nunca se contentará?

Depois de reconhecer que, nos dias que correm, as soluções propostas por Luiz Carlos Prestes e pelos seus companheiros são, cada vez mais, aceitas pelo povo e pelas demais forças políticas, inclusive por “representantes das forças conservadoras” o irrequieto cardeal propõe ao governo, a adoção leis de repressão. Sugere, porém “regulamentação criteriosa que livre, de vez, inocentes, de vingança e perseguições e exija que denúncias sejam baseadas em fatos e não apenas no impressionismo de acusadores, mesmo qualificados”.

[...] O “manto diáfano da fantasia” que o prestimoso Cardeal tenta lançar sobre a “nudez crua da verdade” da inquisiçãozinha que pretende para o Brasil de 1958 (e não de 1598!) não chega e nem poderia chegar, para escondê-la. Parece até, que o espírito do saudoso Senador MacArthur baixou no “aparelho” do inefável Cardeal de São José...

O homem que, envolto seu corpo em negras fazendas, passeia, seu pobre espírito envolto em negras idéias a bordo de um luxuosíssimo automóvel, zombando a alta

velocidade da miséria e fome que devoram grande parte de “seu rebanho”, esquece os ensinamentos de seu Mestre: “Amai ao próximo como a vós mesmos!”

O. C. Malheiros Júnior.

Na época, muitos membros da Igreja Católica foram responsáveis pela realização de intensa campanha contra os petebistas, mais precisamente contra aqueles candidatos que, se não fosse pela interdição do PCB, certamente seriam concorrentes por esse partido, entre eles, Aldo Pedro Dittrich.

A reportagem a seguir trata sobre a campanha eleitoral dentro das Igrejas, assim como do apoio dos sacerdotes aos patrões. Como exemplo, cita o Padre da Capital Francisco Salles Bianchini²⁶⁴, que acompanhava os patrões até a Junta de Conciliação e Julgamento de Florianópolis com a finalidade de “atestar” a idoneidade do réu, colocando-se notoriamente contra as reivindicações dos trabalhadores.

VOTO DE BATINA

Por: Peri Pitombo

Quem compra voto rouba ao povo o exercício do seu mais elementar direito. Quem coage o eleitor com deturpações e mentiras o que é?

Aqueles que têm ido à Igreja nesses últimos dias ouvem prédicas odiosas contra os candidatos do Partido Trabalhista Brasileiro. Dizem os sacerdotes que os candidatos do PTB são comunistas. Como tal: inimigos da religião, da família, da Pátria, do direito e da justiça (!?!). Dizem que a Igreja nada tem com a política, mas que, no próximo domingo (dia 28) terá uma mesa no adro para distribuir cédulas dos candidatos que ela julga bons.

Amigos Leitores!

Os Srs. Sacerdotes estão sendo insinceros, estão faltando com a verdade.

Não há no PTB candidatos do Partido Comunista. Há – isto sim – candidatos que defendem o nacionalismo, a Petrobras, melhores níveis de salário mínimo, mais dignas condições de vida para o trabalhador, quer dizer,

²⁶⁴Nascido em 29 de janeiro de 1925. Padre desde 8 de dezembro de 1950. É um dos fundadores da Universidade Federal de Santa Catarina, onde leciona durante décadas na Faculdade de Filosofia. Foi Cura da Catedral Metropolitana. Falece em outubro de 2010. Disponível em: <http://www.adjorisc.com.br/jornais/opopular/on-line/geral/florianopolis-comunidade-despede-se-do-monsenhor-bianchini-1.363154>. Acesso em: 28 de março 2011.

candidatos, que defendem as verdadeiras reivindicações do povo catarinense. E, procedem sem temer os arreganhos da polícia, as deturpações do clero, a corrupção dos ricos. Os candidatos do PTB, em particular, nosso Diretor, Aldo Dittrich, que é provado na luta em benefício dos humildes, merecem o voto de todos os catarinenses.

São lutadores destemidos e conseqüentes; não se vendem; não têm medo das intrigas; lutarão até o fim, pelo cumprimento da legislação do trabalho, por salário mínimo [...] emancipação econômica do país, por uma verdadeira justiça social, pelo progresso, bem estar e conforto do povo. Quem, porém, merecerá o apoio das mesinhas que vão ser colocadas no adro da Igreja? Sem dúvida, serão os patrões, os que descumprem a Consolidação das Leis do Trabalho, os que não pagam salário mínimo, os que postergam os direitos e as conquistas dos trabalhadores. Por isso merecem o repúdio do povo. O voto das mesinhas é um voto que prejudica os trabalhadores. Por exemplo: o repórter presenciou na Junta de Conciliação e Julgamento, uma seção, onde, no lado do empregador estava sentado o Padre Bianchini, do outro lado um trabalhador. Este reclamava pagamento de salário mínimo, porque só ganhava Cr\$ 600,00 por mês, reclama o pagamento de horas extras extraordinárias, porque trabalhava doze horas por dia, reclamava folgas semanais, porque não as tinha.

A Digna Junta de Conciliação e Julgamentos deu pela procedência da Reclamação. Acusaram-na de “burra”, “comunista”, “facciosa”.

Ai está o paralelo. Os candidatos das mesas que estarão no adro da Igreja, no próximo domingo, vão defender aquele patrão que o repórter viu sentado na Justiça, procurando provar que, por doze horas de trabalho diário, sem folga semanal, devia pagar-lhe Cr\$ 600,00 por mês. Os candidatos do PTB defenderam aqueles pontos acima enumerados.

Comparem e votem.²⁶⁵

Na edição do período de 29 de setembro a 4 de outubro de 1958, há uma matéria denominada “Carta aberta ao Bispo de Joinville” escrita por Walter Gualberto de Sá ao Bispo Dom Gregório Warmeling. O autor expõe que assistiu a uma missa em que o Bispo afirmara que somente Deus poderia ajudar os trabalhadores a ter uma vida melhor em meio a tanta miséria. Por isso, resolve escrever tal carta publicada no jornal “Unidade” para convidá-lo a se juntar aos trabalhadores para lutar contra a miséria imposta por seus patrões, que não respeitam nem o pagamento do salário mínimo, pois “ninguém o poderia acusar de

²⁶⁵UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 29 de setembro a 4 de outubro de 1958. p. 1 e 4. Acervo digitalizado pela autora.

comunista. Faltaria coragem para isso. Um Bispo comunista, só se for piada”.²⁶⁶

2.4.9 Biografia de Dittrich segundo o jornal “Unidade” e o desfecho das eleições de 1958

Na edição de 13 a 20 de setembro de 1958, o jornal “Unidade” reproduz uma biografia, não assinada, de seu diretor proprietário – Aldo Pedro Dittrich, agora, oficialmente, candidato a Deputado Estadual pelo PTB.

NACIONALISTAS E TRABALHADORES

BIOGRAFIA DO NOSSO CANDIDATO À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA QUE DEVEMOS ELEGER NO PRÓXIMO DIA 3 DE OUTUBRO

ALDO PEDRO DITTRICH, advogado e diretor proprietário do jornal “UNIDADE”, filho de Adolfo Dittrich e de D. Petronilla R. Castanha Dittrich, nasceu em Canoinhas, Estado de Santa Catarina. Seu pai é ferroviário, hoje em gozo de merecida aposentadoria, após mais de trinta anos prestados à Rede Viação Santa Catarina.

UMA VIDA ESTUDANTIL INTENSA – A CAMPANHA DO MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO

Em 1950 ingressou na faculdade de direito de Santa Catarina, exercendo uma atividade acadêmica muito intensa. Participou, quando acadêmico, de todos os movimentos da mocidade estudantil “barriga-verde”.

A luta em defesa do nosso petróleo teve no acadêmico Aldo Dittrich, um líder dentro de nossa tradicional Faculdade. Fez parte atuante do Centro Catarinense de Estudos e Defesa do Petróleo. Participou de atos públicos e comícios na luta pelo monopólio estatal do petróleo e foi delegado à Convenção Nacional em Defesa do Petróleo, pelo referido centro, realizada no Rio de Janeiro (o Centro Catarinense de Estudos e Defesa do Petróleo contribuiu para a aprovação da PETROBRAS no Congresso Nacional),

Na vida acadêmica, participou, ao lado do povo em vários movimentos contra a carestia de vida, como: contra os aumentos dos preços da carne, cinema e ônibus. Esteve também na vanguarda de movimentos contra as arbitrariedades policiais praticadas contra estudantes em Florianópolis, bem como, na manifestação em favor dos jogadores de futebol da seleção baiana, que devido sua

²⁶⁶UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 29 de setembro a 4 de outubro de 1958. p. 5. Acervo digitalizado pela autora

condição de serem homens de cor, foram impedidos de utilizarem um restaurante da Capital Catarinense.

CAMPANHA ELEITORAL DE 1954

Em 1954, participou ativamente da campanha eleitoral em favor das candidaturas de SAULO RAMOS e NEREU RAMOS ao Senado, levando como bandeira a CARTA TESTAMENTO do saudoso PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS.

INÍCIO DA CARREIRA

No final de seu curso de Direito, como solicitador acadêmico, iniciava sua carreira profissional, advogando causas trabalhistas na Junta de Conciliação e Julgamento de Florianópolis. Terminando seu curso, montou escritório em Florianópolis, dedicando-se às causas trabalhistas.

CAMPANHA ELEITORAL DE 1955

Em 1955, ao lado de vários dirigentes sindicais, Aldo Dittrich funda em nosso Estado, o “Movimento Nacional Popular Trabalhista”, para cuja diretoria é eleito secretário geral. Foi delegado do MNPT, à Convenção Nacional, realizada na capital paulista, que congregou centenas de dirigentes sindicais de todo o Brasil.

Com a aproximação das eleições de 1955, organiza o “Clube J. J”, para qual é eleito presidente. Participa da Campanha eleitoral, levando ao povo os nomes de JUSCELINO-JANGO, GALLOTTI-MIRANDA RAMOS, e percorre dezenas de cidades catarinenses. Participa de comícios em defesa da Constituição, “contra o golpe”, pela posse dos eleitos, apoiando o movimento vitorioso de 11 de novembro de 1955.

FUNDA O JORNAL “UNIDADE”

Foi advogado de vários Sindicatos de trabalhadores de Florianópolis e nesta qualidade participou da organização da campanha de salário mínimo de 1956 (SALÁRIO MÍNIMO DE Cr\$ 2.400,00) que teve início na cidade de Joinville, com um comício, de qual participam cerca de 5 mil trabalhadores.

Funda o jornal “Unidade”, do qual é diretor proprietário. Visita vários municípios catarinenses e toma contacto com os mineiros do Sul do Estado. Inicia através do jornal “Unidade” uma campanha tenaz e persistente contra os “pelegos” incrustados nos sindicatos de trabalhadores.

LUTA AO LADO DOS MINEIROS

Os mineiros de Criciúma, em assembléia geral, escolhem o Dr. Aldo Pedro Dittrich como seu advogado, porém, é arbitrariamente impedido de assumir o cargo, devido às pressões patronais e as tricas e futricas do delegado Regional do Ministério do trabalho em Santa Catarina. Esta manobra das classes patronais e do Delegado do Trabalho

veio demonstrar o valor deste jovem advogado na luta em defesa do interesse dos trabalhadores. Temiam a sua coragem e a força de seus argumentos na defesa dos direitos dos trabalhadores do carvão. Esta arbitrariedade deu mais força e maior impetuosidade para lutar em favor dos mineiros do sul. Nas páginas de “Unidade”, o Delegado do Trabalho, os mineradores e os “pelegos” do sindicato, eram duramente desmascarados, abrindo campo para as eleições sindicais que se aproximavam.

Acompanhou os trabalhos da Comissão parlamentar de Inquérito do carvão Nacional, que comprovou as denúncias feitas através de “Unidade”, das péssimas e desumanas condições de trabalho nas minas de carvão de Santa Catarina.

Finalmente, em dezembro de 1957, foi eleita a diretoria que hoje está á frente do SINDICATO DOS MINEIROS DE CRICIÚMA. Esta diretoria representa condignamente os anseios dos bravos trabalhadores do carvão e vem conquistando vitória sobre vitória, nas lutas travadas por melhores salários e condições de trabalho e teve e tem o apoio do jornal “Unidade”.

VOTO DE LOUVOR DO 1º CONGRESSO SINDICAL DE TRABALHADORES

O jornal “Unidade”, do qual o advogado Aldo Pedro Dittrich é diretor proprietário, vem sendo um baluarte na defesa dos direitos dos trabalhadores e do povo catarinense. Todas as lutas e reivindicações da classe operária têm guarita nas páginas deste prestigioso semanário que mereceu um voto de louvor no 1º Congresso Sindical dos Trabalhadores de Santa Catarina, pelos renomados serviços prestados em favor do sindicalismo catarinense.

NACIONALISTA

Jornal NACIONALISTA vem travando uma luta intransigente em defesa de nossas riquezas, contra a voracidade dos trustes internacionais. O imperialismo e seus agentes são duramente desmascarados e o povo tem em “UNIDADE”, um jornal que orienta a luta por um Brasil melhor, livre e independente.

CAMPANHAS DO JORNAL “UNIDADE”

Inúmeras campanhas levantou e defendeu o jornal “Unidade”, pela pena do bravo jornalista Aldo Dittrich, entre as quais destacamos as seguintes:

Apio as greves, dos mineiros de Criciúma em março de 1957 e abril de 1958.

Apio a greve dos Portuários de Imbituba em junho de 1958.

Apio a greve do povo de Laguna na defesa do porto.

Luta contra os “pelegos” do Sindicato de Joinville.

Posição firme na luta pela manutenção da Petrobrás e extensão do comércio com todos os países.

Luta em defesa do carvão catarinense e pela construção da Siderúrgia no Sul do Estado. Defesa dos interesses dos ferroviários, particularmente, por aumento salarial.

Apoio à campanha do aumento do salário mínimo para Cr\$ 5.000,00.

Apoio a luta em defesa da triticultura nacional e inúmeras outras campanhas em defesa do povo e dos trabalhadores.

O CANDIDATO DOS TRABALHADORES

Esta é uma biografia do Dr. Aldo Pedro Dittrich, advogado e jornalista dos trabalhadores e do povo catarinense. É uma biografia rápida, mas que demonstra a fibra, a coragem, a capacidade de trabalho e o espírito de luta desse jovem candidato.

É o candidato dos trabalhadores catarinenses. É o candidato dos nacionalistas catarinenses. É o candidato do povo de Santa Catarina.

Temos certeza que os trabalhadores de Santa Catarina, não deixarão de sufragar o nome de Aldo Pedro Dittrich, nas urnas em 3 de outubro, para candidato a deputado estadual.

Fibra, coragem, dedicação irrestrita aos trabalhadores são as qualidades de nosso candidato. Nunca deixou e nunca deixará de defender a classe operária. Recebeu pressões patronais de todas as formas. Teve seus interesses particulares sacrificados, mas manteve sempre bem alta a BANDEIRA DE LUTA DOS TRABALHADORES. Deixar de votar em Aldo Dittrich, para votar em candidatos que não têm condições e serviços prestados ao povo e aos trabalhadores, é trair seus próprios interesses.

Os trabalhadores, os nacionalistas, os homens conscientes de Santa Catarina, votarão em Aldo Pedro Dittrich. UM CANDIDATO QUE SE ELEITO MUITO FARÁ PELOS TRABALHADORES E PELO POVO (grifos do autor).²⁶⁷

Jornal "Unidade"; Florianópolis - SC, 13 a 20 de setembro de 1958, p.7.

Todavia, mesmo com essa intensa campanha demonstrada, Dittrich não logra êxito nas eleições de 1958. Segundo o Tribunal Regional Eleitoral, o número de votantes, nas eleições de 1958 em Santa Catarina, era de 524.109, mas comparecem às urnas 494.052 pessoas²⁶⁸. Dessas, 1.349 votam em Dittrich, número que lhe rende uma longínqua suplência, pois coloca-o em vigésimo primeiro mais votado em uma

²⁶⁷ UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 13 a 20 de setembro de 1958, p. 7. Acervo digitalizado pela autora.

²⁶⁸ Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina – Resenha eleitoral (eleições catarinenses 1945-1998). Disponível em: http://www.tre-sc.gov.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/eleicoes2006/resenha_historica.pdf. Acesso em: 8 de dezembro de 2010. Página 143.

lista partidária composta por trinta nomes²⁶⁹. Sendo Criciúma a cidade onde Dittrich consegue 612 votos, ou seja, 45% do total da sua votação no Estado.²⁷⁰

Segundo Gustavo Lemos, não é possível estabelecer o número exato de associados no Sindicato dos Mineiros de Criciúma no período de 1952-1964. Contudo, no início dos anos 1960, identificam-se 6.700 trabalhadores na indústria carbonífera catarinense. Já na eleição para o sindicato de Criciúma, em outubro de 1961, Lemos apura o número de 2.127 votantes.²⁷¹

Apesar de o PTB catarinense ter o apoio de Goulart, a UDN mantinha sua força. Irineu Bornhausen, vence a vaga ao Senado, concorrida com Celso Ramos do PSD e Carlos Gomes de Oliveira do PTB. Além disso, Bornhausen ainda é eleito Deputado Federal, pois naquele tempo era permitido concorrer a mais de um cargo. O PSD elege cinco deputados federais, enquanto a UDN elege quatro e o PTB, apenas Doutel de Andrade. Este se firma como a principal liderança do PTB no Estado após o pleito de 1958.²⁷²

Para Assembleia Legislativa, a UDN elege dezesseis deputados, o PSD quinze e o PTB consegue elege seis candidatos, enquanto o PSP, PRP e o PDC elegem apenas um candidato cada um. O Partido Libertador (PL) não elege candidatos.²⁷³

Na oportunidade, Dittrich distribui o seguinte folheto de agradecimento aos seus eleitores, intitulado “Ao Povo e aos Mineiros de Criciúma”:

Os resultados do pleito de 3 de outubro já estão definidos. Fui candidato à Deputado Estadual na legenda do glorioso Partido Trabalhista Brasileiro e apesar de não ter sido eleito obtive uma expressiva votação em todo o Estado de Santa Catarina.

Comovido fiquei com a votação que tive em Criciúma. Fiz minha campanha, sem demagogia, sem usar meios escusos, sem ataques pessoais, apenas desfraldando a Bandeira Nacionalista e as reivindicações dos trabalhadores. Cumpri meu dever.

²⁶⁹Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina – Resenha eleitoral (eleições catarinenses 1945-1998). Disponível em: http://www.trec-sc.gov.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/eleicoes2006/resenha_historica.pdf. Acesso em: 8 de dezembro de 2010. Página 146.

²⁷⁰LEMOS, Gustavo. 2008. Op. cit. p. 92.

²⁷¹Ibidem. p. 90.

²⁷²LENZI, Carlos Alberto Silveira. 1983. Op. cit. p. 267.

²⁷³Ibidem. p. 266-269.

O povo e os mineiros de Criciúma devem ficar alertas para que os eleitos cumpram seus deveres e compromissos assumidos. Da minha parte estarei ao lado do povo e dos trabalhadores.

Ao povo e aos mineiros de Criciúma o meu mais sincero agradecimento.

(ass.) ALDO PEDRO DITTRICH

Advogado e Diretor do Jornal “UNIDADE”

Endereços: Rua Sta. Cecília, n.º.45 Criciúma; Rua João Pinto n.º57A Florianópolis.²⁷⁴

Em 1956, Dittrich é contratado como advogado do sindicato por apenas quatro meses²⁷⁵. Após esse período, assume o cargo o advogado Antonio Boabaid. Enquanto isso, Dittrich permanece em Criciúma, advogando e escrevendo para o jornal “Unidade”. Manteve-se muito próximo aos mineiros; nas páginas do jornal “Unidade” são inúmeras as referências às suas condições de vida e lutas desencadeadas. No início de 1959, o advogado Antonio Boabaid é afastado do Sindicato dos Mineiros de Criciúma e Aldo Pedro Dittrich é novamente contratado, em 28 de janeiro de 1959. A partir de então, inicia-se a fase mais profícua e decisiva da luta de Dittrich a favor da classe operária. Essas ações, somadas às suas atuações quando acadêmico em Florianópolis e às campanhas e denúncias desencadeadas no jornal “Unidade”, rendem-lhe após 1964, sobretudo, a clandestinidade, o cárcere e as torturas tanto físicas quanto psicológicas.

²⁷⁴DITTRICH, Aldo Pedro. **Ao Povo e aos Mineiros de Criciúma**. 1958. Arquivo da família Dittrich.

²⁷⁵LEMOS, Gustavo. 2008. Op. cit. p. 45.

CAPÍTULO 3: OS CAMINHOS DO COMUNISTA DITTRICH EM MEIO À REPRESSÃO

3.1 Dittrich: a atuação no Sindicato dos Mineiros de Criciúma

A atuação política de Dittrich de maior vulto dá-se no Sindicato dos Mineiros de Criciúma, na fase denominada como “combativa” pela pesquisadora Terezinha Volpato. Na história do trabalhismo sindical dos mineiros de Criciúma, o período compreendido entre dezembro de 1957 a 31 de março de 1964 representa a fase de militância em defesa dos mineiros, ocasião em que as péssimas condições de trabalho são frequentemente denunciadas.²⁷⁶

O sindicato passa a ser visto como o veículo que acolhia as denúncias e, juntamente com os trabalhadores, lutava por melhores condições de trabalho nas minas. Dessa forma, o sindicato assume a luta pela disponibilização de equipamentos individuais e coletivos de proteção e segurança, buscando amenizar os graves problemas de saúde que os mineiros estavam fadados a sofrer como: bronquites, reumatismos crônicos, pneumoconiose – doença pulmonar que atinge os mineiros de carvão por causa da inalação do pó de carvão por períodos prolongados. Soma-se a todos os problemas de saúde, o perigo iminente de desmoronamentos nas minas – uma ameaça constante na vida dos mineiros.²⁷⁷

Além das batalhas por melhores condições de trabalho, havia a luta contra as perdas salariais da categoria e pela organização do movimento sindical. Segundo Raimundo Verdiere, ex-dirigente sindical, em declaração à Volpato,

no próprio Sindicato o advogado dava aulas sobre leis trabalhistas e os representantes do sindicato nas minas iam levantando os problemas como falta de ar, linhas de madeira, diferença de salário. Isso então era resolvido na justiça, ou em acordo. Quando, porém, o problema era muito grave, então se ia para a greve. As assembleias eram preparadas nas minas. Os líderes das comissões sindicais explicavam, os mineiros discutiam. Em cada mina havia três a quatro setores, presididos por um líder. O Sindicato fazia questão de instruir a comissão. E a comissão que estava mais perto dos operários instruíam e sondava o parecer dos operários. A diretoria do sindicato era informada pelas comissões [...] Assim era com todos os assuntos [...] O presidente do Sindicato naquela época era forte. Mas era

²⁷⁶VOLPATO, Terezinha. 1984. Op. cit.

²⁷⁷Ibidem. p. 114.

forte porque tinha um exército atrás de si, que eram os mineiros.²⁷⁸

De acordo com José Silva Júnior, os membros da direção Sindicato e o advogado Dittrich passam a ser conhecidos pelos trabalhadores das minas como “Fininhos”, pois eram magros, mas também bons de briga. Dessa forma, quando algo errado ocorria, os operários logo ameaçam os patrões: “vamos chamar os fininhos”. Os mineradores contavam com o importante apoio da Igreja Católica e, ainda, com a tentativa de cooptação de alguns trabalhadores por meio do patrocínio a um time de futebol local – o Metropol²⁷⁹. De acordo com Maurício Ghedin Corrêa,

[...] Sindicato, greves e a luta por direitos trabalhistas foram alguns dos ingredientes que contribuíram para a decisão dos proprietários da Carbonífera Metropolitana de investir no futebol do franziño Metropol da década de 1950. [...] os jogadores operários representavam um grande elo de pertencimento com a vila operária da Metropolitana e com os operários da mina. Com os investimentos no Metropol a partir da década de 1960, percebemos nitidamente a proposta de uma “troca” em que futebol e cooperação eram as moedas de cambio. Os mineradores entravam com o entretenimento e os mineiros supostamente entrariam com a lealdade aos empregadores, tudo isto dentro da lógica trabalhista do Brasil “populista”.

[...] os mineradores utilizavam-se do esporte para consolidarem uma imagem positiva dentro dos limites cidadãos.²⁸⁰

Relativa à história sindical de Criciúma é a Greve de 1960 – a mobilização mais significativa²⁸¹. O conflito oficialmente ocorre de 4 a 28 de janeiro de 1960. Entretanto, o caos estava instaurado nas minas muito antes, sobretudo na Carbonífera Metropolitana adquirida pelos

²⁷⁸VOLPATO, Terezinha. 1984. Op. cit. p. 119.

²⁷⁹SILVA JR., José. Op. cit. 1996. p. 18.

²⁸⁰Ver mais a respeito em: CORRÊA, Maurício Ghedin. **Lembrando os heróis do passado: Uma História Social do Futebol em Criciúma (1950-1970)**. Trabalho de Conclusão de Curso em História defendido na Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007. p. 116.

²⁸¹Ver mais a respeito em: FERNANDES, Maria. 1993. Op. cit.; GOULARTI e LIVRAMENTO. 2004. Op. cit.; LEMOS, Gustavo. 2008. Op. cit.; SILVA JR, José. 1996. Op. cit.; VOLPATO, Terezinha. 1984. Op. cit.

sócios Diomício Freitas e Santos Guglielme, em agosto de 1959²⁸². A troca por proprietários do território mineiro e com disposição de transformar a mina endividada e falida em algo lucrativo representa a chegada de “inimigos à altura do Sindicato”.²⁸³

Com a chegada dos novos proprietários, o Sindicato dos Mineiros de Criciúma entrega uma lista de reivindicações de melhoria nas condições de trabalho nas minas e de reajustes dos salários. Mas, a intenção dos sócios é de forçar uma situação em que pudessem enxugar o quadro de funcionários e, para isso, reforçam o controle da produção e o nível de exigências; também não atendem às solicitações dos mineiros. De acordo com Lemos, havia ainda outras questões que resultam em conflitos, principalmente, acerca do pagamento da taxa de insalubridade para os mineiros em pauta nas atas do Sindicato desde 1958²⁸⁴. Em assembleia realizada em 13 de dezembro de 1959, Dittrich ressalta que

o direito dos trabalhadores era “líquido e certo, uma vez que a taxa de insalubridade é lei desde 1939”, informou ainda que em uma reunião do dia 04 de dezembro, foi dado um prazo de 30 dias para o governo decidir sobre a insalubridade.²⁸⁵

Em 29 de dezembro de 1959, os trabalhadores da Metropolitana cansados de serem ignorados em suas reivindicações resolvem paralisar suas atividades. Em 4 de janeiro de 1960, sem uma resposta do Governo Federal sobre a questão da taxa de insalubridade, o Sindicato dos Mineiros de Criciúma resolve com seus associados também parar as atividades. Mas, não consegue sensibilizar e congrega os demais sindicatos do território mineiro²⁸⁶. Em 13 de janeiro de 1960, uma proposta do Governo Federal é apresentada, afirmando que a taxa de

²⁸²SILVA JR., José. 1996. Op. cit. p. 19.

²⁸³Ibidem. p. 20.

²⁸⁴Com a Consolidação das Leis Trabalhistas, em 1943, como atividades ou operações insalubres são consideradas aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos. PETERMANN, Daniela. **Base de cálculo do adicional de insalubridade**. Trabalho de conclusão de curso apresentado para a obtenção do grau de Bacharel em Direito pela FURB-Blumenau. Disponível em: <http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=1089>. Acesso em: 1º de agosto de 2010.

²⁸⁵LEMOS, Gustavo. 2008. Op. cit. p. 72.

²⁸⁶Ibidem. p. 77.

insalubridade seria paga somente a partir de maio ou junho do corrente ano.

Nova sessão foi realizada em 15/01/1960. O advogado do sindicato, Aldo Dittrich, denuncia que a proposta de pagar insalubridade apenas a partir de maio-junho era manobra do governo, por coincidir com o usual aumento de salário, e certamente o Ministério do Trabalho pretendia incorporar a insalubridade no salário.²⁸⁷

A proposta é rejeitada por unanimidade. Volpato afirma que, segundo o *Jornal Tribuna Criciumense*, de 18 de janeiro de 1960, a greve havia sido declarada ilegal pelo Ministério do Trabalho, que ameaçava não pagar os dias parados²⁸⁸. O período é marcado por diversas assembleias, protestos e idas de comissões para o Rio de Janeiro com o fim de negociar direto com o Governo Federal. Houve até o deslocamento de cerca de 150 soldados de Florianópolis para Criciúma. Os donos da Metropolitana ordenam que o ritmo da produção fosse mantido. Caminhões saíram da Carbonífera Metropolitana rumo à Mineradora Visconde, também de propriedade dos sócios Freitas e Guglielme. Os mineiros resistem à tentativa de deslocamento dos caminhões, mas o exército parte para a violência física contra os grevistas. Na Vila Operária da Carbonífera Próspera, pertencente à CSN, em solidariedade aos mineiros da Metropolitana, muitos homens, mulheres e crianças, famílias inteiras deitam-se na estrada e conseguem impedir que os caminhões cheguem ao destino final. Tal cenário é criticado nos sermões da Igreja Católica, aos domingos; o Padre Stanislaw Cizeski – “Padre Polaco” – pregava que o conflito “não passava de obra do temido comunismo”.²⁸⁹

José Francione Freitas ou Dite Freitas, filho mais velho de Diomício e diretor da Metropolitana, é o escolhido para negociar com os grevistas. A sua estratégia adotada é fugir das discussões com o Sindicato dos Mineiros de Criciúma e segurar a situação o tempo necessário para completar trinta dias de paralisação e o abandono de emprego.²⁹⁰

²⁸⁷VOLPATO, Terezinha G. **Vidas marcadas**: trabalhadores do carvão. Tubarão – SC: Editora da UNISUL. 2001. p. 164-165.

²⁸⁸Ibidem. p. 78.

²⁸⁹SILVA JR, José. 1996. Op. cit. p.22-23.

²⁹⁰Ibidem. p.25.

As negociações no Rio de Janeiro não rendem o esperado pelos mineiros. Em 27 de janeiro, o clima derrotista é registrado na ata do sindicato.

Naquela altura, eram poucos que acreditavam que conseguiriam alguma coisa. Um dos maiores entusiastas do movimento, Dittrich, pela primeira vez com a palavra “derrota” em seu discurso, tenta levar algum animo dizendo que “se visse que a greve estava perdida [...] seria o primeiro a dizer aos operários” [...]. O advogado tenta propor que os operários voltem ao trabalho, mas com prazo de 10 dias para o governo apresentar a proposta.²⁹¹

Os mineiros da CBCA e da Metropolitana voltam ao trabalho em 28 de janeiro. No dia seguinte, todas as outras minas paralisadas retornam às suas atividades. Um dos saldos da greve é a demissão dos grevistas, mesmo aqueles estabilizados pelo tempo de trabalho (de acordo com a lei trabalhista vigente na época).

A situação piorava a cada semana, a diretoria ficava sem alternativas. Foi aberto inquérito judicial para os operários estabilizados da Metropolitana. Já na Mina União, os não estabilizados foram postos na rua e a empresa mandou que procurassem os seus direitos na justiça. No início de março, diante do prolongamento da questão, Aldo Dittrich chega a declarar que todos os dispensados devem arrumar outro emprego e não ficar parados.²⁹²

Ainda de acordo com Lemos,

para Aldo, o sindicato deveria considerar que “os mineiros lutaram e conseguiram uma das mais brilhantes vitórias”. A diretoria precisava “mostrar essas vitórias aos operários, com a finalidade de impedir que os inimigos dos trabalhadores continuassem minando a unidade da classe.” A Proposta era publicar um boletim esclarecendo o assunto.²⁹³

²⁹¹LEMOS, Gustavo. 2008. Op. cit. p.80.

²⁹²Ibidem. p.82.

²⁹³Ibidem. p.83.

Em agosto de 1960, é publicado, no jornal: “O Orientador dos Mineiros” (Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria e Extração do Carvão de Criciúma), um boletim exaltando as conquistas dos trabalhadores em virtude do movimento grevista de 1960. Entre os redatores, encontrava-se Aldo Pedro Dittrich, que assim se pronuncia:

Por que a greve foi vitoriosa?

Este esclarecimento, a diretoria do Sindicato vem fazer aos trabalhadores, para evitar explorações daqueles que pretendem dividir a classe operária, apregoando que a greve não atingiu suas finalidades.

1^o A greve foi deflagrada para a conquista da taxa de insalubridade, conforme dissídio coletivo ajuizado em 1957.

2^o Os trabalhadores conquistaram a taxa de insalubridade em 1^o de março de 1960. Logo, a greve atingiu a sua finalidade.

3^o Conseguiram os trabalhadores um empréstimo de 30 milhões de cruzeiros com o Plano do carvão, para o pagamento dos dias de greve. Este fato demonstrou a força dos trabalhadores.

4^o Foi tentada pelas forças de reação a intervenção em nosso Sindicato. Houve pressão do Plano do Carvão, mineradores, Ministro da Justiça e até representação ao Conselho de Segurança Nacional. Graças a unidade dos trabalhadores, com apoio do Deputado Doutel de Andrade e do vice-presidente João Goulart coadjuvados pelo Deputado Joaquim Ramos. Não conseguiram fazer a intervenção. A maior vitória dos trabalhadores na greve.

5^o Polícia Estadual, com todo o seu aparato bélico, não conseguiu furar a greve. O mesmo aconteceu com as tropas do exército pedidas pelo Governo do Estado. Nada adiantou essa pressão policial. A greve continuou e teve seu término quando os trabalhadores já haviam conquistado seus direitos.

6^o Graças ao movimento grevista o aumento de junho de 1960 foi conquistado atingindo 48% e 43%.

7^o Devido a greve de 1960, os mineiros de Urussanga (nove dias de greve), Lauro Muller (2 dias), Siderópolis (Montenegro acompanhou a greve), São Jerônimo do Rio Grande do Sul, conseguiram o pagamento da taxa de insalubridade e o aumento de junho.

8^o As dispensas de 80 trabalhadores da mina Metropolitana, União e Progresso, não empanou a vitória do movimento. Os diretores da Metropolitana fizeram acordos com os trabalhadores, apesar das porcentagens de 25% a 50%. As questões da União e Progresso estão na justiça, bem como, de 4 trabalhadores da Metropolitana que não fizeram acordo.

9^o O simples fato, de uma reclamação de um trabalhador ser julgada improcedente (contra o operário) no Tribunal do

Trabalho da 4ª Região, não é argumento que por um fato isolado possa ser alegado que a greve foi derrotada, ainda mais, levando em conta que desta decisão existe recurso interposto para o TST (vide jurisprudência nesse jornal).

CONCLUINDO

Quem apregoa a derrota são os instrumentos patronais que desejam que os bravos mineiros de Criciúma deixem de lutar para conseguir seus direitos. A classe operária de Criciúma, sempre que for preciso, utilizará o sagrado direito de greve previsto no artigo 158 de nossa Constituição.²⁹⁴

Para Volpato, ao contrário do demonstrado no boletim exposto anteriormente, a razão da greve – o pagamento da taxa de insalubridade – é, em parte, frustrado:

O governo manobrou este direito dos trabalhadores a seu modo, beneficiando as empresas mineradoras; apenas em agosto de 1960 os mineiros recebem aumento salarial: 43% para os da superfície e 48% para os do subsolo, incluindo a insalubridade.²⁹⁵

Em 1961, ocorre novo pleito eleitoral no Sindicato dos Mineiros de Criciúma. Os “pelegos” (que apesar de não estarem mais na direção continuavam no sindicato), apoiados pelos mineradores, lançam uma chapa. Porém, a “Chapa dos autênticos” ou “combativos”, encabeçada por Manuel Ribeiro e Jorge Feliciano, mais uma vez é eleita. Segundo Volpato, os mineradores do território mineiro são representados por Diomício Freitas, então candidato a Deputado Federal, e passam a pressionar o Governo Federal e o Ministério do Trabalho com o intento de conseguirem a autorização para a criação de outro sindicato em Criciúma. Enquanto os operários são seduzidos pelas possíveis vantagens de formar um sindicato “assistencialista” e independente, situado no Rio Maina.²⁹⁶

Portanto, dentro do próprio movimento sindical, a velha tática de cooptação mais uma vez obtém sucesso. Em 7 de novembro de 1961, é criada a “Associação dos Trabalhadores na Indústria da Extração de

²⁹⁴DITTRICH, Aldo Pedro. **Jornal O Orientador dos Mineiros**: Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria e Extração do Carvão de Criciúma. Criciúma – SC, agosto de 1960, ano I, n^o 2.p.3. Arquivo da autora.

²⁹⁵VOLPATO, Terezinha. 1984. Op. cit. p. 118.

²⁹⁶Ibidem. p. 121.

Carvão do Rio Maina”, distante apenas 9 km do Sindicato dos Mineiros de Criciúma. Em fevereiro de 1962, transforma-se, oficialmente, em um sindicato intimamente ligado com os patrões, com o governo e com a Igreja Católica.²⁹⁷

Enquanto isso, o Sindicato dos Mineiros de Criciúma continua as suas atividades. Enfraquecido, raramente recorre à deflagração de grandes greves somente a pequenas paralisações em virtude de desavenças com os mineradores e conflitos, principalmente, com o “Sindicato do Rio Maina”.²⁹⁸

Em 1963, Jorge Feliciano e a sua chapa mais uma vez vencem as eleições no Sindicato dos Mineiros de Criciúma. A história de vida de Jorge Feliciano é escrita pelo jornalista David Coimbra. O autor defende que seu personagem principal, um católico fervoroso e anticomunista, torna-se um discípulo de Dittrich na doutrina comunista de tanto ser acusado de “vermelho”.

Ainda em 1962, filiou-se ao PCB e passou a ser um membro destacado das reuniões secretas que se realizavam principalmente na casa de Aldo Dittrich, em frente ao Cinema Milanez.²⁹⁹

Sem dúvida, Dittrich transforma-se em um militante comunista de destaque no sul de Santa Catarina. Por diversas ocasiões é possível apontar a presença de elementos pertencentes aos órgãos de informação e repressão seguindo-o e registrando as suas ações, reais e “forjadas”. Conforme registra o documento:

[...] Em Mai 59, foi orientador da greve dos mineiros em Criciúma/SC e, segundo comunicado do prefeito daquela cidade, na ocasião, os grevistas liderados pelo requerente tentaram se apoderar dos caminhões da Cia. Metropolitana.

Foi um dos signatários de um abaixo-assinado, datado de 19 Abr 61, o qual tinha como objetivo angariar “adeptos voluntários para combater os contra-revolucionários de Cuba”.

Ainda em Abr 61, o requerente e outros elementos residentes e domiciliados em Criciúma/SC, enviaram um memorial ao Embaixador de Cuba no Brasil, manifestando solidariedade ao povo cubano.

²⁹⁷VOLPATO, Terezinha. 1984. Op. cit. p. 122-123.

²⁹⁸Idem.

²⁹⁹COIMBRA, David. 1996. Op. cit. p. 45.

Promoveu uma reunião em sua residência para tratar de uma greve que eclodiria em 1º de Mai 61, na Cia Carbonífera Brasileira de Araranguá /SC.

De acordo com registro de Jul 61, o requerente recebeu e fez distribuir, em Criciúma/SC, o jornal “Novos Rumos”.

Há registro de que em Ago 61, teria recebido armamento em sua residência, na cidade de Criciúma, procedente do Rio Grande do Sul.³⁰⁰

Da análise do documento, pode-se dizer o seguinte: Aldo Pedro Dittrich é apontando como o líder da Greve de 1960. Mas, não havia apenas um líder e sim a categoria estava unida e decidida a lutar por seus direitos. Além de advogado do Sindicato dos Mineiros de Criciúma e de sua atuação direta nas greves, Dittrich realmente conduzia vários movimentos, servindo sua casa inclusive como local de reuniões, como por exemplo, na Campanha da Legalidade, em 1961 (visando à posse do Presidente João Goulart diante da renúncia de Jânio Quadros), local de reuniões de cunho político e sindical³⁰¹. Quanto à presença de armas oriundas do Rio Grande do Sul, tal afirmação não é confirmada, mas cabe fazer menção aos discursos não insurrecionais de Dittrich e, as suas tentativas, por meio de eleições democráticas, de fazer parte do cenário político, como Deputado e como Vereador de Criciúma em 1962 (momento em que concorre pelo PSP e também não é eleito)³⁰². Outro aspecto relevante é o fato de não ter encontrado demais fontes, orais e/ou escritas, que mencionem a participação de Dittrich na luta armada.

3.2 O PCB e o jogo político no início dos anos 1960

Em agosto de 1960, ocorre o V Congresso do PCB, no Rio de Janeiro, ocasião em que dois grupos antagonísticos travam um debate acalorado quanto aos rumos que o partido deveria tomar. O primeiro, liderado por Prestes, pregava uma aliança com a burguesia nacional progressista. O grupo opositor queria uma concretização da aproximação com os setores populares por temer o caráter dúbio da burguesia nacional³⁰³. Quanto ao movimento dos trabalhadores, o

³⁰⁰Dados extraídos de documento requerido por Dittrich, em 1998. Documento expedido pela Subsecretaria de Inteligência da Casa Militar da Presidência da República. Brasília – DF, 18 de novembro de 1998. Arquivo da família Dittrich.

³⁰¹DITTRICH, Geci Gallotti Varela. **Requerimento de indenização, de conformidade com a Lei nº 10.719, de 13 de janeiro de 1998**. Canoinhas – SC, 22 de julho de 1998. Arquivo da família Dittrich.

³⁰²LEMOS, Gustavo. 2008. Op. cit. p. 113.

³⁰³SANTANA, Marco Aurélio. 2001. Op. cit. p. 94.

consenso era de que os comunistas deveriam lutar pela melhoria de vida e por aumentos de salário, e contra qualquer medida que ferisse essas metas³⁰⁴. Uma das resoluções desse congresso é de que os comunistas deveriam buscar ampliar as alianças com patriotas e democratas e formar uma grande e forte coalizão.³⁰⁵

Na busca contínua pela legalização, em setembro de 1961, o PCB realiza uma Conferência Nacional, na qual, além de alterar a denominação “Partido Comunista do Brasil” para “Partido Comunista Brasileiro”, não faz menção à ditadura do proletariado e também cala-se a respeito do marxismo-leninismo³⁰⁶. Dessa forma, em meio a muitas discussões, abandonos e expulsões, em 1962 é constituído mais um partido comunista: o Partido Comunista do Brasil (PC do B), denominação inicial do primeiro PC brasileiro, reativada nesse momento pelos dissidentes, entre eles: João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois³⁰⁷. Desde então, aqueles que se mantiveram no PCB intensificam o engajamento na luta por reformas de base.

No início dos anos 1960, o PCB conta com um significativo aumento da mobilização dos trabalhadores na sociedade. A ideia é a formação de um governo nacional e democrático. O partido avança na esfera sindical ao controlar uma significativa parcela das direções sindicais e busca, via alianças políticas, eleger deputados estaduais e federais.³⁰⁸

Algumas ações tanto de Jânio Quadros quanto de João Goulart contribuem para legitimar o discurso anticomunista vigente na época. Em 1959, ocorre a Revolução Cubana, Jânio Quadros e João Goulart estabelecem relações com países pertencentes ao bloco comunista, entre eles Cuba e China. Jânio Quadros visita oficialmente Cuba e, além disso, condecora Ernesto Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul. João Goulart, quando da renúncia de Jânio Quadros, estava em visita oficial à China. Entretanto, na visão de Boris Fausto, essas ações não simbolizavam simpatia ao comunismo, e sim, a prática de uma política externa independente.³⁰⁹

Jânio Quadros reunia as esperanças de uma elite antigetulista ao mesmo tempo em que levava consigo as esperanças de um setor da classe média que clamava pela moralização dos costumes políticos e que

³⁰⁴SANTANA, Marco Aurélio. 2001. Op. cit. p. 95.

³⁰⁵CARONE, Edgar. **O PCB** – 1943/1964. São Paulo: Difel, 1982. p. 237.

³⁰⁶SANTANA, Marco Aurélio. 2001. Op. cit. p. 96.

³⁰⁷GORENDER, Jacob. 2005. Op. cit. p. 170.

³⁰⁸SANTANA, Marco Aurélio. 2001. Op. cit. p. 98.

³⁰⁹FAUSTO, Boris. 2006. Op. cit. p. 439.

se via atingida pelo alto custo de vida, assim como a maioria dos trabalhadores. Jânio Quadros é eleito no pleito de outubro de 1960 e como vice, João Goulart. Entretanto, Jânio Quadros tem um governo efêmero, pois repleto de críticas e sem uma base política de apoio, renuncia à presidência em agosto de 1961.³¹⁰

Em meio a muitas discussões e à “Campanha da Legalidade”, liderada por Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, o vice-presidente, João Goulart assume o governo, em 7 de setembro de 1961, mas com poderes reduzidos, ao ser estabelecido um Sistema Parlamentarista. Os setores militares temerosos confiavam que Jango fosse defensor de uma “República Sindicalista” e que isso abriria caminho para o comunismo tomar o poder. Entretanto, em janeiro de 1963, por volta de 9,5 milhões de um total de 12,3 milhões de votantes optam pelo retorno ao Presidencialismo.³¹¹

Diante desse quadro político, os militantes do PCB, entre o fim dos anos 1950 e início dos 1960, subdividiam-se entre “reformistas” e “radicais”. A primeira ala dizia respeito à continuidade de articulação da aliança com João Goulart em prol das reformas de base; a outra defendia a radicalização dos movimentos dos trabalhadores³¹². Até o Golpe Civil Militar de 1964, o embate no interior do PCB se dá entre esses dois grupos antagônicos.

3.3 O Golpe Civil Militar de 1964

Aproximava-se o 1º de abril de 1964. A situação política, social e militar do Brasil evidenciava contradições e tensões de diversas ordens. João Goulart advinha de uma sequência de conflitos e insucessos políticos, econômicos e sociais: aflorava o movimento das Ligas Camponesas, a sindicalização rural e, nos meios militares, crescia a conspiração contra o governo. Em setembro de 1963, eclode uma revolta de sargentos e cabos da Aeronáutica e da Marinha descontentes com a decisão do Supremo Tribunal Federal que impedia a eleição de sargentos. Em outubro de 1963, João Goulart perturbado com os conflitos no campo, nos meios militares e com a hiperinflação, inspirado em um dispositivo militar e sob a justificativa da necessidade de conter a agitação no campo e apaziguar possíveis tentativas de atingir seu governo, propôs ao Congresso nacional a decretação de “Estado de

³¹⁰FAUSTO, Boris. 2006. Op. cit. p. 436-432.

³¹¹Ibidem. p. 442-443.

³¹²SANTANA, Marco Aurélio. 2001. Op. cit. p. 99.

Sítio” por trinta dias. A proposta é rejeitada e, para piorar a situação, interpretada como uma possível tentativa de golpe.³¹³

João Goulart, com o intuito de superar a intensa crise econômica e a oposição ao seu governo, retoma a proposta das “reformas de base”, sendo a reforma agrária a principal delas. Para tal, contorna o Congresso e por decreto pretende realizar as reformas.³¹⁴

Para mostrar a força de seu governo, João Goulart anuncia as reformas em grandes comícios. Em 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, é realizado o famoso comício da “Central do Brasil”, no qual cerca de 150 mil pessoas se reúnem para ouvir João Goulart e Brizola. Na oportunidade, muitas bandeiras vermelhas são agitadas pedindo a legalização dos Partidos Comunistas do Brasil.³¹⁵

No comício da Central do Brasil, João Goulart assina dois decretos; um deles consistia em desapropriar as refinarias de Petróleo que ainda não estavam nas mãos da Petrobrás e o segundo, denominado Decreto da Superintendência da Reforma Agrária, em que declara que determinadas propriedades subutilizadas estariam sujeitas à desapropriação. Além disso, anuncia uma reforma urbana, prevendo mudanças nos impostos e concessão do voto aos analfabetos e aos quadros inferiores das Forças Armadas.³¹⁶

Em 19 de março, em São Paulo, ocorre a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, organizada por associações de mulheres ligadas à Igreja Católica, na qual cerca de quinhentas mil pessoas demonstram que a derrubada de João Goulart contava com significativa base de apoio social. Dessa forma, a situação do Governo Federal torna-se insuportável³¹⁷. Em 24 de março, dirigentes da Associação dos Marinheiros são presos por subversão da hierarquia, pois vinham reivindicando abertamente garantia dos direitos dos marinheiros, bem como melhores vencimentos. O líder do movimento era o Cabo

³¹³FAUSTO, Boris. 2006. Op. cit. p. 458.

³¹⁴Sob essa ampla denominação de "reformas de base" estava reunido um conjunto de iniciativas: as reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária. Sustentava-se ainda a necessidade de estender o direito de voto aos analfabetos e às patentes subalternas das forças armadas, como marinheiros e os sargentos, e defendiam-se medidas nacionalistas prevendo uma intervenção mais ampla do Estado na vida econômica e um maior controle dos investimentos estrangeiros no país, mediante a regulamentação das remessas de lucros para o exterior. Disponível em: FERREIRA, Marieta de Moraes. **As reformas de base**. FERREIRA, Marieta de Moraes. **As reformas de base**. http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base. Acesso em: 29 de junho de 2011.

³¹⁵FAUSTO, Boris. 2006. Op. cit. p. 459.

³¹⁶Idem.

³¹⁷Idem.

Anselmo. No dia seguinte à prisão, quando por volta de dois mil Praças da Marinha e dos Fuzileiros Navais se reúnem no Sindicato dos Metalúrgicos, eclode o conflito. O Ministro Silvío Mota, com o intento de prender as lideranças, ordena que tropas do exército façam o cerco do prédio. Contudo, com a intervenção de figuras políticas e sindicais, consegue-se negociar uma futura decisão. O Ministro Mota, sentindo-se desprestigiado e pressionado, demite-se; em seu lugar, assume o Almirante Reformado Paulo Rodrigues, que decreta a não punição dos revoltosos. Entretanto, essa decisão desencadeia mais um conflito, pois o Clube Militar, apoiado por grupos de altas patentes da Marinha, recebe a não punição como um incentivo à quebra da hierarquia militar.³¹⁸

Em vista dessas sucessões de conflitos prenunciando a iminente queda do governo de João Goulart, a inquietação político-social passa a ser uma constante. Em 31 de março de 1964, tropas sob o comando do General Olímpio Mourão Filho, com apoio do governador mineiro Magalhães Pinto, rumam de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro. Em 1º de abril, as tropas do II Exército, comandadas pelo General Amauri Krueel e oriundas do Vale do Paraíba, chegam ao Rio de Janeiro. O então Presidente da República, João Goulart, sem esboçar maior reação, parte de Brasília para Porto Alegre e de lá para o Uruguai. O Presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declara vaga a presidência da nação; com isso, o presidente da Câmara dos Deputados Ranieri Mazzilli assume o cargo, embora o poder não estivesse mais nas mãos dos civis e sim nas dos comandantes militares.³¹⁹

Tanto a atuação dos empresários quanto dos militares é imprescindível para queda de João Goulart, pois “sem a desestabilização (propaganda ideológica, mobilização da classe média) o golpe seria bastante difícil; sem a iniciativa militar, impossível”.³²⁰

3.4 Reflexos do Golpe Civil Militar de 1964 em terras catarinenses

Em Florianópolis, assim como em diversos locais do país, muitas pessoas tomam as ruas com seus automóveis embandeirados e buzinas estridentes em comemoração à queda de João Goulart.³²¹

Em 2 de abril de 1964, o jornal catarinense “O Estado” publica com destaque o pronunciamento do governador Celso Ramos. Dentre suas palavras, os seguintes trechos ilustram o seu alinhamento e

³¹⁸FAUSTO, Boris. 2006. Op. cit. p. 459-460.

³¹⁹Ibidem. p. 460-461.

³²⁰FICO, Carlos. 2004. Op. cit. p. 42.

³²¹LENZI, Carlos Alberto Silveira. 1983. Op. cit. p. 320-321.

convivência com o Golpe Civil Militar Brasileiro, bem como com as ações advindas dele:

[...] O Estado que me confiou, em processo democrático, as responsabilidades de seu governador, não ignora a posição ideológica em que sempre me manteve, relativamente ao comunismo; repulsa intransigente e formal.

[...] Conhecidos e recentes acontecimentos, verificados no país, evidenciam, entretanto, sem deixarem margem à dúvida, que a infiltração vermelha em determinados e altos círculos de influência nacional, cada hora e cada vez mais intensa e mais extensa, alcançou nos últimos dias, de forma direta e agressiva, a disciplina das forças armadas, tingindo organicamente os princípios da hierarquia [...] Na organização militar, essa disciplina e esses princípios são expressas exigências constitucionais. Encarna a própria existência do regime, e assim, a definição da legalidade situar-se-á, necessariamente, nas áreas contrárias à subversão, postas em defesa da democracia, do respeito às leis e da segurança de um futuro cristão para a família brasileira.

[...] Com a certeza e a tranqüilidade de neste momento histórico, poder interpretar o pensamento e a vontade da esmagadora maioria dos catarinenses radicalmente contrária à sovietação da grande Pátria, solidarizo-me, sem reticências no coração, com as gloriosas forças militares que defendem a verdade democrática, confiante em que todos desejamos seja ainda uma exaltação da lei.³²²

As afirmações contundentes de Celso Ramos não deixavam dúvidas. Estava iniciada a “caçada” e a repressão a todos aqueles contrários à nova ordem imposta. Qualquer adversário era visto como uma ameaça em potencial que deveria ser combatida. Todavia, o “inimigo” há muito tempo estava assinalado: os comunistas, não importando o quão multifacetada fosse a chamada tradição de esquerda brasileira.³²³

O anticomunismo é um dos principais argumentos, senão o principal, para legitimar e provocar as intervenções autoritárias mais significativas ocorridas no período republicano da história brasileira (Estado Novo e Golpe Civil Militar de 1964). Anticomunismo, que

³²² LENZI, Carlos Alberto Silveira. 1983. Op. cit. p. 320-321.

³²³ REIS FILHO, Daniel Aarão. As esquerdas no Brasil: Culturas políticas e tradições. In: FORTES, Alexandre (Org.). **História e Perspectivas da Esquerda**. São Paulo; Chapecó: Perseu Abramo; Argos, 2005. p. 173-181.

conta com uma frente ampla de adeptos entre civis e militares e com múltiplos entendimentos e ações.³²⁴

Na capital catarinense, muitos livros são queimados na Praça XV de Novembro. As listas com os nomes dos militantes comunistas do período da legalidade do Partido Comunista Brasileiro-PCB, entre 1945-1947, são solicitadas pela polícia como meio para identificá-los e prendê-los³²⁵. Mandatos políticos são cassados, sendo exemplo, o do deputado estadual Paulo Stuart Wright, eleito em 1962 pelo PSP³²⁶. Catarinense, militante da Ação Popular (AP), preso em São Paulo em 1973 e desaparecido desde então.

Em Criciúma, a semana que antecede o golpe de 1º de abril de 1964 é composta por reuniões nervosas na casa de Dittrich, principalmente, em virtude das informações que chegavam do centro do país: “Aldo Dittrich exultava com o movimento dos marinheiros”³²⁷. Entretanto, com a notícia da deposição do presidente João Goulart pelos militares, às quatro horas da madrugada do dia 1º de abril de 1964, os dirigentes do Sindicato dos Mineiros de Criciúma percorrem as minas, anunciando a deflagração de uma greve geral. A Rádio Difusora de Criciúma, ocupada por petebistas e comunistas, incitava a paralisação geral do trabalho nas minas. A Rádio Difusora conclamava ao povo de Criciúma ao repúdio e resistência ao golpe³²⁸. A repressão e a violência eram iminentes. Tropas militares do 23º Regimento de Infantaria, sob o comando do coronel Newton Machado Vieira, deslocadas de Blumenau para Criciúma, estavam muito próximas de adentrar a cidade. Dittrich, por saber que seria um dos principais alvos dos militares foge com um Jipe pertencente ao Sindicato dos Mineiros de Criciúma. Todavia, a condução que o levaria até o Rio Grande do Sul quebra nas proximidades de Criciúma³²⁹. Os soldados tinham a informação da fuga de Dittrich e, ao encontrarem o Jipe abandonado, supunham que ele ainda se encontrava nas redondezas. O que os soldados não sabiam era

³²⁴MOTTA, Rodrigo Patto Sá. 2002. Op. cit.

³²⁵MALHEIROS, Eglê. Florianópolis – SC, 10 de maio de 2010. Entrevista concedida à Bernardete Wrublewski Aued; Daiana Castoldi Lencina e Edna Garcia Maciel Fiod. Acervo das autoras.

³²⁶Desaparecido desde 1973. No DOPS/PR, o nome de Paulo Stuart Wright foi encontrado numa gaveta com a indicação: “falecido”. Ver mais a respeito em: **Tortura Nunca Mais-RJ**. Disponível em: <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/MDDetalhes.asp?CodMortosDesaparecidos=320>.

³²⁷COIMBRA, David. 1996. Op. cit. p. 62.

³²⁸DITTRICH, Aldo Pedro. Canoinhas – SC, agosto de 2002. Conversa com Bernardete Wrublewski Aued. Acervo da autora.

³²⁹COIMBRA, David. 1996. Op. cit. p. 66-68.

que Dittrich seguia desesperadamente a pé rumo ao estado vizinho, enquanto eles se embrenhavam na mata à sua procura.³³⁰

A situação em Criciúma não era diferente dos grandes centros do país, pois a sede do Sindicato dos Mineiros é invadida, e seus membros passam a ser “caçados” e muitos foram presos. Segundo Volpato, imediatamente após a deflagração do Golpe, ocorre a intervenção no Sindicato dos Mineiros de Criciúma e a prisão de muitos de seus líderes. Porém, no “Sindicato do Rio Maina” não existiam relatos de repressão³³¹. Consequentemente, somente os sindicatos que representavam ameaças à nova ordem instaurada passaram a ser administrados por Juntas Interventoras, sendo o Sindicato dos Mineiros de Criciúma um dos primeiros a sofrer essa intervenção, que dura dois anos e meio e faz com que suas ações nesse período se tornassem inexpressivas voltadas, sobretudo, ao assistencialismo. De acordo com Volpato, os não alinhados com os patrões e com o regime militar só recuperam a direção do Sindicato dos Mineiros de Criciúma no fim de 1966, quando Walter Henrich Willy Horn, o Alemão, assume a sua presidência até 1971.³³²

O responsável por instaurar os Inquéritos Policiais na cidade de Criciúma em 1964, Coronel Newton Machado Vieira, constata que as condições de vida dos mineiros eram tão precárias que assustavam a qualquer pessoa que tomasse conhecimento delas³³³. Em ofício, datado de 17 de junho de 1964, escrito pelo próprio Coronel, encontra-se não somente a denúncia aos atos comunistas no território mineiro, mas também um importante relato das péssimas condições em que se deparavam os mineiros e, ainda, um apelo à intervenção do governo para tornar essas condições mais dignas.

A Zona Carbonífera de Criciúma e municípios vizinhos é muito propícia à infiltração comunista, ou pelo menos às agitações dadas as condições de vida daqueles que aqui labutam. Não só o trabalho de mineração, ocupação dominante na região é árduo e desgasta prematura e fisicamente o homem, como tem havido uma certa incompreensão dos mineradores, que não têm procurado

³³⁰DITTRICH, Aldo Pedro. Canoinhas-SC, agosto de 2002. Conversa com Bernardete Wrublewski Aued. Acervo da autora.

³³¹VOLPATO, Terezinha. 1984. Op. cit. p. 123.

³³²Ibidem. p.126.

³³³COIMBRA, David. 1996. Op. cit. p. 82.

dar um melhor ambiente de vida extratrabalho aos seus operários e suas famílias.³³⁴

[...] como foco permanente de agitação tínhamos o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria e Extração de Carvão de Criciúma, desde 1957 entregue às mãos do advogado e perigoso comunista Dr. Aldo Pedro Dittrich, ora foragido, que era, aparentemente e por dever de ofício, simples causídico daquele Sindicato, mas, na realidade era o seu legítimo dono, aquele que comandava todas as suas ações, sendo as diretorias eleitas mero instrumento de ação nas mãos daquele vermelho.³³⁵

As colocações do Cel. Newton Machado Vieira fornecem a visão de como Dittrich era apresentado pela polícia, e o quanto degradante era a situação dos mineiros de Criciúma; fato que, para o oficial, explicava a “infiltração” comunista no território do carvão. De certa forma, essas condições degradantes esclarecem em parte os motivos da adesão de Dittrich ao Partido Comunista e da luta ao lado dos trabalhadores das minas.

3.5 A companheira Geci Gallotti Varela Dittrich

Depois da deflagração do Golpe de 1964 e da fuga de Dittrich, sua companheira Geci Gallotti Varela Dittrich, locutora da Rádio Difusora, não é presa juntamente com centenas de mineiros, no “Estádio do Criciumão”, em Criciúma, porque possuía “amigos influentes” na justiça catarinense³³⁶. Dessa maneira, coube a ela o dever de eliminar todo e qualquer indício de envolvimento do casal com o PCB. Geci esconde dentro de uma “boneca de pano” os documentos comprometedores e, ainda, joga no poço da sua casa em Criciúma todos os livros de Karl Marx, pertencentes ao marido. Auxiliada pelo vizinho, Miguel Santos Patrício, parte para a cidade de Marcílio Dias, buscando abrigo na casa dos pais de Dittrich, levando consigo apenas algumas roupas, documentos e um papagaio chamado “Brizola”. Ao chegar a Marcílio Dias, o exército invade a casa da família Dittrich, e Geci passa por inúmeros interrogatórios e pela constante vigilância policial.³³⁷

³³⁴COIMBRA, David. 1996. Op. cit. p. 83.

³³⁵Ibidem. p. 89.

³³⁶DITTRICH, Aldo Pedro. Canoinhas – SC, agosto de 2002. Conversa com Bernardete Wrublewski Aued. Acervo da autora.

³³⁷DITTRICH, Geci Gallotti Varela. **Requerimento de indenização, de conformidade com a Lei nº 10.719, de 13 de janeiro de 1998.** Canoinhas – SC, 22 de julho de 1998. Arquivo da família Dittrich.

Enquanto isso, no Rio Grande do Sul, o ateu Dittrich é protegido pela Ordem Religiosa Franciscana, localizada em Viamão, cidade próxima a Porto Alegre. Posteriormente, pelas mãos da Irmã Nívea e da Madre Albertina, duas franciscanas do então Colégio Sagrado Coração de Jesus (em Canoinhas), chega uma carta do foragido para sua apreensiva família. Depois de algum tempo, sua companheira vai ao seu encontro.³³⁸

3.6 Os governos militares e as operações para desmonte do PCB

Em 11 de abril de 1964, o General Castelo Branco é eleito indiretamente Presidente da República. Seu governo é marcado por atos institucionais, cassação e suspensão dos direitos políticos; criação do bipartidarismo; instituição de eleições indiretas; proibição de greves; intervenção em sindicatos e criação do Serviço Nacional de Informações (SNI). Criado em 13 de junho de 1964, por meio da Lei nº 4.341, o SNI passa a ter como seu primeiro chefe o Coronel Golbery do Couto e Silva. Em 1967, Castelo Branco é substituído, por meio de eleições indiretas, pelo seu ministro do exército Artur da Costa e Silva. Este, por sua vez, em 1968, declara o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que concede ao Presidente da República, entre amplos poderes de fechar o congresso, cassar políticos, suspender garantias individuais daqueles que ousassem ser contrários ao regime militar. Em julho de 1969, no governo do presidente Costa e Silva, por meio de uma diretrix expedida em nome do bom andamento da “Política de Segurança Interna”, é criada a chamada Operação Bandeirante, mais conhecida como OBAN, em São Paulo, que na prática significava o seguinte: a partir daquele momento, os oficiais do Exército centralizavam as operações repressivas. Assim sendo, todas as delegacias mandavam os suspeitos de crimes políticos para a OBAN.³³⁹

Mariana Joffily destaca que até 1969 a repressão aos crimes políticos cabia às Secretarias de Segurança Pública e aos DOPS estaduais. Com a criação da OBAN em 1969, em São Paulo, e a urgência de criação de órgão com finalidade semelhante em nível

³³⁸DITTRICH, Aldo Pedro. Canoinhas – SC, agosto de 2002. Conversa com Bernardete Wrublewski Aued. Acervo da autora.

³³⁹Disponível em: **Operação Barriga Verde x Novembrada**. Repressão e resistência em SC na Ditadura. <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2004/04/277617.shtml>. Acesso em: 4 de junho de 2010.

nacional – o DOI-CODI, em 1970, o controle operacional das polícias militares passa a ser concentrado nas mãos do exército.³⁴⁰

Em 31 de dezembro de 1969, Emílio Garrastazu Médici assume a Presidência da República. Responsável pela implantação de um programa de incentivo e atração de capitais estrangeiros que produz altos índices econômicos – fato esse denominado “Milagre Econômico” até os dias atuais também é lembrado pela rigorosa repressão aos adversários do regime, por uma política de censura que se abate sobre os jornais, revistas, livros, peças de teatro, filmes, músicas e outras formas de expressão artística. Período em que diversos grupos são atingidos, entre eles: professores, estudantes, operários, políticos, advogados, músicos, artistas e escritores.

Antes de assumir a presidência, Emílio Garrastazu Médici foi chefe do SNI no governo de Costa e Silva. Segundo Fico, são evidentes as diferenças do período inicial do SNI, sob o comando de Golbery, em que o SNI funcionava em caráter de assessoria e informação do momento em que Médici assume sua chefia e, posteriormente, a Presidência da República. Depois de Médici, assume o SNI o General Carlos Alberto Fontoura, transformando o órgão em uma instância consultiva capaz de vetar nomes cogitados para o funcionalismo público, além de servir como fonte para a polícia política, criada no fim dos anos 1960, com a instauração do sistema CODI-DOI.³⁴¹

De acordo com Jacob Gorender, depois do golpe civil militar, o PCB, partido que não parte para a luta armada, entra em declínio. Em 1967 ocorre o VI Congresso, que sanciona a expulsão de muitos militantes, entre eles, o próprio Gorender. Esse que deveria ser um momento de união de forças torna-se o período em que as esquerdas no Brasil fragmentam-se de maneira mais acentuada³⁴². Surgem, entre outras organizações, a Ação Libertadora Nacional (ANL); os Comandos de Libertação Nacional (COLINA); a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR); o Movimento de Libertação Popular (MOLIPO) e a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).

³⁴⁰JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem**: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). Tese de Doutorado em História Social defendida no Departamento de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. p. 42 e 48.

³⁴¹FICO, Carlos. 2004. Op. cit. p.78-79.

³⁴²GORENDER, Jacob. 2005. Op. cit. p.172.

Quanto ao PCB, a repressão toma proporções incomensuráveis durante o governo de Ernesto Geisel (1974-1979), especialmente, após as eleições parlamentares de 1974, quando o MDB obtém uma vitória surpreendente sob a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido que dava sustentação política para o regime militar. Em 1974, o MDB elege dezessete senadores e a ARENA, apenas cinco. Segundo Marchi,

[...] Com o resultado da eleição de 15 de novembro de 1974, a relação de baixas do Partidão cresceu assustadoramente: houve mortes sob torturas e assassinatos seguidos de sumiço do corpo. A grande ofensiva começou em janeiro de 1975, com o estouro de duas modestas gráficas do PCB, no Rio e em São Paulo.

A escalada contra o PCB para atingir o MDB foi uma idéia do regime e do governo, não apenas da linha dura. O atestado disso foi o pronunciamento do então ministro da Justiça, Armando Falcão, na televisão, no dia 30 de janeiro de 1975. Em sua fala, Falcão fez um relatório público do estouro das duas gráficas clandestinas do PCB. Como quem dava uma senha para identificar o novo inimigo do regime, Falcão destacou 'o intenso esforço, o específico trabalho desenvolvido pelo PCB em favor de candidatos a diversos postos eletivos no pleito de novembro'.³⁴³

Em 1975, ocorre uma série de operações com a finalidade de “desmontar” a militância do PCB, em grande parte muito próxima da frente legal que representava o Movimento Democrático Nacional (MDB). O caso mais famoso acontece em virtude da prisão e do assassinato do jornalista Vladimir Herzog, preso pela intervenção deflagrada em São Paulo, batizada de Operação Jacarta³⁴⁴. Em 24 de outubro de 1975, Herzog apresenta-se na sede do DOI-CODI, em São

³⁴³MARCHI, Carlos. **30 anos sem Vlado**. 25 de outubro de 2005. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=352ASP001>. Acesso em: 7 de junho de 2010.

³⁴⁴[...] *A operação de prender dezenas de pessoas de uma classe ao mesmo tempo foi comparada com a Operação Jacarta ocorrida na Indonésia, em 1965, quando houve o extermínio de milhares de pessoas, logo após a derrubada do presidente Sukarno. Imaginada pelos militares da ultra-direita uma operação desse tipo aconteceu no Brasil. A intenção era aprisionar cerca de duas mil pessoas, dentre elas sindicalistas, políticos, agentes comunitários que tivessem contato com D. Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, professores, estudantes universitários, militantes fichados do PCB e jornalistas.* LEAL, Eliane. Disponível em:

<http://www.revistafenix.pro.br/PDF5/RESENHA%20%20%20ELIANE%20ALVES%20LEAL.pdf>. Acesso em: 8 de junho de 2010.

Paulo, para prestar esclarecimentos sobre suas ligações com o PCB e no dia seguinte é morto, aos 38 anos.

No Paraná, é deflagrada a Operação Marumbi, cujo objetivo era a apreensão, por parte da polícia política, dos elementos considerados “subversivos”, no caso específico, os que estavam tentando rearticular o PCB paranaense.³⁴⁵

Em Santa Catarina, em 4 de novembro de 1975, é desencadeada a Operação Barriga Verde, na qual 42 militantes do PCB são presos. Seguindo Celso Martins, os presos são levados para um quartel no Estreito, bairro continental de Florianópolis, de lá prosseguem para uma unidade militar em Curitiba, local onde as torturas são intensas, pois a intenção era obter elementos para a instauração de inquéritos. Do Paraná, os presos são encaminhados, aos poucos, para a sede da Polícia Federal em Florianópolis e de lá, alguns são levados para o 4º Batalhão da Polícia Militar, outros para a Penitenciária ou, ainda, para o Hospital Celso Ramos. Mais tarde, a maioria é reunida na antiga Colônia Penal Agrícola de Canavieiras.³⁴⁶

3.7 Da clandestinidade depois de 1964 até a prisão em 1975

A respeito dos passos do casal Dittrich depois do golpe, as informações são muito fragmentárias e, como Dittrich e sua esposa já faleceram, a tarefa de relatar momentos vividos por eles carece de muitos dados. A própria família afirma desconhecer muito de suas trajetórias. O pouco que se conseguiu apurar dos passos dos Dittrich entre 1964 e 1975 é que, ao interromper suas atividades profissionais, ambos passam a viver de cidade em cidade, na condição de clandestinos. Por alguns momentos, encontram a guarida nas relações entre comunistas e em parte da Igreja Católica; por outros períodos, o PCB garante a sobrevivência do casal, até mesmo enviando-os para a União Soviética no início dos anos 1970. Em 1974, o casal Dittrich retorna para o Brasil. Contudo, a repressão fecha o cerco e Dittrich e Geci não obtêm mais o auxílio do partido. Residindo em Curitiba e advogando

³⁴⁵Ver mais a respeito da Operação Marumbi em: BRUNELO, Leandro. **Repressão Política na Terra das Araucárias: A Operação Marumbi em 1975 no Paraná.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá – UEM, para a obtenção do título de Mestre em História. 2006. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp044017.pdf>. Acesso em: 8 de junho de 2010.

³⁴⁶MARTINS, Celso. **Os Quatro Cantos do Sol: Operação Barriga Verde.** Florianópolis: Fundação José Boiteux; Editora da UFSC, 2006.

como auxiliar em um escritório, Dittrich busca garantir o sustento da família. Em setembro de 1975 é preso.

Como maneira parcial de preencher algumas das lacunas da trajetória dos Dittrich, há um importante documento expedido pela Subsecretaria de Inteligência da Casa Militar da Presidência da República³⁴⁷. Fonte que aponta algumas informações sobre seus possíveis paradeiros e ações sob a ótica dos órgãos de informação e repressão. Há, ainda, os processos de indenização movidos contra o Estado, por Dittrich³⁴⁸ e pela esposa Geci³⁴⁹, abrindo a possibilidade de seus conteúdos serem comparados e confrontados com os produzidos pelos órgãos oficiais.

Ao longo de sua trajetória política, Dittrich responde uma série de Inquéritos Policiais Militares (IPM's)³⁵⁰. Segundo Maria Helena Moreira Alves, os IPM's são instaurados nos estados em 27 de abril de 1964. O objetivo era a identificação em todas as esferas governamentais de civis e militares envolvidos em atividades tidas como “subversivas”.³⁵¹

O primeiro IPM que Dittrich responde trata-se do IPM nº 261/64, da Auditoria da 5ª Região Militar, de 12 de maio de 1964, sob a acusação de crime contra a Segurança Nacional.³⁵²

Em 1965, é novamente indiciado em IPM instaurado por determinação do comandante do III Exército (com sede no Rio Grande do Sul), mediante a Portaria nº 4-AJ8, de 13 de agosto de 1965, para apurar atividades “subversivas” do PCB no Rio Grande do Sul. O responsável pelo inquérito, em seu relatório datado de 5 de fevereiro de 1966, escreve um parecer favorável ao enquadramento de Dittrich nos

³⁴⁷Documento expedido pela Subsecretaria de Inteligência da Casa Militar da Presidência da República. Brasília – DF, 18 de novembro de 1998. Arquivo da família Dittrich.

³⁴⁸DITTRICH, Aldo Pedro. **Requerimento para reconhecimento de anistiado político e reparação econômica, em caráter indenizatório, nos termos dos incisos I e II do artigo 1º da Medida Provisória 2.151-2, de 27/01/2001**. Canoinhas – SC, sem data. Arquivo da família Dittrich.

³⁴⁹DITTRICH, Geci Gallotti Varela. **Requerimento de indenização, de conformidade com a Lei nº 10.719, de 13 de janeiro de 1998**. Canoinhas – SC, 22 de julho de 1998. Arquivo da família Dittrich.

³⁵⁰DITTRICH, Geci Gallotti Varela. **Requerimento de indenização, de conformidade com a Lei nº 10.719, de 13 de janeiro de 1998**. Canoinhas – SC, 22 de julho de 1998. Arquivo da família Dittrich.

³⁵¹ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil: 1964-1984**. Bauru: EDUSC, 2005. p. 69.

³⁵²DITTRICH, Aldo Pedro. **Requerimento para reconhecimento de anistiado político e reparação econômica, em caráter indenizatório, nos termos dos incisos I e II do artigo 1º da Medida Provisória 2.151-2, de 27/01/2001**. Canoinhas – SC, sem data. Arquivo da família Dittrich.

delitos definidos na Lei nº 1.802/53 (Lei de Segurança Nacional - LSN) e faz a ressalva que Dittrich se encontrava foragido e com prisão preventiva decretada pela 5ª Região Militar. Em 12 de novembro de 1968, ainda foragido, Dittrich é julgado pelo Conselho Permanente de Justiça do Exército, sendo absolvido.³⁵³

Em 1970, Dittrich é indiciado em IPM instaurado pelo comandante do 1º Distrito Naval (Estado da Guanabara, atual Rio de Janeiro). A partir desse indiciamento, em que constavam atividades ditas contra a Segurança Nacional, tais como: pertencer ao Comitê Estadual da Guanabara do PCB, os seus “crimes” são considerados de competência dos Tribunais Militares. Com isso, os autos são repassados ao Juiz – Auditor da Marinha da 1ª Circunscrição da Justiça Militar (CJM), no Rio de Janeiro, local onde o processo contra Dittrich recebe o nº 159/71-C, com denúncia formalizada em 25 de janeiro de 1971.³⁵⁴

Em 1971, consta nos arquivos da Subsecretaria de Inteligência da Casa Militar da Presidência da República, que Dittrich, foragido, estava com prisão preventiva decretada e que, em março de 1971, em reunião do Comitê Central do PCB da Guanabara, é um dos escolhidos para viajar ao Chile para se reunir com exilados para instalação de uma “Comissão de estudos e entendimentos”. De acordo com o documento, essa comissão objetivava manter uma “Frente Ampla” e desencadear um movimento unificado tendo em vista a implantação do comunismo no Continente Americano. Em 1975, é registrada a informação de que Dittrich era o encarregado do setor dos bancários do Comitê Municipal do PCB de São Paulo.³⁵⁵

Mais um dos importantes trechos também do documento expedido pela Subsecretaria de Inteligência da Casa Militar da Presidência da República que apresenta maiores detalhes sobre a trajetória de Dittrich é o texto retirado de seu depoimento prestado quando preso em 1975. Obviamente, é preciso ter um cuidado ao lidar com essa fonte, posto que sua obtenção dá-se por meio de coerção física. Porém, em conjunto com as demais fontes do trabalho, sem dúvidas, contribui para se apreender possíveis indícios da trajetória de Dittrich.

³⁵³Documento expedido pela Subsecretaria de Inteligência da Casa Militar da Presidência da República. Brasília – DF, 18 de novembro de 1998. p. 4-5. Arquivo da família Dittrich.

³⁵⁴Documento expedido pela Subsecretaria de Inteligência da Casa Militar da Presidência da República. Brasília – DF, 18 de novembro de 1998. p. 4-5. Arquivo da família Dittrich.

³⁵⁵Documento expedido pela Subsecretaria de Inteligência da Casa Militar da Presidência da República. Brasília – DF, 18 de novembro de 1998. p. 4-5. Arquivo da família Dittrich.

[...] Em seu depoimento declarou o seguinte: “que em 1951, ingressou nas fileiras do PCB, quando era acadêmico de Direito na UFSC, em Florianópolis; que em 1952, passou a fazer parte de uma célula denominada “Centro”; que em 1954 foi cooptado para o CM/Florianópolis e, em 1956, cooptado para o CE/SC, exercendo por um tempo as funções de membro do secretariado; que em 1958, transferiu residência para Criciúma/SC, onde passou a exercer as funções de advogado do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Carvão, passando ainda, a ser o 1º secretário do CM/Criciúma (em estruturação), continuando porém, com as funções já mencionadas no CE/SC; que em 1960, por não poder comparecer ao V Congresso do PCB no Rio de Janeiro, foi destituído do secretariado do CE/SC, ficando como suplente; que em 1961, foi destituído das funções de 1º secretário do CM/Criciúma, ficando como membro; que ainda em 1961, voltou ao posto de 1º secretário do CM/Criciúma, permanecendo até 1964, quando voluntariamente se transferiu para o Rio de Janeiro, onde foi semi-profissionalizado pelo PCB; que em 1971, foi indicado para um curso de capacitação política na URSS, curso esse, que teve a duração de 1971 a 1973; que sua esposa foi em sua companhia para a URSS; que ao regressar foi cooptado para o PCB/SP, tendo ingressado no CM da capital em Junho de 1974, nas funções de 3º secretário; e que, em Dez de 1974, por vontade própria, mudou-se para Curitiba-PR, se afastando do PCB, pois deixou de militar a partir de Jan de 1975”.³⁵⁶

O documento ainda expõe que, em 12 de setembro de 1975, Dittrich é preso por “suspeitas de práticas de atividades consideradas subversivas e, por ter sido mencionado por militantes do PCB, presos em São Paulo no episódio do estouro das gráficas”.³⁵⁷

Dittrich é preso no Paraná. Tal fato ocorre no primeiro dia da Operação Marumbi, no Paraná³⁵⁸. Portanto, mesmo que suas denúncias tenham partido de São Paulo, Dittrich é prontamente aprisionado no Paraná, comprovando, desse modo, que os órgãos de repressão, ao

³⁵⁶Documento expedido pela Subsecretaria de Inteligência da Casa Militar da Presidência da República. Brasília – DF, 18 de novembro de 1998. p. 5. Arquivo da família Dittrich.

³⁵⁷Documento expedido pela Subsecretaria de Inteligência da Casa Militar da Presidência da República. Brasília – DF, 18 de novembro de 1998. p.5. Arquivo da família Dittrich.

³⁵⁸Ver mais a respeito da Operação Marumbi em: BRUNELO, Leandro. **Repressão Política na Terra das Araucárias: A Operação Marumbi em 1975 no Paraná.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá – UEM, para a obtenção do título de Mestre em História. 2006. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp044017.pdf>. Acesso em: 8 de junho de 2010.

menos nesses Estados, tinham uma importante articulação nas suas ações.

Retornando à trajetória de Dittrich nos anos 1970, o documento expedido pela Subsecretaria de Inteligência da Casa Militar da Presidência da República reproduz uma notícia do jornal “Gazeta do Povo”, de Curitiba – PR, edição de 14 de novembro de 1975, em que é publicado um comunicado da 5ª RM/DE distribuído à imprensa, o qual relatava quem eram os participantes do PCB no Paraná e quais suas características comportamentais e funções naquilo que a polícia denominava como uma “trama subversiva”. No que concerne a Dittrich, dizem que seu codinome era “Prado”; relatam o tempo de duração de sua passagem pela URSS (dois anos) por indicação do PCB; mencionam que foi intensa sua atuação em São Paulo e em Santa Catarina, onde iniciou a militância; que respondeu processo por crime contra a Segurança Nacional em 1964, não mencionando a sua absolvição. Falam ainda que Dittrich exerce a advocacia e, no momento da prisão, residia em Curitiba.

No mesmo documento, encontram-se ainda mais alguns dos codinomes utilizados por Dittrich: “Alfredo, Marcílio, Prado, Ivo, Roberto dos Santos, José Luis Falcão e Antônio Dias Pereira”. Outras informações importantes são que durante os anos em que cursa a faculdade de Direito, entre 1951-1955, em Florianópolis, milita no “Partido de Renovação Acadêmica”, controlado pelos comunistas da capital, sendo um importante “elemento comunista, ativista, inteligente, habilidoso, agitador e agressivo”. Fomentador de greves operárias e estudantis, de manifestações de rua e quebra-quebras. Depois de formado, atua na zona mineira, em Criciúma, e na portuária, nas cidades de Laguna, Imbituba, Itajaí e São Francisco do Sul/SC e que, além disso, divulga campanhas ilegais por meio do jornal que era diretor-proprietário, o jornal “Unidade”. Em 1964, Dittrich parte de Criciúma para Porto Alegre – RS e, posteriormente, é deslocado para o Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro, Dittrich recebe dinheiro do PCB para sua subsistência. Em 1969, teria se refugiado no Uruguai. Em 1971, a mando e à custa do PCB, é enviado para fazer um curso de capacitação política na URSS, na *Universidade da Amizade dos Povos Patrice Lumumba* (UAPPL). Em 15 de setembro de 1975, é apresentado no DOI-CODI/II Exército (São Paulo) pela 5ª RM/DE (Sede em Curitiba) e, em 15 de dezembro, é encaminhado ao DOPS/SP, onde, em 17 de dezembro, assina termo de compromisso, sendo liberado e transferido

novamente para o DOI-CODI (São Paulo)³⁵⁹. Expõe também que, segundo informações publicadas no Jornal “Voz Operária” em seu número 138 de setembro de 1977 (órgão central do PCB), Dittrich é expulso “dos quadros do partido, em função de conduta indigna de um militante”. O documento também revela que em 27 de setembro de 1977, Dittrich é um dos participantes do “Encontro de Presidentes de Diretórios Regionais e Líderes de Bancadas” do MDB/SC, realizado em Curitiba – PR, na qualidade de assessor do partido, com o objetivo de tratar de questões referentes à campanha nacional pela Assembleia Constituinte. Em 1980, o nome de Dittrich consta em uma lista elaborada pelo Superior Tribunal Militar de pessoas beneficiadas pela Lei de Anistia. De novembro de 1982 é a última citação ao nome de Dittrich. Segundo consta, ele teria militado no PCB em São Paulo, na “Ala CC”, atuando no setor estudantil.³⁶⁰

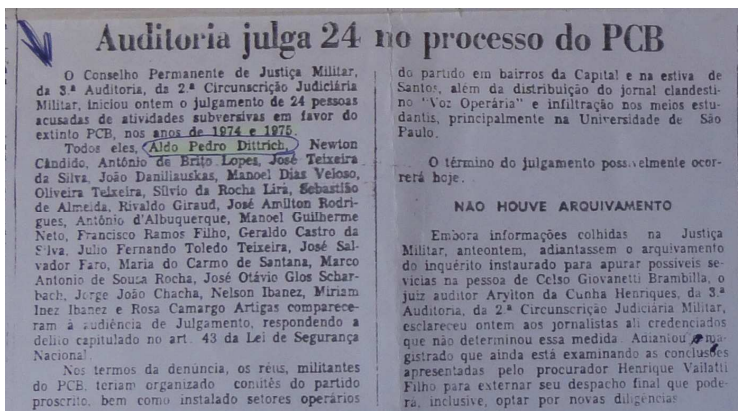
De acordo com as informações oriundas do processo movido por Dittrich no Estado do Paraná, com a finalidade de comprovar sua condição de preso político e, por direito, solicitar indenização, em 12 de setembro de 1975, ele é capturado em um ponto de ônibus em Curitiba e levado para um quartel desativado, onde por dois dias sofre sessões de tortura. Após esse período, é conduzido, no porta-malas de um veículo, até a cidade de São Paulo e encarcerado nas dependências do DOI-CODI, onde também sofre torturas. Em vista dessas constantes violências, por volta de vinte dias permanece internado no Hospital de Clínicas, na capital paulista, com um policial observando-o em tempo integral. Entretanto, como se recupera e recebe alta médica, ele é transferido para as dependências do DOI-CODI, da Rua Tutóia, em São Paulo. Próximo ao Natal de 1975, Dittrich é libertado da prisão. Em 1976, com a esposa Geci e a primeira filha adotiva do casal, Karin Aline, nascida em 9 de janeiro de 1975, retorna à sua terra natal, Canoinhas – SC, sob a condição de apresentar-se mensalmente ao DOPS/SP. Em 1977, dois anos depois de ter sido preso e duramente torturado no DOI-CODI de São Paulo, Dittrich é julgado pelo IPM nº 189/75 e absolvido, em 19 de outubro de 1977, das acusações de crimes contra a Segurança Nacional.³⁶¹

³⁵⁹Documento expedido pela Subsecretaria de Inteligência da Casa Militar da Presidência da República. Brasília – DF, 18 de novembro de 1998. p.6. Arquivo da família Dittrich.

³⁶⁰Documento expedido pela Subsecretaria de Inteligência da Casa Militar da Presidência da República. Brasília – DF, 18 de novembro de 1998. Arquivo da família Dittrich.

³⁶¹DITTRICH, Aldo Pedro. **Processo nº 159, de acordo com a Lei Estadual Paranaense nº 11.255 de 21 de dezembro de 1995**. Canoinhas – SC/Curitiba – PR. 9 de fevereiro de 1998. Arquivo da família Dittrich. A Lei Estadual nº 11.255, de 21 de dezembro de 1995, é a que

Contudo, o pesadelo ainda não acabara, já que, por meio de uma notícia estampada no jornal, Dittrich descobre que seria julgado por “subversão”, praticada quando residia no Rio de Janeiro, entre o fim de 1964 e início de 1970 e, ainda, que estava com prisão preventiva decretada em virtude da implicação de seu nome no chamado “IPM do PCB” (IPM que continha os nomes daqueles que supostamente estariam reorganizando o PCB entre 1974 e 1975).³⁶²



Fonte: **JORNAL DIÁRIO POPULAR**. São Paulo, 19 de outubro de 1977. p. 12.

Dittrich é novamente absolvido, agora pela Auditoria da Marinha de Guerra do Rio de Janeiro, pouco antes da decretação da Lei da Anistia.³⁶³

concedeu o direito de indenização às pessoas detidas em dependências de órgãos públicos no Paraná, por participação em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979. Por meio de uma Comissão Especial de Indenização aos ex-Presos Políticos do Estado, tem-se análise e deliberação da indenização, considerando que é dado o direito somente àqueles que, comprovadamente sofreram sevícias que deixaram comprometimento físico ou psicológico e que não tenham recebido indenização anterior. PRAZERES, Flávia. **Projeto de Hermas beneficia ex-presos políticos**. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/noticia/projeto-de-hermas-beneficia-ex-presos-politicos>. Acesso em: 5 de agosto de 2008.

³⁶²DITTRICH, Aldo Pedro. **Requerimento para reconhecimento de anistiado político e reparação econômica, em caráter indenizatório, nos termos dos incisos I e II do artigo 1º da Medida Provisória 2.151-2, de 27/01/2001**. Canoinhas – SC, sem data.

³⁶³DITTRICH, Aldo Pedro. **Requerimento para reconhecimento de anistiado político e reparação econômica, em caráter indenizatório, nos termos dos incisos I e II do artigo 1º da Medida Provisória 2.151-2, de 27/01/2001**. Canoinhas – SC, sem data.

No final da década de 70, sob forte pressão popular e já em processo de liberalização, o então presidente general João Baptista Figueiredo encaminhou o projeto de lei ao Congresso, que o aprovou. A lei foi sancionada no dia 28 de agosto de 1979.

No entanto, a lei tida por alguns setores como "ampla, geral e irrestrita" recebeu várias críticas dos movimentos sociais que lutavam pela redemocratização do país e hoje é considerada por pesquisadores como uma lei feita para atender aos interesses do regime militar.

Entre os pontos mais criticados da lei estão a exclusão de pessoas condenadas por crimes como terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal e a não previsão de pagamento de indenizações às vítimas do regime.

Algumas dessas reivindicações foram atendidas em leis posteriores, como a 9.140, conhecida como Lei dos Desaparecidos, aprovada em dezembro de 1995, que determinou o fornecimento de atestados de óbitos a desaparecidos políticos.

A reparação econômica, no entanto, só foi garantida mais de 20 anos depois da Lei de Anistia, com a aprovação da Lei 10.559, em 2002.³⁶⁴

No relatório do projeto Brasil Nunca Mais (elaborado entre 1979-1985), o nome de Aldo Pedro Dittrich consta em três oportunidades. A primeira apenas menciona seus dados pessoais: nome completo, idade e profissão, e encontra-se no Tomo II, volume II (Os atingidos), página 7. Na segunda ocasião, Dittrich faz parte da lista dos torturados pelos órgãos de repressão. Seu nome está localizado no Tomo V, volume I (As torturas), página 19. A última menção a Dittrich no relatório é no mesmo Tomo e volume anterior, mas agora na página 215, na qual são evidenciadas as seguintes informações: “que o interrogado tem a acrescentar que no que diz respeito às declarações prestadas na fase do inquérito, faz restrições à maneira pela qual foi tomado seu depoimento, pois, segundo ele as declarações por ele mesmo prestadas foram feitas sob coação”.³⁶⁵

³⁶⁴ **Lei de anistia completa 30 anos, divide opiniões e é questionada na justiça.** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u609307.shtml>. Acesso em: 8 de junho de 2010.

³⁶⁵ A consulta aos arquivos do “Projeto Brasil Nunca Mais” está disponibilizada no sítio da internet: **Projeto Brasil Nunca Mais – Arquidiocese de São Paulo (1985)**. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=\\Acervo01\drive_q\Trbs\GTNM_Livros\GTNM_Livros_MP.DOCPRO&Pasta=Volume%20I%20%20%20A%20Pesquisa%20BNM&PagLog=&Pesq=&PagFis= Acesso em: 30 de julho de 2010.

3.8 Palavras de Dittrich

No início de 1976, em meio às confusões com a justiça e à motivação de reconstruir a sua vida pessoal e profissional, Dittrich sai de Curitiba e retorna à sua terra natal, Canoinhas – SC. Neste momento escreve uma série de cartas aos amigos e familiares, sobretudo, justificando a ausência de notícias suas por tanto tempo e demonstrando o seu anseio por um recomeço. Nesse período, a carta escrita para seu cunhado “Juci” chama a atenção, pelos seguintes trechos:

Canoinhas, 16 de julho de 1976

Prezado Cunhado Juci

Após algum tempo sem dar notícias, venho escrever esta, esperando encontrá-lo, junto com todos os familiares gozando da mais perfeita saúde e que tudo esteja correndo bem.

Como você sabe, para meu lado agora está tudo normal. Estou com um escritório de advocacia montado em Canoinhas, desde 14 de junho de 1976 e devidamente legalizado perante a ordem dos advogados do Brasil [...] Atualmente (e este é o meu objetivo para o futuro), sou apenas um advogado que visa cumprir com o seu dever profissional, sem qualquer envolvimento político. A experiência foi dura. O melhor é ser amigo de todos e não entrar em qualquer disputa política ou partidária. Assim, como advogado, trabalho para todo o mundo [...].³⁶⁶

Aldo Pedro Dittrich

Pelos escritos de Dittrich, é possível verificar que a avaliação sobre os seus anos de luta, naquele instante, não era positiva, quicá em virtude da privação de liberdade e da tortura serem fatos recentes ou, ainda, a dificuldade de recomeçar fosse também uma constante em seu dia a dia em consequência do seu passado como militante comunista.

Em carta enviada ao seu irmão “Fito”, em 16 de julho de 1976, Dittrich conta que sua reinserção na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) demora em ser expedida, obtendo-a em 28 de maio de 1976. Expôs ainda que o trabalho estava muito difícil, com poucas pessoas solicitando os seus serviços.³⁶⁷

Além disso, em ofício enviado à presidência da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Catarinense, em 5 de dezembro de 1976,

³⁶⁶DITTRICH, Aldo Pedro. **Carta enviada a Juci**. Canoinhas, 16 de julho de 1976.

³⁶⁷DITTRICH, Aldo Pedro. **Carta enviada a Fito**. Canoinhas, 16 de julho de 1976.

Dittrich reclama que não foi comunicado das eleições realizadas na seção de Santa Catarina e que se sentia excluído do processo.³⁶⁸

Para a companheira Geci, o recomeçar em Canoinhas também não é fácil. Em 1979 é uma das fundadoras do “Conselho Municipal de Cultura”, entidade vinculada à Prefeitura de Canoinhas. Sendo eleita membro do “Conselho de Cultura”, é impedida de assumir o cargo pelo prefeito Carvalho Neto (ARENA); segundo ele, por suas conhecidas atividades “subversivas”.³⁶⁹

3.9 A vida depois da anistia

São Paulo, 03 de agosto de 1992.

À Prima Gessy e ao Primo Aldo

Antes de mais nada, em 1º lugar parabéns “Aldo”

Prima Gessy, tomo a liberdade, de hoje escrever, de forma diferente mesmo, mando-te os jornais de sempre, mas hoje é muito especial.

Nesta última sexta-feira, ao ver pela Globo: “Globo Repórter”, sobre os carvoeiros (minas de carvão), deu para bater um papo com certas pessoas que não sabem que país é este.

Ai, foi um grande gancho, onde deu-se para notar o que é sofrimento de um povo, como é duro trabalhar sabendo-se da morte por certo, ou pior ainda, do futuro sempre incerto, mesmo que ele seja certo, a saúde sempre será prejudicada. Os fatos com datas marcadas no vídeo não mudaram nada, apenas mostram ao vivo e a cores o sofrimento de uma das famílias, pior ainda, o filho hoje quer ir para mina, pois é prova que a luta continua, esperando sabe lá o quê.

Mas, nos anos duros da tal “Ditadura”, onde bem poucos lutaram por algo melhor, havia um louco (perdoe-me Aldo), mas em prol de alguns ou centenas de trabalhadores, tu eras mal visto para chuchu.

Tempo aqueles, que você, lutava em prol do nada, em cima de uma paixão, Eta paixão, que levou-te para fora deste país. Largas-te tudo, partiu de madrugada, em vôo, para Paris, e não era turismo, pura fuga.

Aliás queriam a tua pele, os ideais teus, eram bem diferentes dos outros, em luta desigual, onde teus valores

³⁶⁸DITTRICH, Aldo Pedro. **Ofício enviado à presidência da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Catarinense.** Canoinhas, 05 de dezembro de 1976.

³⁶⁹DITTRICH, Geci Gallotti Varela. **Requerimento de indenização, de conformidade com a Lei nº 10.719, de 13 de janeiro de 1998.** Canoinhas – SC, 22 de julho de 1998. Arquivo da família Dittrich.

em defesa de uma centena de gente humilde, não tinham nem sequer quem pudesse defende-los. Mas tudo, somente você sabia, onde era o buraco, como no ditado popular “O buraco era bem mais embaixo”, acredito que a tua luta ainda não acabou.

O pior, recordo-me dos anos 70/80, quando a minha mãe “Wanny”, em um dia da semana, contou-me a história de vocês; Aldo e Gessy, ai foi demais. A primeira coisa que veio-me na cabeça foi:

- Pó! Esses caras ficaram loucos, voltaram sem anistia, sem nada.

Vocês voltaram, com a cara e a coragem que Deus lhe deu, e mais nada. Batemos um longo, longo papo, Papai, Mamãe e meu mano, o Antônio Luiz. Não acreditamos quem era procurado pela justiça, se é que havia justiça neste país e, se ainda há justiça, o PC que diga o certo.

Bem, as coisas foram, acredito Aldo, que você junto com a Gessy deveriam escrever um livro das suas memórias, sintam que seria muito forte, um fato tão verídico, e com passagens sensacionais. Aldo, sei que parece sonho, mas acredito que aquela úlcera lhe deu uma nova vida, se é que não me engano de fato.

Tente, Aldo, pense, e leve adiante um conto verdadeiro, seria um fato na história deste país que não tem memória e nem tampouco lembrança do que foi a Ditadura, para uns uma forte forma de opressão, para outros, um regime de ganhos inalterados de patrimônios. Essa juventude merece saber muito mais, merece saber quem foram os prejudicados, os perdedores, os oprimidos, os que ainda sofrem com perdas, perdas de filhos, filhas, pai, mãe, amigos e muito mais. Aldo, a sua luta ainda não terminou, ainda está firme em sua cabeça, que tal, tenho certeza que a Gessy irá lhe ajudar muito, pois vocês foram os perdedores nesta história toda.

[...] Aldo, meus parabéns, pela sua luta, ela ainda não acabou, agora sua luta é para a família, essa é a maior glória de todas (sic).

Adriano.³⁷⁰

Aldo Pedro Dittrich não chega a escrever a sua história de vida como aconselhado na carta do “primo Adriano”. Contudo, reúne uma gama de materiais que permitem contar um pouco da sua história.

Nos anos 1980 e 1990, Dittrich torna-se um importante advogado do Planalto Norte Catarinense, uma referência de luta pela abertura política e por melhores condições de vida dos trabalhadores.

Em diferentes momentos de sua vida, Dittrich nega ou oculta a sua condição de comunista. Estratégicamente, nos anos 1950, 1960 e

³⁷⁰ADRIANO. *Carta enviada à Geci e Aldo Dittrich*. São Paulo – SP, 3 de agosto de 1992.

1970, dizendo-se vinculado, formalmente, ao PTB, PSP e MDB. Depois, nos anos 1990, em seus processos para obtenção de indenização por ter sido preso político não existe menção de pertencimento ao PCB. Em 2002, Dittrich declara não ser um “vermelho”³⁷¹. Ou seja, utiliza o mesmo termo, “vermelho”, que ao longo da sua vida ouviu de seus adversários (pejorativamente) para referir-se a ele e aos seus outrora camaradas.

Entre os anos de 1950 e 1980, negar a condição de comunista é uma estratégia de autodefesa, visto que esse é um partido ilegal e seus adeptos são duramente perseguidos e até mesmo mortos. Com a abertura política em 1985, Dittrich, desiludido com o partido, pode ter utilizado esse artifício como uma alternativa para livrar-se dos traumas psicológicos imprimidos em sua memória. Apesar de Dittrich evitar falar sobre esse assunto, pessoas próximas a ele afirmam que as lembranças das torturas sofridas nos porões do DOI - CODI paulista, como se é de esperar, o acompanharam todos os dias até o momento derradeiro de sua vida, soma-se a isso o fato de Dittrich ter sido expulso do PCB no final dos anos 1970.

Em 28 de julho de 2000, Dittrich perde sua amada Geci. Em 17 de agosto de 2003, o advogado dá o seu último suspiro, aos 77 anos, na sua querida terra natal, Canoinhas-SC.

³⁷¹DITTRICH, Aldo Pedro. Canoinhas – SC, agosto de 2002. Conversa com Bernardete Wrublewski Aued. Acervo da autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro capítulo, intitulado **“Processo de formação da militância do PCB em Santa Catarina”**, demonstrou-se que a Revolução Russa e os movimentos grevistas desencadeados no Rio de Janeiro e São Paulo em 1917 contribuíram para que ideias revolucionárias encontrassem espaço entre a classe operária catarinense em formação. Entre os anos 1917 e 1920, os catarinenses também vivenciaram intensos movimentos grevistas, principalmente nas cidades de Joinville, Criciúma e Blumenau. Em Florianópolis, sobretudo, a construção da Ponte Hercílio Luz contribuiu para que operários oriundos de diversos recantos se encontrassem e trocassem experiências e difundissem ideais revolucionários.

Nos movimentos de 1930 e 1935, os futuros fundadores do PCB-SC não passam incólumes aos fatos. Como exemplo cita-se o operário eletricitista Manoel Alves Ribeiro e o estivador Álvaro Ventura. Aliás, Álvaro Ventura é o primeiro catarinense que se proclama “comunista” e alcança reconhecimento nacional quando em 1934 torna-se um Deputado Classista.

O PCB-SC inicia suas atividades oficialmente em 1939, em meio ao Estado Novo e ao início da Segunda Guerra Mundial. O primeiro comitê estadual é formado em Florianópolis e, nos primeiros anos, seus militantes lutam, principalmente, em favor da anistia aos presos políticos do Estado Novo e, também, para que o Brasil entrasse na Segunda Guerra contra o eixo nazifascista.

Após a Conferência da Mantiqueira – Rio de Janeiro, em 1943, Álvaro Ventura, na oportunidade membro do Comitê Central do PCB e representante da seção catarinense do Partido, retorna para Santa Catarina com a missão de fomentar a formação de diversos comitês municipais do PCB-SC. Os primeiros tempos de organização no interior do estado não foram fáceis, pois a coordenação entre o Comitê estadual e os Comitês municipais era esporádica e, no interior, especialmente, nas áreas de industrialização e de influência alemã (Blumenau, Brusque e Joinville), o Integralismo era muito forte.

Paralelamente ao término da Segunda Guerra Mundial, à vitória dos aliados e à queda do Estado Novo surgem os “novos” partidos políticos, entre eles, os principais foram: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrático (PSD); a União Democrática Nacional (UDN). Outro fato marcante é o efêmero período de legalidade para o PCB (1945-1947). Nas eleições de 1945, o PCB apresenta

candidato próprio à Presidência, Yedo Fiúza que alcança 9% dos votos em todo o território nacional. Em Santa Catarina, Fiúza recebe apenas 0,8% dos votos e, tanto nas eleições de 1945 quanto nas eleições de 1947, nenhum membro do PCB catarinense é eleito. Muitos comunistas “migram” para outras legendas como forma de encontrarem as vitórias nos pleitos, mas também não tiveram sucesso, pois o único candidato comunista eleito por outro partido, Hamilton Ferreira, vereador em Florianópolis, eleito em 1947, não suporta a pressão dentro do PSD por suas ligações com o PCB e acaba renunciando ao cargo.

O início dos anos 1950 marca um “novo tempo” para o PCB-SC. Momento em que novas lideranças começam a surgir, entre elas, Aldo Pedro Dittrich. Além disso, o Partido se fortalece no interior do estado, principalmente, em Criciúma. Com isso, Aldo Pedro Dittrich que, desde 1956, era diretor-proprietário do jornal comunista “Unidade”, publicação que chega a ter uma circulação quinzenal no Estado de 5.000 exemplares, é enviado pelo PCB para o território do carvão com a missão de como advogado do Sindicato dos Mineiros de Criciúma atuar em defesa da classe operária do sul catarinense.

No segundo capítulo, **“Aldo Pedro Dittrich no tempo do jornal Unidade”**, o enfoque foi a formação profissional e partidária de Dittrich. De maneira especial, buscou-se fixar o período da sua vida profissional e política ao qual pertence o jornal “Unidade” (1956-1959), como também as principais representações do contexto em que Dittrich esteve inserido, fundamentadas nos escritos do referido jornal. Nesse segundo capítulo, também se evidenciou que, com o fim da Segunda Guerra Mundial e com a Guerra Fria, desencadeada a partir de 1947, o anticomunismo passa a ser um espectro que rondava “corações e mentes”. Em Santa Catarina, sobretudo, os meios de comunicação, entre eles, os jornais “O Estado”, “A Gazeta” e “A Notícia” são os principais difusores das doutrinas anticomunistas. Em contraponto a esses jornais, os comunistas catarinenses fundam boletins, revistas e jornais – o principal jornal tanto em tiragem quanto em tempo de duração, até o presente trabalho desconhecido por muitos, é o jornal “Unidade”. Ao analisar os escritos no jornal “Unidade”, observou-se que alguns assuntos são recorrentes, tais como: as querelas com Nereu Ramos; o nacionalismo e o nacional desenvolvimentismo; a carestia; as denúncias de desrespeito aos direitos trabalhistas dos operários e das operárias catarinenses; os conflitos internacionais; as querelas político-partidárias e sindicais locais; as questões sobre literatura e a luta de classes; a ações

do Partido Comunista e apologia, sobretudo, a Aldo Pedro Dittrich, que em 1958 tenta sem sucesso tornar-se Deputado Estadual pelo PTB.

No terceiro capítulo, **“Os caminhos do comunista Dittrich em meio à repressão”**, demonstrou-se a trajetória profissional e política de Aldo Pedro Dittrich dentro do Sindicato dos Mineiros de Criciúma; a sua atuação na importante greve de 1960, quando os mineiros, entre outras coisas, exigem o pagamento da taxa de insalubridade, um direito conquistado com muita luta, demissões e conflitos dentro e fora do Sindicato dos Mineiros de Criciúma e ainda, a tentativa frustrada de Dittrich tornar-se vereador em Criciúma pelo PSP.

Também no terceiro capítulo, evidenciou-se o processo de deflagração do Golpe Civil Militar de 1964, o fato de Dittrich torna-se um alvo principal da repressão desencadeada em Criciúma em razão de sua histórica participação no ilegal PCB; dos seus escritos no jornal “Unidade” e de suas ações tanto no Sindicato dos Mineiros de Criciúma quanto em sua residência – conhecida em Criciúma por ser um local de reuniões de cunho político e sindical.

Outro ponto fundamental retratado no terceiro capítulo foi o contexto de fuga e clandestinidade depois de 1964, bem como os principais IPM’s sofridos por Dittrich; a continuidade da militância; a clandestinidade; o processo de desmonte do PCB; a conjuntura em que se deu a sua prisão em 1975. Por fim, as adversidades enfrentadas por Dittrich ao tentar reconstruir sua vida profissional depois da prisão e do afastamento do PCB no fim dos anos 1970.

Aldo Pedro Dittrich, assim como muitos outros, dedica um considerável período de sua vida na luta contra a exploração dos trabalhadores e contra o regime ditatorial instaurado pelo Golpe de 1964 no país. Regime pautado na cassação de direitos civis e políticos e, em especial, no medo e na violência como forma de repressão. Muitos foram mortos, outros tantos, como Dittrich, sobreviveram, apesar de nunca se livrarem das inúmeras sequelas físicas e/ou psicológicas que guardaram consigo.

Neste trabalho procurou-se contribuir para uma historiografia que entende o partido e seus militantes em razão de suas singularidades tanto pessoais quanto locais e não como meros artífices de um projeto político ordenado por uma organização de caráter nacional, homogêneo e de direção verticalizada. Nessa perspectiva, espera-se ter contribuído, principalmente, com questionamentos e arrolamentos de fontes para futuros trabalhos.

FONTES DA DISSERTAÇÃO

A) CHARGES:

Charge nº1: **UNIDADE**: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 22 setembro de 1956. p. 1. Acervo digitalizado pela autora.

Charge nº2: **UNIDADE**: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 10 novembro de 1956. p. 1. Acervo digitalizado pela autora.

Charge nº3: **UNIDADE**: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 28 de setembro de 1956. p. 1. Acervo digitalizado pela autora.

A) CORRESPONDÊNCIAS ESCRITAS POR ALDO PEDRO DITTRICH

DITTRICH, Aldo Pedro. **Carta enviada a Fito Dittrich**. Canoinhas-SC, 16 de julho de 1976.

DITTRICH, Aldo Pedro. **Carta enviada a Juci**. Canoinhas-SC, 16 de Julho de 1976.

DITTRICH, Aldo Pedro. **Carta enviada à Seção de Santa Catarina da Ordem dos Advogados do Brasil**. Canoinhas-SC, 06 de dezembro de 1976.

DITTRICH, Aldo Pedro. **Ofício enviado à presidência da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Catarinense**. Canoinhas, 05 de dezembro de 1976.

B) CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS

ADRIANO. **Carta enviada à Geci e Aldo Dittrich**. São Paulo - SP, 03 de agosto de 1992.

C) DOCUMENTOS DOS ÓRGÃOS DE REPRESSÃO/INFORMAÇÃO

Documento expedido pela Subsecretaria de Inteligência da Casa Militar da Presidência da República. Brasília – DF, 18 de novembro de 1998. Arquivo da família Dittrich.

D) DOCUMENTOS DE AUTORIA DOS DITTRICH

DITTRICH, Aldo Pedro. **Requerimento para reconhecimento de anistiado político e reparação econômica, em caráter indenizatório, nos termos dos incisos I e II do artigo 1º da Medida Provisória 2.151-2, de 27/01/2001.** Canoinhas-SC, sem data. Arquivo da família Dittrich.

DITTRICH, Aldo Pedro. **Processo nº 159, de acordo com a Lei Estadual Paranaense nº 11.255 de 21 de dezembro de 1995.** Canoinhas-SC/Curitiba-PR. 09 de fevereiro de 1998. Arquivo da família Dittrich.

DITTRICH, Geci Gallotti Varela. **Requerimento de indenização, de conformidade com a Lei nº 10.719, de 13 de janeiro de 1998.** Canoinhas-SC, 22 de julho de 1998. Arquivo da família Dittrich.

E) ENTREVISTAS/CONVERSA

MALHEIROS, Eglê. Florianópolis-SC, 10 de maio de 2010. Entrevista concedida à Bernardete Wrublevski Aued; Daiana Castoldi Lencina e Edna Garcia Maciel Fiod. Acervo das autoras.

ARAÚJO, Carlos Franklin Paixão. Porto Alegre-RS, 8 de agosto de 2009. Entrevista concedida à Bernardete Wrublevski Aued e Daiana Castoldi Lencina. Acervo da autora.

DITTRICH, Aldo Pedro. Canoinhas-SC, agosto de 2002. Conversa com Bernardete Wrublevski Aued. Acervo da autora.

F) IMAGENS:

Imagem nº 1: **Construção da Ponte Hercílio Luz - ancoragem da parte continental – 1922.** Disponível em: http://www.velhobruxo.tns.ufsc.br/FotoAntigas/Album002/images/Construcao%20da%20Ponte%20Hercilio%20Luz%20-%20ancoragem%20da%20parte%20continental%20-%201922_jpg.jpg. Acesso em: 20 de maio de 2011.

Imagem nº 2: **Praça XV de Novembro - Década de 1930.** Disponível em:

http://www.velhobruxo.tns.ufsc.br/FotoAntigas/Album005/images/Centro%20-%20Praça%20XV%20-%20Decada%20de%201930_jpg.jpg.

Acesso em: 20 de maio de 2011.

Imagem nº 3: **Praça XV de Novembro - década de 1940.**

http://www.velhobruxo.tns.ufsc.br/FotoAntigas/Album003/images/Centro%20-%20Praça%20XV%20-%20decada%20de%201940_JPG.jpg.

Acesso em: 22 de maio de 2011.

Imagem nº 4: **Praça XV de Novembro, Florianópolis. Anos 1950.**

Disponível em:

http://www.velhobruxo.tns.ufsc.br/FotoAntigas/Album006/images/6054%20%20Praça%20xv%20anos%20de%201950_jpg.jpg . Acesso em 21

de maio de 2011.

G) JORNAIS/ BOLETINS/ FOLHETOS

DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis, sábado, 20 de novembro de 1993, p. 19.

DITTRICH, Aldo Pedro. **Ao Povo e aos Mineiros de Criciúma.** 1958. Arquivo da família Dittrich.

DITTRICH, Aldo Pedro. **Jornal O Orientador dos Mineiros:** Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria e Extração do Carvão de Criciúma. Criciúma – SC, agosto de 1960, ano I, nº 2.

JORNAL DIÁRIO POPULAR. São Paulo, 19 de outubro de 1977. p.12

UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 22 de setembro de 1956. p. 1. Acervo digitalizado pela autora.

UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 28 de setembro de 1956. p. 1. Acervo digitalizado pela autora.

UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 05 de outubro de 1956. Contracapa. Acervo digitalizado pela autora.

UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 12 outubro de 1956. p. 3. Acervo digitalizado pela autora.

UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 19 de outubro de 1956. p. 3. Acervo digitalizado pela autora.

UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 26 de outubro de 1956. p. 2. Acervo digitalizado pela autora.

UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 03 de novembro de 1956. p.2. Acervo digitalizado pela autora.

UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 10 de novembro de 1956. p.3. Acervo digitalizado pela autora.

UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 18 de novembro de 1956. p.1. Acervo digitalizado pela autora.

UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 25 de novembro de 1956. p.3. Acervo digitalizado pela autora.

UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 22 de dezembro de 1956. p. 5. Acervo digitalizado pela autora.

UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 27 de janeiro de 1957. p. 3. Acervo digitalizado pela autora.

UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 30 de março de 1957. p. 5. Acervo digitalizado pela autora.

UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 01 de maio de 1957. p. 5. Acervo digitalizado pela autora.

UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 24 a 30 de abril de 1958. p.7. Acervo digitalizado pela autora.

UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 18 de junho de 1958. p. 1 e 4. Acervo digitalizado pela autora.

UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, setembro de 1958. p.1 (edição rasgada e incompleta). Acervo digitalizado pela autora.

UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 13 a 20 de setembro de 1958. p.2. Acervo digitalizado pela autora.

UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 29 de setembro a 04 de outubro de 1958. Contracapa Acervo digitalizado pela autora

UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 24 de março a 07 de abril de 1959. p.5. Acervo digitalizado pela autora.

UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 15 de dezembro de 1959. p. 3. Acervo digitalizado pela autora.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil: 1964-1984**. Bauru: EDUSC, 2005.
- AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- ARAÚJO, Maria Fernanda. **Jardins da Revolução: O Partido Comunista do Brasil em Florianópolis (1945-1947)**. Trabalho de Conclusão de Curso em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.
- BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República: de 1930 a 1960**. São Paulo: Edições LB, 1962.
- CALADO, Alder Júlio Ferreira. **Gregório Bezerra: um lutador do povo**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- CAPELATO, Maria Helena. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto; EDUSP, 1988.
- CARONE, Edgar. **O PCB – 1943/1964**. São Paulo: Difel, 1982.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e Sistema Partidário em Santa Catarina (1945-1979)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990.
- CHILCOTE, Ronald H. **Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- COIMBRA, David. **Atravessando a Escuridão: Memórias de um comunista casual**. Coleção Memória do Sul Catarinense. Criciúma: Ed. UNESC, 1996.
- COLLAÇO, Vera Regina Martins Collaço. **O Teatro da União Operária – Um palco em sintonia com a modernização brasileira - Florianópolis, 2004**. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.
- CORRÊA, Larissa Rosa. **Trabalhadores têxteis e metalúrgicos a caminho da Justiça do Trabalho: leis e direitos na cidade de São Paulo, 1953 a 1964**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob orientação do Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva. 2007.
- CORRÊA, Maurício Ghedin. **Lembrando os heróis do passado: Uma História Social do Futebol em Criciúma (1950-1970)**. Trabalho de Conclusão de Curso em História defendido na Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2006.
- FERNANDES, Maria Luiza. **Partidos e Sindicato, um estudo de caso: o sindicato dos trabalhadores na indústria de extração de carvão de Criciúma**. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1992.
- FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: Getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FICO, Carlos. **Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2004.
- FONTES, Paulo. **Um Nordeste em São Paulo: Trabalhadores Migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.
- GORENDER, Jacob. O Ciclo do PCB: 1922-1980. In: FORTES, Alexandre (org). **História e Perspectivas da Esquerda**. São Paulo; Chapecó: Perseu Abramo; Argos, 2005.
- GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.
- GOULARTI FILHO, Alcides; LIVRAMENTO, Ângela Maria Antunes. Movimento Operário Mineiro em Santa Catarina nos anos 1950 e 1960. In: GOULARTI FILHO, Alcides (org). **Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004.
- HOBSBAWM, Eric. Guerra Fria. In: **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)**. Tese de Doutorado em História Social defendida no Departamento de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.
- LEMO, Gustavo Perez. **Mineiros e Sindicalistas na Cidade do Carvão: Criciúma (1952-1964)**. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.
- LENCINA, Daiana Castoldi. **A história de vida de Aldo Pedro Dittrich (1956-1964)**. Trabalho de Conclusão de Curso de História, defendido na Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

- LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e Políticos de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC; Lunardeli, 1983.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas - SP: UNICAMP, 2004.
- MALUF, Marina. A reconstrução do passado. In:_____. **Ruídos da memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.
- MARTINS, Celso. **Os Comunas: Álvaro Ventura e o PCB catarinense**. Florianópolis: Paralelo 27 / Fundação Franklin Cascaes, 1995.
- MARTINS, Celso. **Os Quatro Cantos do Sol: Operação Barriga Verde**. Florianópolis: Fundação José Boiteux; Editora da UFSC, 2006.
- MATA, Maria Margarete Sell da. **Jornal O Estado: uma história em construção (1915-1931)**. Dissertação (Mestrado) em História defendida na Universidade Federal de Santa Catarina. 1996.
- MORAES, João Quartim. In: CODATO, Adriano; KIELLER, Marcio (orgs). **Velhos vermelhos: História e memória dos dirigentes comunistas no Paraná**. Curitiba: Editora da UFPR, 2008.
- MORAES, Maria Célia Marcondes. **Reformas de Ensino, Modernização Administrada**. A experiência de Francisco Campos: anos vinte e trinta. Florianópolis: UFSC, Centro de Ciências da Educação, Núcleo de Publicações, 2000.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”:** O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002.
- MUNHOZ, Sidnei J. Guerra Fria Revisitada. In: Leituras da História. Ciência & Vida, São Paulo: Escala, Ano I, n. 4, 2007.
- PAOLI, Maria Célia, Os Trabalhadores Urbanos na Fala dos Outros, IN: LOPES, José Sérgio Leite (org), **Cultura & Identidade Operária**. Rio de Janeiro, Marco Zero, s/d.
- PERUFFO, Italino. **Madeirópolis: notas e perfis**. Florianópolis: Editora Unidade, 1958.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Edições Vértice, Vol. 2, n° 3, 1989.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. As esquerdas no Brasil: Culturas políticas e tradições. In: FORTES, Alexandre (org). **História e Perspectivas da Esquerda**. São Paulo; Chapecó: Perseu Abramo; Argos, 2005.
- RODEGUERO, Carla S. **O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)**. 2.ed. Passo Fundo: UFP, 2003
- RIBEIRO, Manoel Alves. **Caminho**. Florianópolis: EDEME, 1990.

- SANTANA, Marco Aurélio. **Homens Partidos: Comunistas e Sindicatos no Brasil**. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial; UNIRIO, 2001.
- SCHMIDT, Benito Bisso. **Em Busca da Terra da Promissão: a história de dois líderes socialistas**. Porto Alegre: Editora Palmarica, 2004.
- SILVA, Fernando Teixeira. Breve História de Erros e Bodes Expiatórios: PCB e os Trabalhadores (1945-1964). In: FORTES, Alexandre (org). **História e Perspectivas da Esquerda**. São Paulo; Chapecó: Perseu Abramo; Argos, 2005.
- SILVA JUNIOR, José da. **Histórias que a bola esqueceu: a trajetória do Esporte Clube Metropol e de sua torcida**. Florianópolis: CMM Comunicação, 1996.
- STEEDMAN, Carolyn. **Dust: The Archive and Cultural History**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2001.
- THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Vol. II.
- VINHAS, Moisés. **O Partidão: A luta por um Partido de Massas (1922-1974)**. São Paulo: editora HUCITEC, 1982.
- VOLPATO, Terezinha G. **A Pirita Humana: Os Mineiros de Criciúma**. Florianópolis: Editora da UFSC/ Assembléia do Estado de Santa Catarina, 1984.
- VOLPATO, Terezinha G. **Vidas marcadas: trabalhadores do carvão**. Tubarão – SC: Editora da UNISUL. 2001.
- VIEIRA, Jaci Guilherme. **História do PCB em Santa Catarina: da sua gênese à Operação Barriga Verde – 1922 a 1975**. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1994.

SÍTIOS DA INTERNET

- Arquivo Edgard Luenroth**. Disponível em:
http://www.ifch.unicamp.br/ael/website-ael_pesquisatematica/e-album/website-ael_ed-traje-pleb.htm. Acesso em: 01 de março de 2011.
- BRUNELO, Leandro. **Repressão Política na Terra das Araucárias: a Operação Marumbi em 1975 no Paraná**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá – UEM, para a obtenção do título de Mestre em História. 2006.

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp044017.pdf>. Acesso em 08 de junho de 2010.

BUONICORE, Augusto. Disponível em:

<http://www.espacoacademico.com.br/032/32cbuonicore.htm>. Acesso em: 20 de março de 2011.

Centro de Ciências Jurídicas – CCJ/UFSC. Disponível em:

<http://www.ccj.ufsc.br/ccj/historico.html>. Acesso em 24 de maio de 2011.

Dicionário Político (Marxists internet archive).

http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/p/plano_cohen.htm. Acesso em: 1º de fevereiro de 2010.

DUTRA, José Carlos. **A Revolução de 1964 e o Movimento Militar no Paraná: A Visão da Caserna.** Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782004000100014&script=sci_arttext. Acesso em: 25 de novembro de 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **As reformas de base.**

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base. Acesso em: 29 de junho de 2011.

Florianópolis despede-se do Monsenhor Bianchini. Disponível em:

<http://www.adjorisc.com.br/jornais/opopular/on-line/geral/florianopolis-comunidade-despede-se-do-monsenhor-bianchini-1.363154>. Acesso em: 28 de março 2011.

Francisco José Pereira. Disponível em:

<http://www.acl-sc.org.br/arquivos/Biografia+Francisco+Jose+Pereira.pdf>. Acesso em 14 de fevereiro de 2011.

Fundação Rockefeller (Instituto para o desenvolvimento do investimento social). Disponível em:

www.idis.org.br/biblioteca/casos/09-caso...rockefeller.../download. Acesso em: 10 de maio de 2011.

GIVIGIER, Gabriel. **Guerra Fria.** <http://knol.google.com/k/gabriel-givigier/guerra-fria/1hhsmbsocki9zo/2>. Acessos em: 8 de fevereiro de 2011 e 1ª de abril de 2011.

GONÇALVES, O.F., **Trajatória e ação educativa do jornal A Plebe.**

<http://periodicos.uniso.br/index.php/quaestio/article/view/423/169>. Acesso em: 01 de março de 2011.

Instituto Meyer Filho (biografia). Disponível em:

<http://www.meyerfilho.org.br/interno.php?link=biografia>. Acesso em 10 de fevereiro de 2011.

LEAL, Eliane. Disponível em:

<http://www.revistafenix.pro.br/PDF5/RESENHA%20%20ELIANE%20ALVES%20LEAL.pdf>. Acesso em: 08 de junho de 2010.

Laboratório Catarinense. Disponível em:

<http://www.labcat.com.br/web/index.php/empresa>. Acesso em 23 de maio de 2011.

Lei de anistia completa 30 anos, divide opiniões e é questionada na justiça. Disponível em

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u609307.shtml>. Acesso em: 8 de junho de 2010.

Madeirópolis. <http://madeiropolis.wordpress.com/>. Acesso em 08 de março de 2011.

MARCHI, Carlos. 30 anos sem Vlado. 25 de outubro de 2005.

Disponível em:

<http://observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=352ASP001>. Acesso em 07 de junho de 2010.

Marques Rebelo (1907-1973). Disponível em:

<http://singrandohorizontes.wordpress.com/2010/04/17/marques-rebelo-1907-%E2%80%93-1973/>. Acesso em: 20 de abril de 2011.

Nereu do Vale Pereira. Disponível em:

<http://www.alquimidia.org/fcc4/index.php?mod=pagina&id=5356>. Acesso em 13 de março de 2011.

Operação Barriga Verde x Novembrada. Repressão e resistência em SC na Ditadura.

<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2004/04/277617.shtml>. Acesso em: 4 de junho de 2010.

PAOLI, Evaldo. Banco INCO. Disponível em:

<http://muralhistoricodeitajai.blogspot.com/>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2011.

PAULI, Evaldo. História econômica de Santa Catarina.

http://www.cfh.ufsc.br/~simposio/EncReg/EncSC/MegaHSC/Historia_economicaSC/91sc4430-4451.html. Acesso em 10 de fevereiro de 2011.

PETERMANN, Daniela. Base de cálculo do adicional de

insalubridade. Trabalho de conclusão de curso apresentado para a obtenção do grau de Bacharel em Direito pela FURB- Blumenau.

Disponível em:

<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=1089>. Acesso em: 01 de agosto de 2010.

PRAZERES, Flávia. **Projeto de Hermas beneficia ex-presos políticos.** Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/noticia/projeto-de-hermas-beneficia-ex-presos-politicos>. Acesso em: 5 de agosto de 2008.

Presidente Juscelino Kubitschek. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/infger_07/presidentes/jucelino_kubitschek.htm. Acesso em: 23 de março de 2011.

Projeto Brasil Nunca Mais – Arquidiocese de São Paulo (1985).

Disponível em:

http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=\\Acervo01\drive_q\Trbs\GTNM_Livros\GTNM_Livros_MP.DOCPRO&Pasta=Volume%20I%20%20A%20Pesquisa%20BNM&PagLog=&Pesq=&PagFis = Acesso em: 30 de julho de 2010.

RÊGO, Geovanna Patricia. A incorporação dos direitos humanos no Direito Constitucional Brasileiro. Disponível em:

<http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/br/pb/dhparaiba/4/constituicao.html#7>. Acesso em: 14 de março de 2010.

Renúncia de Mubarak, conflitos, política e eleições. Disponível em:

<http://www.not1.com.br/egito-2011-renuncia-de-mubarak-conflitos-politica-eleicoes-e-democracia/>. Acesso em: 23 de maio de 2011.

Salário Mínimo. Disponível em:

<http://www.portalbrasil.net/salariominimo.htm#sileiro>. Acesso em: 25 de abril de 2011.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Flávio Koutzii:** pedaços de uma vida na memória (1943-1984) – apontamentos sobre uma pesquisa em curso.

São Leopoldo-RS: História Unisinos. Maio/ Agosto 2009. Disponível em:

http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/pdfs_historia/V13n2/np01_schmitt.pdf. Acesso em: 20 de fevereiro de 2011.

Série Histórica do Salário Mínimo. Disponível em:

<http://www.jfpr.gov.br/ncont/salariomin.pdf>. Acesso em: 20 de janeiro de 2011.

TOMASONI, Mauricio. **Manoel Alves Ribeiro** – Mimo – 108 anos.

Disponível em:

http://www.pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2471:manoel-alves-ribeiro-mimo-108-anos&catid=56:memoria. Acesso em: 30 de maio de 2011.

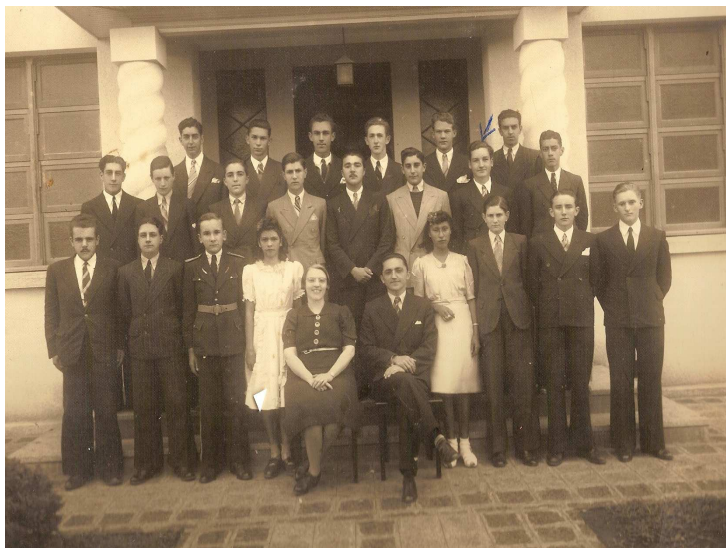
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina – Resenha eleitoral (eleições catarinenses 1945-1998).

<http://www.jfpr.gov.br/ncont/salariomin.pdf>. Acesso em: 8 de dezembro de 2010.

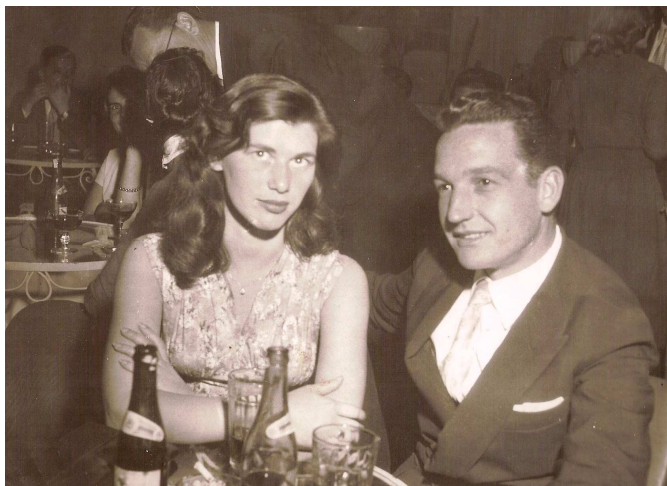
Tupy. Disponível em: <http://www.sanegas.com.br/tupy/> . Acesso em 23 de maio de 2011.

Tortura Nunca Mais – RJ. Disponível em:
<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/MDDetalhes.asp?CodMortosDesaparecidos=320>.

ANEXOS



Anexo nº 1: Internato Rio Branco em Curitiba- PR. Fotografia da década de 1940. Arquivo da família Dittrich



Anexo nº 2: O advogado Aldo Pedro Dittrich casou com Geci Gallotti Varela, em 07 de novembro de 1957. Fotografia da década de 1960. Arquivo da Família Dittrich.



Anexo nº 3: Encontro de políticos catarinenses e membros do Sindicato dos Mineiros de Criciúma com João Goulart, durante a Greve de 1960. Na fotografia, Aldo Pedro Dittrich (de terno branco) conversa com João Goulart. Acervo da Família Dittrich.



Anexo nº 4: O retorno do casal Dittrich para o Brasil via Argentina, em 1974, após exílio na União Soviética. Arquivo da Família Dittrich.



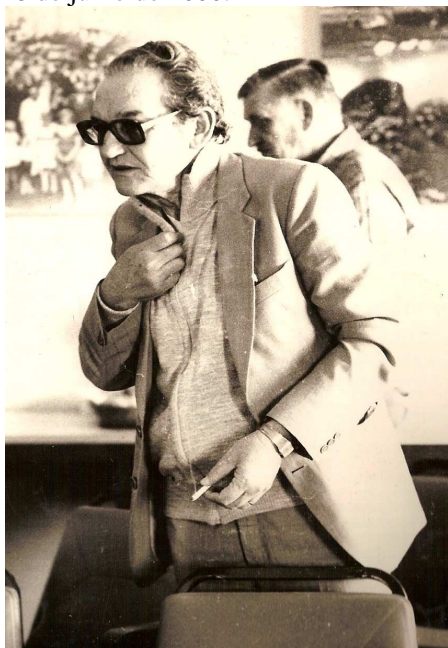
Anexo nº 5: Casal Dittrich e a primeira filha, Karin. Fotografia de janeiro de 1975, oito meses antes de Aldo Pedro Dittrich ser preso e torturado no DOI-CODI de São Paulo. Arquivo da Família Dittrich.



Anexo nº 6: Fotografia da família Dittrich nos anos 1980. Aldo e Geci não tiveram filhos biológicos. Porém, adotaram três crianças, as meninas Karin e Françoise e o menino, Rodrigo. Arquivo da Família Dittrich.



Anexo nº 7: Casal Dittrich em setembro de 1984. Geci Gallotti Varela Dittrich falece em 28 de julho de 2000.



Anexo nº 8: Uma das últimas imagens de Dittrich no álbum da família. Aldo Pedro Dittrich falece em 17 de agosto de 2003, em Canoinhas-SC.

Acórdos Internacionais Causam Enormes Prejuizos Aos Madeireiros, Triticultores e Estivadores Catarinenses

UNIDADE

EM DEFESA DOS INTERESSES DO POVO

DIRETOR: Filipe Pedro Dittrich

ANO I FLORIANÓPOLIS, 22 - SETEMBRO - 1956 NR. 1

Depõem Contra as Ameaças à Liberdade de Imprensa Personalidades de Santa Catarina

Deputado Federal Leoberto Leal — Marinho Callado — Deputado Laerte Ramos Vieira — Deputado João Callado

Como sabem os leitores, o Brasil vive hoje uma situação de grave crise econômica. A situação é agravada por fatores de natureza política, econômica e social. A situação é agravada por fatores de natureza política, econômica e social. A situação é agravada por fatores de natureza política, econômica e social.

Uma pessoa denominada de jornalista, cujo nome não sabemos, veio ao Brasil para fazer um trabalho de reportagem. Ele veio ao Brasil para fazer um trabalho de reportagem. Ele veio ao Brasil para fazer um trabalho de reportagem.

A SITUACAO DA INDUSTRIA MODERNA

A indústria moderna de Santa Catarina sofreu um golpe sério que teve como resultado a paralisação de muitas fábricas. Isso ocorreu devido a uma série de fatores, incluindo a falta de matéria-prima e a redução da demanda.

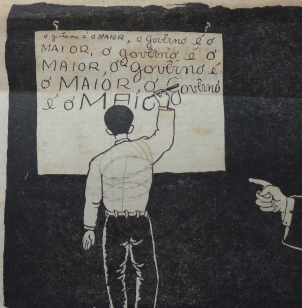
O TRIGO CATARINENSE

A colheita catarinense de trigo sofreu uma queda considerável em relação ao ano anterior. Isso se deve a condições climáticas adversas e a problemas de irrigação.

NOSSA APRESENTACAO

Esta publicação em Florianópolis — poderá prestar o melhor serviço ao povo — se ela é apresentada verdadeiramente livre, independente e imparcial. Não se trata de uma publicação que se preocupa apenas com os interesses de um grupo ou de uma classe.

CHARGE DA SEMANA



Com a nova "Lei de Imprensa" (cálculo de Sr. Néstor Ramos, que em vários dias, causou espanto para Florianópolis).

Uma outra pessoa denominada de jornalista, cujo nome não sabemos, veio ao Brasil para fazer um trabalho de reportagem. Ele veio ao Brasil para fazer um trabalho de reportagem. Ele veio ao Brasil para fazer um trabalho de reportagem.

Anexo nº 9: Capa do primeiro exemplar do jornal "Unidade", encontrado no arquivo pessoal de Dittrich. Fonte: UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 22 de setembro de 1956. Acervo digitalizado pela autora.

VITÓRIA DOS MINEIROS DA METROPOLITANA - 5 DIAS DE GREVE

Comunidade dos mineiros da Metropolitan... greve de cinco dias... vitória dos mineiros...

UNIDADE

EM DEFESA DOS INTERESSES DO POVO

Quilômetros de estrada... greve de cinco dias... vitória dos mineiros...

Os Trabalhadores fece a Carestia

Os trabalhadores da indústria... greve de cinco dias... vitória dos mineiros...

O GRANDE CHARLATÃO QUE É O SR. JANIO QUADROS

Quilômetros de estrada... greve de cinco dias... vitória dos mineiros... Sr. Janio Quadros...

Primeira greve de Juville: Vitória dos Metalúrgicos

Dissídio coletivo foi o início do movimento... vitória dos metalúrgicos... greve de Juville...

Noticiário Internacional... notícias de outros países... greve de cinco dias...

Outros comentários... análises e opiniões sobre os eventos...

Anexo nº 10: Capa do último exemplar do jornal "Unidade", encontrado no arquivo pessoal de Dittrich. Fonte: UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 15 de dezembro de 1959. Acervo digitalizado pela autora.